



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Ana Isabel Sousa Spínola

O Caso Concreto da Injunção enquanto Título Executivo: Algumas Considerações

O Caso Concreto da Injunção enquanto Título Executivo: Algumas Considerações

Ana Isabel Sousa Spínola

ISCAC | 2020

Coimbra, setembro de 2020



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Ana Isabel Sousa Spínola

**O Caso Concreto da Injunção enquanto Título
Executivo: Algumas Considerações**

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Solicitadoria – Agente de Execução**, realizada sob a orientação da Exm.^a Sr.^a Professora Doutora Rita Gonçalves Ferreira da Silva.

Coimbra, setembro de 2020

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

“Iuris praecepta sunt haec: honeste vivere, alterum non laedere, suum cuique tribuere”.

Ulpiano (jurista romano, séc. II d.C.-228), Regularum in Digesto liber, I, 10.

**A vós,
Maria José Sousa e
Guilhermina Nunes.**

AGRADECIMENTOS

Devo fazer os agradecimentos àquelas pessoas que sempre me acompanharam ao longo deste percurso académico.

Em primeiro lugar, à Nossa Senhora da Piedade, por me dar coragem todos os dias para continuar em busca da minha concretização pessoal e profissional.

Agradeço à Exm.^a Sr.^a Professora Doutora Rita Gonçalves Ferreira da Silva, por toda a colaboração e disponibilidade demonstrada ao longo desta fase tão importante na vida de um estudante, pois, o seu apoio, conhecimento e acompanhamento foi fundamental para a realização da presente dissertação.

Todo este percurso nunca teria sido possível se não tivesse o grande apoio, carinho e amor da minha mãe, Maria José de Nunes e Sousa, e do meu pai, Manuel Pereira Spínola, (aquele que me ouve todos os dias, mas que já não está entre nós), pois são eles que tornam os meus sonhos possíveis e concretizáveis.

Agradeço especialmente ao André Mendonça, pelo apoio, palavras de incentivo, dedicação, e acima de tudo pela sua amizade e compreensão, ao longo destes últimos anos. Assim como, à sua família, pois desempenharam um papel importantíssimo ao longo deste percurso.

Às minhas irmãs, Magna, Emanuela, Benícia, Maria Clara, e aos meus sobrinhos, por me fazerem soltar sorrisos nos dias de maior desespero e por todo o apoio e paciência que sempre tiveram para comigo.

A todos os meus amigos incansáveis que demonstraram sempre o seu apoio e que passaram de colegas a membros da família.

Agradeço também a todo o grupo docente que me acompanhou e transmitiu conhecimentos ao longo destes anos de licenciatura e mestrado, e à grande instituição que é o ISCAC.

É graças a todos vós que continuo este percurso.

RESUMO

A presente dissertação tem como enfoque o estudo da execução fundada em requerimento de Injunção em que foi aposta a fórmula executória.

Numa primeira fase iremos contextualizar a ação executiva e a ação declarativa, fazendo uma abordagem à sua forma e pressupostos, atribuindo maior ênfase à primeira vertente supramencionada.

Seguidamente abordaremos a injunção em que foi aposta a fórmula executória enquanto título executivo, assim como a problemática suscitada relativa às faturas, dado que distintas entidades recorrem à apresentação deste meio injuntivo para poderem ver faturas que estão em atraso transformadas em títulos executivos. Assim, iremos analisar se esta será a forma mais célere para a recuperação dos seus créditos.

Numa terceira fase iremos centrar-nos na (in)admissibilidade de reconvenção no âmbito da oposição à execução, tendo como base um título injuntivo, bem como definir o princípio da proibição da indefesa, consagrado no artigo 20.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, e a conformidade (ou não) do disposto no artigo 266.º do Código Processo Civil e da interpretação desta norma jurídica no sentido da sua inadmissibilidade com aquele princípio constitucional de acesso ao Direito e aos Tribunais.

Palavras-chave: – Título Executivo; – Injunção; – Faturas; – Reconvenção.

ABSTRACT

The present dissertation focuses on the study of execution based on an injunction request, in which the executory formula was placed.

In a first phase, we will contextualize executive action and declarative action, approaching its form and assumptions, giving greater emphasis to the first aspect mentioned above.

Next, we will address the injunction on which the enforceable formula was placed as an enforceable title, as well as the issue raised in relation to invoices, given that different entities resort to the presentation of this injunctive means in order to be able to see invoices that are overdue transformed into executive titles. Thus, we will analyze whether this will be the fastest way to recover your credits.

In a third phase, we will focus on the (in)admissibility of counterclaims in the context of opposition to enforcement, based on an injunctive title, as well as defining the principle of the prohibition of the defenseless, enshrined in article 20, paragraph 1, of the Constitution of the Portuguese Republic, and the compliance (or not) of the provisions of article 266 of the Civil Procedure Code and the interpretation of this legal norm in the sense of its inadmissibility with that constitutional principle of access to the Law and the Courts.

Keywords: - Executive Title; - Injunction; - Invoices; - Counterclaim.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: A AÇÃO EXECUTIVA: APROXIMAÇÃO/ BREVES NOTAS	3
1.1 Noção	3
1.2 Distinção do Processo Declarativo.....	6
1.3 Formas e Pressupostos da Ação Executiva	13
1.3.1 Requerimento Executivo.....	16
1.3.2 A Penhora de Bens.....	16
1.3.2.1 Oposição à Penhora e Impenhorabilidades.....	18
1.3.2.2 Diversas Modalidades da Venda dos Bens Penhorados	22
1.3.2.3 Impostos	24
1.3.2.4 Meios de Oposição à Execução	27
CAPÍTULO II – O TÍTULO EXECUTIVO.....	30
2.1 A CERTEZA, A EXIGIBILIDADE E A LIQUIDEZ	30
2.2 O Caso Especial do Título Executivo: A Injunção	38
2.2.1 A Injunção enquanto Procedimento Europeu	41
2.3 A Problemática Relativa às Faturas: poderão ser Título Executivo?	43
2.4 Aplicabilidade do PEPEX – Função Acessória?.....	51
TÍTULO III – A (IN)ADMISSIBILIDADE DA RECONVENÇÃO NA OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO.....	67
3.1 Poderá Admitir-se Reconvenção na Oposição à Execução?	67
3.2 Breve análise de decisões judiciais	69
3.3 Parecer do Tribunal Constitucional.....	76
CONCLUSÃO	80

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
JURISPRUDÊNCIA.....	88

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

Ac. – Acórdão

Al. – alínea

Als. – alíneas

Anot. – Anotação

Art.º – Artigo

Art.^{os} – Artigos

CC – Código Civil

CC Anot. – Código Civil Anotado

Cfr. – Confrontar

CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

CIMT – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

CIS – Código do Imposto do Selo

Cit. – Citado(a)

CPC – Código de Processo Civil

CPC Anot. – Código de Processo Civil Anotado

CPC.rev. – Código Processo Civil Revogado

CRP – Constituição da República Portuguesa

CRP Anot. – Constituição da República Portuguesa Anotada

Dec. – Decreto

DL. – Decreto-Lei IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares

IS – Imposto do Selo

ISV – Imposto sobre Veículos

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

LGT – Lei Geral Tributária

LOSJ – Lei da Organização do Sistema Judiciário

N.º - Número

OA – Ordem dos Advogados

Ob. – Obra

OSAE – Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução

Pág. – Página

PEPEX. – Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo

Proc. – Processo

SISAAE – Sistema Informático de Suporte à Atividade dos Agentes de Execução

SS. – Seguintes

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TC – Tribunal Constitucional

TGIS – Tabela Geral do Imposto do Selo

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRE – Tribunal da Relação de Évora

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

VPT – Valor Patrimonial Tributário

INTRODUÇÃO

Para a realização desta dissertação selecionamos como tema a “A Injunção enquanto Título Executivo: Algumas Considerações”.

Esta temática tem suscitado diversas questões jurisprudenciais, assim como discordâncias doutrinárias importantes e, por isso, suscitou a nossa atenção e entendemos que merece estudo.

Em Portugal, a ação executiva divide-se em dois grandes tipos de processo: o processo Ordinário e o processo Sumário que, ao longo do tempo, têm sofrido grandes transformações, principalmente no âmbito processual.

No nosso ordenamento jurídico, o processo ordinário implica que a intervenção da secretaria e do juiz esteja subjacente desde o início do processo. Assim, a secretaria terá de remeter o processo para o juiz a despacho liminar e o agente de execução só poderá iniciar as diligências que lhe foram atribuídas por Lei após informação da secretaria para o devido efeito.

Contudo, no processo sumário não existe esta dependência do juiz e o próprio agente de execução pode iniciar as diligências sem necessitar do despacho liminar e de citação prévia, o que lhe permite uma intervenção mais célere “em campo”.

Nesta investigação constarão tentativas de resposta a várias questões, tais como:

- a) há possibilidade da aplicação da reconvenção no âmbito de oposição à execução? (visto que existem posições que admitem esta possibilidade);
- b) caso exista inadmissibilidade legal para a reconvenção (em que a parte processual requer ao Tribunal que aprecie a compensação de créditos) então estaremos perante uma situação de inconstitucionalidade do art.º 266.º, n.º 2, alínea c), do Código Processo Civil ou tal interpretação de tal norma legal é inconstitucional?

Em Portugal, os pressupostos da certeza, da exigibilidade e da liquidez de uma obrigação são de extrema importância para o processo executivo, pois são estes os requisitos que irão garantir a possibilidade de instauração de uma ação executiva.

Através destes conseguiremos ver realizado o cumprimento de uma obrigação que não foi e cumprida voluntariamente. Estes fatores são importantes para que um requerimento executivo dê entrada na secretaria do Tribunal e para o desenrolar de todo o processo na ação executiva.

Como tal, a injunção em que foi aposta a fórmula executória, enquanto título executivo, também terá de respeitar estes pressupostos.

Considera-se injunção a providência que tem por fim conferir força executiva a requerimento destinado a exigir o cumprimento das obrigações pecuniárias emergentes de contrato, nos termos do artigo 1º do diploma preambular do Decreto-Lei nº 269/98, de 1 de setembro, e de obrigações emergentes de transações comerciais no âmbito do Decreto-Lei nº 32/2003, de 17 de fevereiro.

Este é um tema dotado de complexidade, o que nos leva a ter um especial cuidado ao estabelecer conclusões específicas, procurando, por isso, fundamentar sempre através da jurisprudência, da doutrina e da Lei e princípios jurídicos existentes no ordenamento jurídico português.

CAPÍTULO I: A AÇÃO EXECUTIVA: APROXIMAÇÃO/ BREVES NOTAS

1.1 Noção

No que diz respeito ao direito processual civil, o ordenamento jurídico português tem esquematizado “duas espécies fundamentais de ações”, ⁽¹⁾ a ação declarativa e a ação executiva, pois, desde logo, art.º 10.º, n.º 1 ⁽²⁾ do CPC elucida-nos para essa definição.

O n.º 6 do mesmo artigo explica-nos a composição da ação executiva, distinguindo-a em três diferentes tipos, em ação para pagamento de quantia certa ⁽³⁾, ação para entrega de coisa certa ⁽⁴⁾ e ação para prestação de facto ⁽⁵⁾⁽⁶⁾⁽⁷⁾.

Como sabemos, a ação executiva impõe que haja um cumprimento de uma prestação. Essa prestação poderá ser no âmbito obrigacional, ao que corresponde a maior parte dos casos ou, também, poderão incidir no âmbito real, assim o menciona JOSÉ

⁽¹⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, 6.ª Edição, Coimbra Editora, pág. 11.

⁽²⁾ Vide art.º 10.º, n.º 1 do CPC.

⁽³⁾ Segundo JOSÉ LEBRE DE FREITAS (2013) “na ação executiva para pagamento de quantia certa, um credor, o exequente, pretende obter o cumprimento duma obrigação pecuniária através da execução do património do devedor, o executado (art.º 817.º CC). Para tanto, apreendidos pelo tribunal os bens deste que forem considerados suficientes para cobrir a importância da dívida e das custas, tem lugar, normalmente, a venda desses bens a fim de, com o preço obtido, se proceder ao pagamento. O exequente obtém assim o mesmo resultado que com a realização da prestação que, segundo o título executivo, lhe é dívida”.

⁽⁴⁾ JOSÉ LEBRE DE FREITAS alude-nos que na ação executiva para entrega de coisa certa, “o exequente, titular do direito à prestação duma coisa determinada, pretende que o tribunal apreenda essa coisa ao devedor (executado) e seguidamente lha entregue (art.º 827.º CC). Pode, porém, acontecer que a coisa não seja encontrada e, neste caso, o exequente procederá à liquidação do seu valor e do prejuízo resultante de falta da entrega, penhorando-se e vendendo-se bens do executado para pagamento da quantia liquidada (art.º 867.º). Neste tipo de processo, pode assim o exequente obter um resultado idêntico ao da realização da própria prestação que, segundo o título, lhe é devida ou m seu equivalente”.

⁽⁵⁾ Por fim, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, refere que “na ação executiva para prestação de facto, quando este seja fungível o exequente pode requerer que ele seja prestado por outrem à custa do devedor (art.º 828.º CC), sendo então apreendidos e vendidos os bens deste que forem necessários ao pagamento do custo da prestação. Mas, quando o facto seja infungível, o exequente já só pode pretender a apreensão e a venda de bens do devedor sejam suficientes para o indemnizar do dano sofrido com o incumprimento (art.868). Por outro lado, no caso de violação dum dever de omissão (prestação de facto negativo), o exequente, consoante os casos, pedirá a demolição da obra que porventura tenha sido efetuada pelo devedor, à custa deste, assim como a indemnização do prejuízo sofrido, ou uma indemnização compensatória (art.ºs 829.º CC e 876.º). Assim, também neste tipo de processo o credor pode obter o mesmo resultado que obteria com a realização, ainda que por terceiro, da prestação que, segundo o título, lhe é devida ou um seu equivalente. E, embora em todos os casos se realize uma prestação de natureza obrigacional, a obrigação de demolir ou indemnizar pode resultar da violação dum direito real”.

⁽⁶⁾ Também, SILVA, João Calvão da, (2007), *Cumprimento*, cit. pág. 364-365, esclarece-nos que “as prestações de facto negativo são, por sua natureza, infungíveis, mas a obrigação de demolir, constituída com a sua violação, é uma obrigação de prestação de facto fungível”.

⁽⁷⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, pág. 12.

LEBRE DE FREITAS, que ensina que podem surgir “pretensões a uma prestação a efetuar a favor do seu titular” ⁽⁸⁾.

Na ação executiva, não basta que o direito de uma pessoa seja presumível de violação, como acontece na ação declarativa, mas sim que esse direito terá de ser efetivamente violado, assim como passível de uma reparação, que terá, desta forma, tornar-se exigível.

JORGE PAIS DE AMARAL diz-nos que “nas ações executivas é invocada a falta de cumprimento de uma obrigação constante de documento, que constitui o título executivo” e, também, acrescenta que “o exequente requer a reintegração do direito violado ou a aplicação de sanções pela violação” ⁽⁹⁾.

A ação executiva requer uma violação de um direito, que servirá para reparar um dano causado. O que fará a diferença, dependerá sempre de cada tipo de ação executiva, isto porque poderá existir danos que não poderão ser reparados, mas sim, compensados, portanto, quando estamos a tratar, por exemplo, de uma ação de prestação de coisa certa, e essa determinada coisa acabou por ser destruída.

Podemos afirmar que nas ações declarativas de condenação existe uma dupla objetividade, nomeadamente, no que concerne ao reconhecimento de um direito a uma prestação e a uma condenação do réu ao cumprimento da mesma, pois o art.º 4º, n.º 2, al. b), do CPC assim o prescreve.

Após a condenação do mesmo, o indivíduo poderá sempre cumprir a prestação de forma voluntária, mostrando cooperação em solucionar o sucedido. Todavia, nem sempre isto acontece, pois, não existindo cooperação, o art.º 4º, n.º 3, do CPC, enumera que os meios a acionar são os da ação executiva, para que o credor veja a prevalência dos seus direitos a fim de obter uma satisfação efetiva dos mesmos. Quer isto dizer que numa fase declarativa existe o debate/ discussão para poderem proceder a uma condenação, enquanto que numa fase executiva passamos à execução/ ação da obrigação que se encontra em incumprimento na data da propositura da respetiva ação.

⁽⁸⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, pág. 12.

⁽⁹⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2016), *Direito Processual Civil*, 12.ª Edição, Almedina, pág. 36.

Segundo MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA⁽¹⁰⁾ “esta ação enquadra-se na garantia do acesso aos tribunais para a defesa dos direitos e interesses legítimos”, aplicando o art.º 20.º, n.º1, da CRP como forma de estabelecer uma continuidade de prevalência do direito em causa.

O motivo pelo qual nos é dada a opção de darmos seguimento com uma ação executiva é o facto de vermos, como já foi referenciado, a satisfação do crédito / obrigação em causa.

É necessário entendermos as diferenças entre a ação declarativa de condenação e a ação executiva, sobretudo nos seus desígnios, portanto na ação declarativa de condenação “o autor pede o proferimento de uma decisão de condenação do réu no cumprimento da prestação”⁽¹¹⁾, enquanto que na ação executiva o “exequente promove, com o recurso ao *ius imperii* do tribunal, a realização coativa da prestação através de certos atos materiais”⁽¹²⁾, tendo como exemplo “a entrega judicial da coisa devida ou o desapossamento e a venda de bens do devedor”⁽¹³⁾.

Indispensável será entender o que é a execução propriamente dita e, em contrapartida, o que é que se pretende na ação executiva.

Quando nos referimos concretamente à execução, podemos aprofundar as três vertentes existentes, que poderão ser atribuídas em “sentido próprio”⁽¹⁴⁾, numa “aceção ampla”⁽¹⁵⁾ ou como “imprópria”⁽¹⁶⁾.

A finalidade da ação executiva consiste, assim, em aludir-se à execução em sentido próprio, dado que através deste tipo de ação pretendemos que seja cumprida a

⁽¹⁰⁾ SOUSA, Miguel Teixeira de, (1998) *Ação Executiva Singular*, Editora Lex, pág. 9.

⁽¹¹⁾ SOUSA, Miguel Teixeira de, (1998) *Ação Executiva Singular*, pág. 9.

⁽¹²⁾ SOUSA, Miguel Teixeira de, (1998) *Ação Executiva Singular*, pág. 9.

⁽¹³⁾ SOUSA, Miguel Teixeira de, (1998) *Ação Executiva Singular*, pág. 10.

⁽¹⁴⁾ SOUSA, Miguel Teixeira de, (1998) *Ação Executiva Singular*, pág. 10, “é a realização coativa de uma prestação”.

⁽¹⁵⁾ Segundo, Miguel Teixeira de Sousa, (1998), pág. 10, “a execução é a atividade correspondente à produção de quaisquer efeitos jurídicos. Pode afirmar-se que qualquer decisão judicial - mesmo uma decisão proferida numa ação de mera apreciação ou numa ação constitutiva- é suscetível de ser executada. Pode suceder, por exemplo, que a modificação imposta por uma sentença constitutiva seja passível de ser registada ou possa influir num registo efetuado, podendo então dizer-se que a realização do registo, o seu cancelamento ou um averbamento nele lançado correspondem à execução dessa sentença”.

⁽¹⁶⁾ Acrescenta que “neste sentido impróprio que se fala da execução específica do contrato-promessa através de uma sentença que produz os efeitos da declaração negocial do faltoso (cfr. art.º 830.º, n.º 1, CC). ou seja, através de uma sentença constitutiva.”

obrigação que ficou por prestar de forma voluntária, este incumprimento da prestação será imposto no decorrer desta ação de acordo com o art.º 4.º, n.º 3, do CPC.

1.2 Distinção do Processo Declarativo

Como sabemos, o processo civil divide-se em duas vertentes, a vertente declarativa e a vertente executiva. Podemos encontrar estatuído no art.º 10.º do CPC, como já tivemos oportunidade de elucidar.

A vertente declarativa divide-se em ações em que se procura um reconhecimento, uma constituição ou condenação de um direito, denominadas como ações de simples apreciação que poderão ser de apreciação positiva ou negativa, ações constitutivas e as ações de condenação.

Os pressupostos processuais são os requisitos que qualquer processo precisa de preencher para ser recebido no tribunal, nomeadamente o autor carece de personalidade judiciária, terá de ter capacidade judicial, legitimidade processual, o tribunal precisa de ser competente, seja conforme o território, assim como em razão da matéria, para que seja atribuída competência ao tribunal.

Quanto à personalidade judiciária, podemos encontrar, desde logo, no art.º 11.º, n.ºs 1 e 2, do CPC a regra geral: aqueles que têm personalidade jurídica automaticamente têm personalidade judiciária. Contudo, o art.º 12.º do CPC elucida-nos para situações em que há extensão da personalidade judiciária, ou seja, que poderão demandar e serem demandados ⁽¹⁷⁾.

Relativamente ao segundo requisito, a capacidade judiciária, encontra-se prescrita no art.º 15.º do CPC, desde logo no seu n.º 1 elenca o conceito a atribuir.

Em terceiro lugar, aparece-nos a legitimidade processual, aqui estabelece-se o interesse processual, em que o conceito é igualado, dado que torna-se importante decifrar quem terá interesse numa determinada ação. A definição deste requisito encontra-se no art.º 30.º do CPC, n.º 2, para existir legitimidade processual o benefício terá que ser direto.

⁽¹⁷⁾ Temos como exemplo uma situação em que exista perda de uma carga de um navio, deveremos demandar o navio e o seguro do navio. Também, a herança jacente, (herança que ainda não foi partilhada), tem personalidade jurídica.

O interesse em demandar exprime-se pela utilidade derivada da procedência da ação e o interesse em contradizer pelo prejuízo que dessa procedência advenha.

A existência de uma pluralidade subjetiva acontece quando existe mais do que um sujeito a ocupar uma determinada posição processual. Além disto, existe casos em que esta constituição é obrigatória, quando nos referimos por exemplo de acidentes de viação, em que provocam “choque em cadeia”. Teremos sempre duas modalidades distintas, pois, o litisconsórcio divide-se em voluntário ⁽¹⁸⁾ e necessário ⁽¹⁹⁾.

Também temos no decorrer das ações declarativas a aplicação de providências cautelares em situações que sejam necessárias a obtenção de uma decisão provisória, pois, segundo MARCO GONÇALVES, “o caminho para a obtenção de uma decisão judicial definitiva é, por via de regra, longo, sinuoso e moroso” ⁽²⁰⁾.

As providências cautelares existem, essencialmente, porque uma decisão judicial de uma ação declarativa é grande parte das vezes, complexa e pouco célere. Desta forma, existe necessidade de “antecipar” um resultado ou uma decisão de forma provisória para que o lesado veja o seu direito salvaguardado ou até mesmo realizado.

Isto acontece porque “a segurança e a certeza da decisão judicial devem ser harmonizadas com a necessidade de se garantir a efetividade dessa decisão” ⁽²¹⁾. Assim, uma decisão definitiva faz sentido se tiver sido colocada em prática em tempo útil, “já que de nada vale obter uma sentença materialmente justa, se esta não for temporalmente exequível” ⁽²²⁾.

⁽¹⁸⁾ Litisconsórcio voluntário – artigo 32.º

«1 - Se a relação material controvertida respeitar a várias pessoas, a ação respetiva pode ser proposta por todos ou contra todos os interessados; mas, se a lei ou o negócio for omissivo, a ação pode também ser proposta por um só ou contra um só dos interessados, devendo o tribunal, nesse caso, conhecer apenas da respetiva quota-parte do interesse ou da responsabilidade, ainda que o pedido abranja a totalidade.

2 - Se a lei ou o negócio permitir que o direito seja exercido por um só ou que a obrigação comum seja exigida de um só dos interessados, basta que um deles intervenha para assegurar a legitimidade.»

⁽¹⁹⁾ Litisconsórcio necessário – artigo 33.º

1 - Se, porém, a lei ou o negócio exigir a intervenção dos vários interessados na relação controvertida, a falta de qualquer deles é motivo de ilegitimidade.

2 - É igualmente necessária a intervenção de todos os interessados quando, pela própria natureza da relação jurídica, ela seja necessária para que a decisão a obter produza o seu efeito útil normal.

3 - A decisão produz o seu efeito útil normal sempre que, não vinculando embora os restantes interessados, possa regular definitivamente a situação concreta das partes relativamente ao pedido formulado.»

⁽²⁰⁾ GONÇALVES, Marco Carvalho, (2016), *Providências Cautelares*, 2.ª Edição, Almedina, pág. 81.

⁽²¹⁾ GONÇALVES, Marco Carvalho, (2016), *Providências Cautelares*, pág. 82.

⁽²²⁾ GONÇALVES, Marco Carvalho, (2016), *Providências Cautelares*, pág. 82.

Todavia, é de referir que esta dupla conjugação é complexa e alcançá-la nem sempre se torna fácil numa ação declarativa, pois “o tempo é um fator de corrosão dos direitos”⁽²³⁾. Portanto, houve necessidade de encontrar mecanismos para que consigamos combater esta dificuldade e uma das formas encontradas é sem dúvida a dos Procedimentos Cautelares.

Também, MARCO GONÇALVES expõe-nos que as «Providências Cautelares, enquanto medidas de natureza sumária e urgente, visam antecipar ou garantir o efeito útil do reconhecimento de um direito ou, (...) “acautelar o efeito útil da ação”, neutralizando os prejuízos que possam advir para o interessado na tutela do seu direito em consequência da demora normal e inevitável do processo»⁽²⁴⁾.

Acrescenta dizendo que são instrumentos adequados “a assegurar e garantir a efetividade da tutela jurisdicional, constituindo dessa forma” ⁽²⁵⁾ a “garantia da garantia judiciária” ⁽²⁶⁾ relativamente à ação principal.

As modalidades que compõem as Providências Cautelares estão estatuídas no art.º 362.º, n.º 1, do CPC às quais são atribuídas uma denominação de conservatória e antecipatória.

JOSÉ LEBRE DE FREITAS classifica esta norma como “sendo uma verdadeira cláusula geral”⁽²⁷⁾, pois a sua aplicabilidade ocorre em todas as situações que não correspondam às providências cautelares especificadas⁽²⁸⁾.

Contudo, MARCO CARVALHO GONÇALVES ensina-nos que “o procedimento cautelar comum não pode ser utilizado como uma via alternativa para todas aquelas situações que não sejam tuteláveis pelas providências cautelares especificadas”⁽²⁹⁾.

As providências cautelares, com denominação de conservatória, são as de prevenção. De um modo geral, estas existem para a proteção do direito em causa,

⁽²³⁾ DINAMARCO, Cândido Rangel, (2003), *Nova Era do Processo Civil*, Malheiros Editores, São Paulo, pág. 55.

⁽²⁴⁾ GONÇALVES, Marco Carvalho, (2016), *Providências Cautelares*, págs. 85-87.

⁽²⁵⁾ GONÇALVES, Marco Carvalho, (2016), *Providências Cautelares*, pág. 88.

⁽²⁶⁾ ANDRADE, Manuel Domingues de, (1993), *Noções elementares de Processo Civil*, pág. 9.

⁽²⁷⁾ FREITAS, José Lebre de, (2019), *Código de Processo Civil Anotado*, Volume II, 4.ª edição, Almedina, pág. 33.

⁽²⁸⁾ Estas estão regulamentadas entre os artigos 377.º e 409.º do CPC, às quais iremos tratar mais à frente de forma mais aprofundada.

⁽²⁹⁾ GONÇALVES, Marco Carvalho, (2016), *Providências Cautelares*, pág. 88.

enraizado, para que este seja salvaguardado ao longo de todo o processo até à decisão definitiva, que acontece quando a ação terminar.

Segundo JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, “previnem a ocorrência ou a continuação de produção de danos graves e irreparáveis ou de difícil reparação no direito do seu titular, acautelando o efeito útil do reconhecimento definitivo desse mesmo direito”⁽³⁰⁾.

MARCO CARVALHO GONÇALVES ensina que “estas providências têm como objetivo conservar, manter ou preservar a situação existente, assegurando ao requerente a manutenção da titularidade ou do exercício de um direito ou de gozo de um bem, que está ameaçado de perder”⁽³¹⁾.

Significa que, não se pretende antecipar uma decisão provisória, mas sim pretende-se através de uma necessidade absoluta de acautelar o direito em causa, para que o requerido minimize sacrifícios ao longo de todo o processo.

As providências cautelares especificadas com características conservatórias são as de suspensão de deliberações sociais, art.º 381 n.º 3 do CPC, o embargo de obra nova, art.º 397, n.º 1, do CPC, o arresto, art.º 391º, n.º2 do CPC, e o arrolamento art.º 406º, n.º5, do CPC. Estas últimas são aquelas que mais se aproximam do processo executivo, em que iremos abordar algumas das suas finalidades.

O arresto é outro tipo especificado de providência cautelar de carácter preventivo. Este procedimento acontece quando um determinado credor sente o seu crédito ameaçado, necessitando de recorrer a meios judiciais para recuperar o mesmo.

Antes de mais, o Código Civil no seu artigo 619.º, n.º1, dispõe que “o credor que tenha justo receio de perder a garantia patrimonial do seu crédito, pode requerer o arresto de bens do devedor”⁽³²⁾.

JORGE PAIS DE AMARAL elucida-nos que, por esta via, irá “conservar a garantia patrimonial do credor. Quando o devedor não cumpre as suas obrigações pecuniárias, o credor tem o direito de promover a execução dos seus bens”⁽³³⁾.

⁽³⁰⁾ ANDRADE, José Carlos Vieira de, (2012), *A justiça Administrativa (Lições)*, 12ª edição, Coimbra, Almedina, pág. 306.

⁽³¹⁾ GONÇALVES, Marco Carvalho, (2016), *Providências Cautelares* págs. 94 e 95.

⁽³²⁾ Vide artigo 619.º CC.

⁽³³⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019) *Direito Processual Civil*, 15.ª edição, Almedina, pág. 73.

Encontra-se uma forma de assegurar os bens do devedor para que o credor não fique sem a realização do seu crédito, pois o credor tem todo o interesse em que “o devedor não aliene ou onere os bens”⁽³⁴⁾, pois são suscetíveis de garantir o pagamento da importância em dívida.

Também a lei adjetiva, estatui no mesmo sentido, no seu art.º 391.º, n.º1 CPC, quando consagra que “o credor que tenha justificado receio de perder a garantia patrimonial do seu crédito pode requerer o arresto dos bens do devedor”.

Se continuarmos a observar o n.º2 do mesmo artigo, encontramos a “definição prática” do arresto, pois esta norma diz-nos que o arresto “consiste na apreensão judicial dos bens, à qual são aplicáveis as disposições relativas à penhora”. Isto quer dizer que todos os bens passíveis de arresto têm de ser bens passíveis de penhora ⁽³⁵⁾.

Podemos então assim dizer que esta providência cautelar é uma antecipação da penhora, na qual poderá se converter em penhora ⁽³⁶⁾.

Segundo o art.º 392.º, n.º1 do CPC o requerente do arresto deve deduzir os factos que tornam provável a existência do crédito e que justifiquem o receio invocado, relacionando os bens que devem ser apreendidos, com todas as indicações necessárias à realização da diligência.

O credor terá de alegar pelo menos um *fumus boni iuris*, que justifique a provável existência do crédito e também a hipótese do receio da perda da garantia real, constituindo assim o *periculum in mora* ⁽³⁷⁾ do requerimento do arresto.

O requerente terá de relacionar bens a apreender, dado o facto de ser necessário de uma forma concreta proceder à sua identificação, pois não basta “referência genérica” ⁽³⁸⁾. Isto acontece porque existe a grande preocupação de acautelar os bens, assim como

⁽³⁴⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019), *Direito Processual Civil*, pág. 73.

⁽³⁵⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019), *Direito Processual Civil*, pág. 75. “O valor do procedimento cautelar é determinado pelo montante do crédito que se pretende garantir- art.º 304.º, n.º3, alínea e)”.

⁽³⁶⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019). *Direito Processual Civil*, pág. 74. “Conforme determina o artigo 762.º do C.P.C., quando os bens estão arrestados, converte-se o arresto em penhora e faz-se no registo predial do respetivo averbamento.

⁽³⁷⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019). *Direito Processual Civil*, pág. 76. “O legislador, tendo em conta a finalidade particular do arresto- evitar a dissipação dos bens do devedor à custa da garantia patrimonial do credor- considerou desde logo que tal fim era justificação suficiente para se dispensar a audiência da parte contrária”.

Sobre o requerimento pode recair despacho de indeferimento liminar ou de aperfeiçoamento.

⁽³⁸⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019), *Direito Processual Civil*, pág. 76.

proceder a uma avaliação para que se arreste bens no valor do crédito. Caso contrário, também estaríamos a arrestar bens de valor superior, e não é isso que aqui se pretende ⁽³⁹⁾.
(40).

A impugnação poderá ser feita, mas só após ser decretada a decisão provisória do juiz da providência cautelar e ter sido notificado pessoalmente, de acordo o art.º 366.º, n.º 6 do CPC.

O arrestado poderá impugnar, de acordo o art.º 372.º, n.º1 do CPC, uma de duas formas ou por “recurso ou a oposição”. Procederá ao recurso quando entender que a decisão é injusta atentos os elementos constantes nos autos. Nomeadamente, não existir prova quanto à existência do crédito ou que “não existam elementos suficientes para que o tribunal pudesse concluir pelo justificado receio de perda da garantia patrimonial” ⁽⁴¹⁾.

E à oposição quando tiver provas de factos diferentes daqueles que foram alegados no requerimento da providência cautelar, que são elementos justificativos da decisão decretada provisoriamente pelo juiz. Permitindo assim a invalidade dos mesmo ou, “pelo menos, determinem a sua redução”⁽⁴²⁾, verificando-se a impugnação da matéria de facto.

O arresto pode caducar, ficando sem efeito, caso esteja perante as situações elencadas no art.º 373.º do CPC.

Todavia, caduca, não só nas situações elencadas neste artigo, mas também se o credor não instaurar a execução no prazo de dois meses subsequentes ao trânsito em julgado da decisão ou se, o credor instaurar a execução, o processo ficar sem andamento durante mais de trinta dias, por negligência do exequente ⁽⁴³⁾. Também caduca, no caso em que tenha sido requerido como incidente, nos termos do art.º 373.º, n.º1, alínea b), do CPC⁽⁴⁴⁾.

⁽³⁹⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019), *Direito Processual Civil*, pág. 76, “Atualmente, por força do disposto no art.º 396, n.º3, quando estiver em dívida, no todo ou em parte, o preço da aquisição de um bem e este seja transmitido pelo adquirente a terceiro mediante negócio jurídico, o vendedor inicial pode requerer o arresto contra o comprador, sem ter necessidade de fazer prova do justo receio de perda de garantia patrimonial”.

⁽⁴⁰⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019), *Direito Processual Civil*, pág. 77, “Se o arresto houver sido requerido em mais bens que os suficientes para segurança normal do crédito, reduzir-se-á a garantia aos justos limites – art.º393, n.º2.

⁽⁴¹⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019), *Direito Processual Civil*, pág. 78.

⁽⁴²⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019), *Direito Processual Civil*, pág. 78.

⁽⁴³⁾ Vide artigo 395.º do CPC.

⁽⁴⁴⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019), *Direito Processual Civil*, pág. 78.

O arrolamento, por seu turno, consiste em fazer uma listagem quer de bens imóveis, quer de móveis, assim como de documentos, para que não exista uma dissipação ou ocultação dos mesmos. Menciona assim o art.º 403.º, n.º1, “havendo justo receio de extravio, ocultação ou dissipação de bens, móveis ou imóveis, ou de documentos, pode requerer-se o arrolamento deles”.

Neste tipo de providência cautelar o requerente terá de invocar o *periculum in mora* quanto à necessidade de utilização de certo documento ou a preservação do mesmo.

Após decretada a decisão provisória do juiz, é feito segundo o art.º 406.º, “a descrição, avaliação e depósito dos bens⁽⁴⁵⁾, mas, quando se tratar de documentos, não haverá “necessidade de avaliação”⁽⁴⁶⁾.

O arrolamento, assim como as outras providências cautelares especificadas, poderá ser requerida preliminarmente ou incidentemente na dependência de uma ação principal, “à qual interessa a especificação dos bens ou a prova da titularidade dos direitos relativos às coisas arroladas”⁽⁴⁷⁾. É utilizada uma grande parte das vezes na ação de separação judicial de pessoas e bens, divórcio, declaração de nulidade ou anulação do casamento^{(48),(49)}.

Em suma e segundo o art.º 304.º, n.º3, alínea f), do CPC “o valor do procedimento cautelar é determinado pelo valor dos bens arrolados”.

O arrolamento e o arresto têm parecenças entre si. Todavia, “utiliza-se o arresto para assegurar a garantia patrimonial do credor”⁽⁵⁰⁾, enquanto que o arrolamento é utilizado quando se “pretende evitar o extravio, ocultação ou dissipação de certos bens”⁽⁵¹⁾.

⁽⁴⁵⁾ Vide artigo 406.º, n.º1 do CPC.

⁽⁴⁶⁾ Vide artigo 406.º n.º4 do CPC.

⁽⁴⁷⁾ Vide o artigo 403.º, n.º 2 do CPC.

⁽⁴⁸⁾ Vide artigo 409.º, n.º1, “qualquer um dos cônjuges pode requerer o arrolamento de bens comuns, ou dos bens próprios que sejam administrados pelo outro conjugue”.

⁽⁴⁹⁾ Segundo, JORGE PAIS DE AMARAL, (2019), «o caso das ações de divórcio, separação de pessoas e bens ou anulação do casamento, a propositura da ação (ou a intenção de a propor) já constitui, só por si, um perigo para a conservação dos bens sob a administração do outro conjugue. Por isso, o requerente não necessita de provar que há *justo receio* de extravio. Nestas circunstâncias a lei presume a existência de tal risco. Existe, portanto, a *presunção de justo receio*, pelo que a lei dispensa o requerente de o invocar».

⁽⁵⁰⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019), *Direito Processual Civil*, pág. 78.

⁽⁵¹⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019), *Direito Processual Civil*, pág. 78.

Também, JORGE PAIS DE AMARAL acrescenta que no arresto pretende-se “assegurar o pagamento do crédito do requerente e que no arrolamento pretende-se conservar os próprios bens”⁽⁵²⁾.

Quer isto dizer que ambos correm “perigo iminente”, a grande diferença é que o *periculum in mora* existente no arrolamento é a fuga ou ocultação, quer de documentos como de bens, existe a necessidade de defender determinados bens para que continuem intactos, ao passe que, no arresto, o credor sente a necessidade de satisfação do crédito, só e apenas isso, não estando em causa determinado bem, mas sim a concretização de alguns bens de forma a garantir o pagamento da dívida.

Segundo o art.º 404.º, n.º2, do CPC a título excecional os credores podem pedir o “arrolamento nos casos em que haja lugar à arrecadação da herança”. Este só acontece a título excecional devido ao facto dos credores já beneficiarem da providência cautelar do arresto. Também o art.º 404º, n. 1, do CPC dispõe que “o arrolamento pode ser requerido por qualquer pessoa que tenha interesse na conservação dos bens ou dos documentos”.

1.3 Formas e Pressupostos da Ação Executiva

Na ação executiva poderemos ter pressupostos gerais e pressupostos específicos.

Os pressupostos gerais na ação executiva são os pressupostos gerais do processo civil.

São eles os seguintes: a competência do tribunal, a legitimidade das partes, o patrocínio judiciário, os pressupostos no caso de pluralidade de sujeitos da ação e os pressupostos no caso de cumulação de pedidos.

Os pressupostos específicos da ação executiva são compostos por dois, a existência de um título executivo e a prestação em causa deverá ser certa, exigível e líquida, “dos quais depende a exequibilidade do direito à prestação”⁽⁵³⁾.

Quanto ao primeiro pressuposto, o da existência do título executivo, este tem como sua maior característica o formalismo, dado que neste irá constar ou pressupor a existência do dever de prestar.

⁽⁵²⁾ AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019), *Direito Processual Civil*, pág. 76.

⁽⁵³⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, pág. 44.

Quanto ao segundo pressuposto específico da ação executiva (certeza, exigibilidade e liquidez), tem como sua maior característica a materialidade, pois sem estes não conseguiremos obter a satisfação da obrigação.

Este último poderá ser considerado como requisitos autónomos, caso não conste do título executivo, pois, segundo o art.º 713.º do CPC, “a execução principia pelas diligências, (...) destinadas a tornar a obrigação certa, exigível e líquida, se o não for em face do título executivo”⁽⁵⁴⁾.

Quando estamos perante um título executivo, em que seja observada a sua exigibilidade, a certeza e a liquidez da obrigação, de acordo com o art.º 703.º do CPC, teremos que analisar sempre o valor atribuído ao mesmo, pois pode, desde logo, ser um dos fatores importantes para determinar o seguimento da ação, dado que existe dois tipos de processo executivo, o ordinário e o sumário.

Quando a situação em causa seja para pagamento de quantia certa, elencada no art.º 10.º do CPC, e, não ultrapassando a quantia dos 10.000€, procedemos à instauração do processo sumário, visto que o valor ao não ultrapassar o dobro da 1.ª alçada, de acordo com o artigo 550.º do CPC, segue esta forma de ação.⁽⁵⁵⁾

Todavia, temos situações em que o valor da causa não ultrapassa o dobro do valor do tribunal de 1.ª alçada e mesmo assim é instaurado um processo ordinário. Estas situações estão previstas no art.º 550.º, n.º3, tendo como exemplo, a situação que é muitas vezes levantada relativamente à comunicabilidade da dívida no requerimento executivo, o processo a aplicar será o ordinário e não o sumário.

A grande diferença entre o processo ordinário e do processo sumário é que o primeiro fica, numa primeira fase, sobre a tutela do tribunal, isto é, o processo ordinário tem como característica principal um seguimento exaustivo por parte do juiz na sua fase inicial, retirando poderes ao Agente de Execução. No decorrer da ação o executado é

⁽⁵⁴⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, “Até à revisão do CPC de 1961, o regime da certeza e da exigibilidade, por um lado, e o da liquidez, por outro, divergiam. Enquanto a liquidação da obrigação podia ter lugar no processo executivo, a certeza e a exigibilidade tinham de estar já verificadas á data em que a ação era proposta”.

⁽⁵⁵⁾ Tratando-se por exemplo de uma dívida de condomínio, em que o valor em dívida seria composto por 1500,00€, enquanto solicitadores poderíamos patrocinar a causa, de acordo com o artigo 42.º do CPC. Deveríamos sempre de reunir os documentos necessários, nomeadamente do título executivo, da ata do condomínio, de uma procuração para representação, e, identificação das partes. Nesta situação hipotética, o valor é inferior ao tribunal de 1.ª instância possibilitando o patrocínio.

sempre citado/notificado das ações, designadamente a título de exemplo no que concerne à penhora de saldos bancários, o devedor é informado que irão proceder ao congelamento das contas. Em contrapartida, o Agente de Execução num processo sumário tem como característica principal, iniciar e acompanhar o desenrolar do processo. Voltando ao exemplo ilustrado relativamente à penhora de saldos bancários, perante um processo sumário tende a ter um efeito “surpresa”, pois, primeiro penhora-se e em seguida o Agente de Execução comunica que o processo está a decorrer.

Caso seja derivado de uma sentença, de acordo com o art.º 85.º, n.º 2, do CPC, “o requerimento de execução é apresentado no processo em que a mesma foi proferida, correndo a execução nos próprios autos”.

Contudo, segundo EDGAR VALLES, caso estejamos perante a situação de competência especializada de execução, “deve ser remetida a esta, a cópia da sentença, do requerimento que deu início à execução e dos documentos que o acompanham”⁽⁵⁶⁾.

Segundo EDGAR VALLES, “a execução é um processo judicial em que o credor (exequente), munido de título executivo (documento com essa natureza) se dirige ao tribunal, de a que sejam apreendidos bens do devedor (penhora de bens), a fim de, forma a que sejam apreendidos bens do devedor (penhora de bens), a fim de, com o produto da venda (venda de bens) se obter o pagamento da dívida (pagamento)”⁽⁵⁷⁾.

Todo o processo executivo presume custos acrescidos. Na verdade, quem fica responsabilizado por tal custo é, pelo menos inicialmente o exequente, consequentemente deveremos proceder a um levantamento de opções para verificar se valerá a pena prosseguir ou intentar a ação executiva. Isto é, verificar se existe a possibilidade de recuperação do seu crédito através de um simples levantamentos de bens do devedor, “tentamos previamente averiguar se existem bens penhoráveis, designadamente se o executado trabalha, se tem imóveis, conta bancária ou recorremos ao procedimento extrajudicial pré-executivo (PEPEX)”, como iremos posteriormente abordá-lo de forma mais especificada.

Também existe uma lista disponibilizada na plataforma “citius” em que o credor poderá consultar situações em que determinado indivíduo já se enquadre nesta lista

⁽⁵⁶⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 162.

⁽⁵⁷⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, 6.ª Edição, Edições Almedina, pág. 152.

pública e que nos forneça dados de execuções fracassadas por a inexistência de bens penhoráveis ⁽⁵⁸⁾.

1.3.1 Requerimento Executivo

Para dar início ao requerimento executivo o credor tem de possuir um título executivo, pois sucede que é este título que vai fazer com que o credor consiga recuperar o seu crédito. Acresce que, existe uma equiparação do requerimento executivo com a petição inicial da ação declarativa comum, pois ambos os procedimentos são os primeiros passos para o reconhecimento de um direito ou, no caso da ação executiva, apenas fará com que o tribunal atribua “força para a atribuição desse direito”.

Segundo o art.º 724.º, n.º 2, do CPC “incumbe ao exequente, quando indique bens a penhorar, fornecer os elementos e documentos de que disponha e que contribuam para a sua exata identificação, especificação e localização, bem como para o acesso aos respetivos registos” ⁽⁵⁹⁾. Ou seja, tal indicação de bens não tem forma obrigatória, todavia será do interesse do credor indicar os bens e o seu fácil acesso para procederem à localização dos mesmos.

Por seu turno, o art.º 735º, n.º 1, do CPC refere que “estão sujeitos à execução todos os bens do devedor suscetíveis de penhora que, nos termos da lei substantiva, respondem pela dívida exequenda”. Quando estamos perante um requerimento executivo é necessário identificar o título executivo.

1.3.2 A Penhora de Bens

A penhora é efetuada para satisfazer a obrigação do devedor para com o credor. Neste sentido, a penhora só deverá ser efetuada de acordo com os limites impostos por lei, isto é, não deverá corresponder a um valor superior àquele que pertence à obrigação que está em incumprimento. Todavia, poderá ser efetuada a penhora por valor inferior, se estivermos perante um devedor que não tenha bens suficientes para pagamento integral da sua obrigação.

⁽⁵⁸⁾ Esta lista pública de execuções poderá ser consultada no seguinte site: <http://www.citius.mj.pt/Portal/execucoes/ListaPublicaExecucoes.aspx>”.

⁽⁵⁹⁾ Vide art.º 724.º, n.º 2 do CPC.

Conseguiremos identificar os bens a penhorar através de uma análise/pesquisa efetuada pelo Agente de Execução nas plataformas informáticas de forma a fazer um levantamento dos bens pertencentes ao devedor, assim como verificar se o devedor já se encontra com bens penhorados e o tipo de execuções, pois, só assim, valerá a pena prosseguir com o processo executivo e consequentemente com a penhora de bens⁽⁶⁰⁾.

Segundo AMÂNCIO FERREIRA, a penhora tem uma dupla função. Em primeiro lugar serve para individualizar e “apreender efetivamente os bens que se destinam aos fins da execução” ⁽⁶¹⁾, pois todos os bens têm de ser identificados de forma a que a descrição seja efetuada de forma completa. Isto é, se se tratar de um bem móvel terá de vir o mesmo mencionado, assim como se se tratar de bem imóvel, onde deverá estar presente, assim como, toda a sua dimensão e composição.

Em segundo lugar, o autor defende que desta forma os bens permanecem nas suas mais amplas condições de forma a que não sejam desvalorizados, pois, a penhora faz “conservar os bens assim individualizados na situação em que se encontram, evitando que sejam escondidos, deteriorados ou alienados em prejuízo da execução” ⁽⁶²⁾.

Elaborada a pesquisa e as hipóteses de prosseguir com o processo executivo, caso não seja possível identificar bens do devedor, de acordo com o art.º 748.º, n.º 3, do CPC, o Agente de Execução “notifica o exequente para indicar bens, extinguindo-se a execução se não for feita essa indicação no prazo de dez dias”.

Segundo o art.º 741.º, n.º 6 do CPC, “para efeitos de penhora de depósitos bancários, o Banco de Portugal disponibiliza ao agente de execução informação acerca das instituições bancárias legalmente autorizadas a receber depósitos em que o executado detém contas ou depósitos bancários”. Esta norma foi uma das inovações do “novo” Código Processo Civil, dado que no anterior, o tribunal teria de emitir despacho para que pudéssemos penhorar saldos bancários.

Acrescenta o art.º 779.º, n.º 1 do CPC que perante a penhora de rendas, abonos, vencimentos ou salários, “efetua-se através da notificação do locatário, empregador ou a

⁽⁶⁰⁾ Art.º 1º e 2º Dec.-Lei nº201/2003, de 10 de setembro.

⁽⁶¹⁾ LIEBMAN, (1963), “Processo de Execução” 12ª edição, S. Paulo, pág. 88, Ob. Cit., por Fernando Amâncio Ferreira, (2010), “Curso de Processo de Execução”, Almedina, pág. 109.

⁽⁶²⁾ LIEBMAN, (1963), “Processo de Execução” pág. 88, Ob. Cit., por Fernando Amâncio Ferreira, (2010), “Curso de Processo de Execução”, pág. 109.

entidade que os deva pagar para que faça, nas quantias devidas, o desconto correspondente ao crédito penhorado e proceda ao depósito em instituição de crédito”.

Contudo, todo este procedimento acarreta custos administrativos acrescidos às empresas, pois por cada funcionário que se encontre perante uma destas situações, a empresa terá de enviar mensalmente o comprovativo do pagamento do salário com o respetivo desconto ao agente de execução nomeado judicialmente.

1.3.2.1 Oposição à Penhora e Impenhorabilidades

Após o credor intentar um procedimento de injunção, o devedor, consequentemente, é notificado de que deverá proceder ao pagamento de determinada quantia devida.

Este tipo de procedimento é adotado ao longo de todo o ano, todavia, o número de processos de injunção dispara principalmente na época do subsídio de férias e do subsídio de Natal. Tal situação acontece devido ao facto de as famílias encontrarem-se em situação financeira mais favorável ao pagamento de obrigações devidas.

É necessário fazer observação ao facto de que nos últimos anos o país atravessou um período de grave instabilidade económica, levando a um número elevado de famílias a deixarem de cumprir com os seus compromissos, assim como com as suas obrigações, quer a nível bancário, quer perante determinados serviços públicos (água, luz, entre outros), ou, até mesmo, perante as suas famílias.

Consequentemente, os subsídios serviram (e servem) para colmatar dívidas, nem sempre a sua totalidade, mas, permite pelo menor propor um acordo de pagamento.

Ao referirmo-nos a este período temporal, o próprio governo criou medidas para que a situação do país pudesse evoluir positivamente. Inicialmente, na função pública, os funcionários recebiam por inteiro o subsídio de férias (mantendo-se o pagamento deste subsídio por inteiro nas diferentes fases), quanto ao subsídio de Natal era pago em duodécimos. Mais tarde, passou a ser pago metade do subsídio de Natal em duodécimos e a outra metade do subsídio no mês de novembro. Até chegarmos à fase em que nos encontramos, em que o subsídio volta a ser pago na sua totalidade ao mês que antecede o Natal.

Se fizermos a mesma análise ao sector privado, verificamos que grande parte das empresas não adotou todas estas fases que nos referimos perante o sector público.

Contudo, algumas delas até chegaram a implementar a regra dos duodécimos com ambos subsídios.

Teremos de fazer esta comparação dado que existe relevância perante situações de incumprimento obrigacional. Acontece que, se estivermos perante esta última situação referenciada em que um dos subsídios ou ambos sejam pagos através de duodécimos, o credor poderá deixar de beneficiar, pois o valor a recuperar ao fim do ano é inferior.

Teremos de exemplificar uma situação em que isso aconteça, para os diferentes casos, nomeadamente quando nos referimos a um indivíduo que receba mensalmente o valor de 635,00€, ordenado mínimo nacional ⁽⁶³⁾.

Como primeira observação, iremos abordar a situação em que um indivíduo apenas recebia por duodécimos o subsídio de Natal e o subsídio de férias. Devemos então repartir o valor 635,00€ (ordenado mínimo nacional em Portugal) por 12 (número de meses num ano civil), obteremos um montante aproximado de 52,92€ (valor correspondente ao subsídio de natal/férias que o indivíduo receberia mensalmente).

Sabendo que perante uma situação de salário mínimo o Agente de Execução não consegue proceder à penhora de salários, perante esta posição em que nos encontramos, (duodécimos) o valor líquido mensal já se encontra alterado, podendo recuperar uma parte do crédito, mesmo que seja mínima.

Isto é, se a este montante de 52,92€, juntarmos o valor do subsidio de férias (52,92€), obteremos um montante de 105,84€. Todavia, como sabemos, para o cálculo da penhora teremos de ter sempre atenção ao salário líquido, desta forma $635,00€ + 105,84€$, obtemos um montante de 740,84€, montante bruto, que após a retirada dos impostos dos 11% para a segurança social, ficaríamos com $740,84 - 81,49 = 659,35€$

$659,35 - 635,00€ = 24,35€$, que ao fim do ano obteríamos o somatório de 292,20€, pois, será o valor aproximado que o Agente de Execução conseguirá recuperar, obtendo um valor recuperado ao fim de um ano de aproximadamente.

Contudo, caso o indivíduo recebesse o montante do subsídio de natal ou de férias por inteiro, o Agente de Execução conseguiria recuperar um valor superior ao elencado anteriormente. Pois, ao observarmos as regras da penhora dos salários, analisamos que

⁽⁶³⁾ 650,00€ no Arquipélago da Madeira.

num mês que o indivíduo recebesse o seu salário mínimo conjuntamente com o seu subsídio de Natal, iria auferir o montante de 1270,00€, montante bruto mensal.

Imaginando assim, que o indivíduo naquele mês de novembro iria auferir 1270,00€, teríamos de proceder aos seguintes cálculos relativamente à penhora de salário.

$$1/3 = 423,33\text{€} (1270,00\text{€}/3)$$

$$2/3 = 846,67\text{€} (1270,00\text{€} - 423,33\text{€})$$

$$1270\text{€} * 11\%^{(64)} = 139,70\text{€} \quad 1270,00\text{€} - 139,70\text{€}$$

Assim o Agente de Execução conseguiria reaver 423,33€ por cada subsídio em vez dos 146,10€ (total recuperado de ambos os subsídios $292,20\text{€}/2 = 146,10\text{€}$), diferença esta por cada subsídio 277,23€, que ao fim do ano perfaz a diferença de 554,46€ de crédito recuperado.

Ao estarmos perante a situação em que o credor conseguiu obter título executivo através do procedimento de injunção, este, poderá instaurar execução, na qual pode celebrar um acordo de pagamento para que seja cumprido o pagamento integral da dívida. Ao tomar esta posição, de voltar a dar o benefício da dívida ao devedor, o credor corre sempre o risco de não ver o seu crédito cumprido, como tal, deverá conservar em sua posse o título executivo. Caso o acordo não seja cumprido, o exequente pode requerer a renovação da execução.

As regras da impenhorabilidade encontram-se dispostas no art.738.º do CPC, em que este prescreve que “são impenhoráveis dois terços dos vencimentos, salários, prestações periódicas pagas a título de aposentação ou qualquer outra regalia social, seguro, indemnização por acidente, renda vitalícia ou prestações de qualquer natureza que assegurem a subsistência do executado”.

Um indivíduo perante uma situação de penhora de salários, sabemos que teremos de respeitar os limites, mínimo e máximo da mesma.

Segundo EDGAR VALLES, “a impenhorabilidade tem como, limite máximo o valor equivalente três salários mínimos, o que significa que apenas não se podem

⁽⁶⁴⁾ Imaginando hipoteticamente que não existiam descontos da taxa e sobretaxa do IRS.

penhorar três salários mínimos, quando o correspondente a 2/3 dos mesmos ultrapasse o equivalente ao montante de três salários mínimo”⁽⁶⁵⁾.

Quer isto dizer que relativamente a um indivíduo que receba mensalmente 6.000€ líquidos, tendo em conta que o ordenado mínimo nacional é de 635,00€, pela regra geral da impenhorabilidade, 1/3 do salário poderia ser penhorado, o que corresponde ao montante de 2000,00€. Todavia, de acordo com o Código Processo Civil, temos de respeitar o valor máximo da penhorabilidade.

Como tal, o limite máximo é de três salários mínimos nacionais, correspondendo ao montante de 1905,00€. Desta forma obtemos o seguinte cálculo:

$$6000,00\text{€} - 1905,00\text{€} = 4095,00\text{€}$$

Assim, só seriam penhorados o montante de 1905,00€, e o indivíduo receberia mensalmente a título remuneratório 4095,00€ após penhora do salário.

O executado pode, segundo o art.º 738.º do CPC, requerer ao Juiz a redução ou a isenção de penhora, alegando e provando que com a dimensão da penhora realizada não consegue viver com respeito com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Para além dos bens já mencionados, pode haver penhora de bens móveis, de direitos, de bens indivisos, entre muitos outros.

Após a penhora, inicia-se a “fase” do concurso de credores, onde terceiros àquela concreta execução poderão fazer a reclamação dos seus respetivos créditos.

Segundo o art.º 788.º, n.º1, do CPC “Só o credor que goze de garantia real sobre os bens penhorados pode reclamar, pelo produto destes, o pagamento dos respetivos créditos”.

Acrescenta, o art.º 786.º n.º 1 al. a), que deverá ser citado o cônjuge do executado, e o seu n.º 2 refere a Fazenda Nacional e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, através de meios eletrónicos.

Estas entidades têm assim legitimidade para reclamar o seu crédito naquela ação executiva. Podendo mesmo ocorrer que sejam graduadas em primeiro lugar, dado que o art.º 736.º do CC dispõe que “o Estado e as autarquias locais têm privilégio mobiliário

⁽⁶⁵⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, 6.ª Edição, Edições Almedina, pág. 165.

geral para garantia dos créditos (...) de impostos diretos inscritos para cobrança no ano corrente na data da penhora, ou ato equivalente, e nos dois anos anteriores”

Para além disso, o art.º 748.º do CC consagra a ordem que deverá ser atribuída quando estejamos perante diversas obrigações dotadas de privilégio imobiliário à Administração Fiscal.

Face às regras do registo é importante, nos bens imóveis, determinar a data de cada um dos registos de ónus e encargos, dado que prevalece aquele que tiver o registo mais antigo sobre determinado bem imóvel.

Para além da graduação dos créditos não poderá ser esquecido o valor das taxas de justiça e encargos, assim como os Honorários do Agente de Execução, pois este terá de ser pago em primeiro lugar e só depois é que existe a graduação dos restantes credores. Assim o diz o art.º 743.º e art.º 749.º, ambos do CC.

Havendo bens penhoráveis é, por vezes, necessário proceder à sua venda, que é realizada pelo Agente de Execução, dado que, após a grande reforma da ação executiva, o juiz passou a intervir apenas em casos excecionais, como a venda de bens de forma antecipada.

São casos específicos aqueles que estão elencados no art.º 814.º CPC, que designamos por vezes como bens dotados de um *periculum in mora*, isto é, poderão ser bens que poderão apresentar iminências de deteriorações ou depreciações.

Segundo JOSÉ LEBRE DE FREITAS, as diligências para venda dos bens só se iniciam com o termo do prazo para reclamações de créditos”.⁽⁶⁶⁾

Neste âmbito, terminado o prazo par reclamação de créditos, a execução prossegue e há lugar à venda dos bens penhorados, para que se efetue o pagamento da obrigação exequenda.

1.3.2.2 Diversas Modalidades da Venda dos Bens Penhorados

O art.º 811.º do CPC prescreve que a venda pode revestir diversas modalidades, nomeadamente a venda mediante proposta em carta fechada, a venda em mercados regulamentados, a venda direta a pessoas ou entidades que tenham direito a adquirir os

⁽⁶⁶⁾ FREITAS, José Lebre, (2013), *A ação executiva*, pág. 376.

bens; a venda por negociação particular, a venda em estabelecimento de leilões, a venda em depósito público ou equiparado e a venda em leilão eletrônico.

O agente de execução irá concretizar a modalidade de venda ⁽⁶⁷⁾ consoante verificar aquele que mais se adequar ao caso que estiver a tratar e a analisar.

A venda em leilão eletrônico consiste na venda dos bens penhorados através de uma plataforma informatizada, que cada vez mais está a ser adotada por estes profissionais liberais que são os Agentes de Execução.

Acontece que se torna um processo mais célere combatendo a morosidade processual, fazendo com que os próprios clientes saiam mais satisfeitos.

Segundo o art.º 837.º CPC, “este tipo de modalidade é considerado pelo legislador quando se fale em bens móveis e imóveis a preferencial”.

A venda em leilão eletrônico permite que seja adequado o valor da venda, não só ao valor em que está em dívida, assim como ao valor real dos próprios bens, fazendo com que estes não sejam tão desvalorizados como muitas vezes acontece na modalidade de venda por carta fechada.

Segundo o art.º 817.º do CPC, a publicidade deve ser feita através de anúncio em página informática e afixação edital junto do imóvel identificado para a respetiva venda.

Partindo do pressuposto que existiu venda de um imóvel no valor de 244.000,00€, terá de existir pagamento de impostos pela parte que adquiriu o imóvel.

Perante esta situação, terá de existir liquidação de imposto do selo, taxado conforme a tabela geral (TGIS), e imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis, onde prescreve as taxas a aplicar no art.º 17.º do CIMIT, na respetiva venda do imóvel.

Em termos de IMT as taxas variam em função do tipo de prédio (art.º 17.º CIMIT – TAXAS). No que respeita ao IS as taxas variam consoante a tabela geral de Imposto do Selo (TGIS).

É necessário verificar sempre a aplicabilidade destas normas, isto porque nem todas as operações de venda de bens imóveis terão de ter este procedimento, pois os

⁽⁶⁷⁾ Art.º 812.º, n.º2, al. a) CPC.

imóveis que não ultrapassem os 92.407,00€ e que são para habitação própria e permanente estão isentos de IMT.

1.3.2.3 Impostos

O sistema fiscal que vigora em Portugal versa essencialmente em dois tipos de impostos, imposto sobre o consumo e imposto sobre o rendimento. Este sistema está sujeito aos códigos fiscais, mas, para além destes, está estabelecido na Constituição da República Portuguesa, os respetivos princípios fundamentais em que assentam o da legalidade, da igualdade e proibição da retroatividade, nomeadamente nos art.º 103.º e art.º 104.º CRP.

Iremos debruçar-nos no imposto sobre o rendimento, resultante dos bens vendidos após a penhora.

JOSÉ CASALTA NABAIS ensina que podemos definir o imposto com base em três elementos, “um elemento objetivo, um elemento subjetivo e um elemento teleológico (ou finalista)”⁽⁶⁸⁾.

Como elemento objetivo podemos dizer que o imposto se trata de uma prestação pecuniária, unilateral, definitiva e coativa.

Enquanto elemento subjetivo podemos verificar que é devida por “detentores (individuais ou coletivos) de capacidade contributiva a favor de entidades que exerçam funções ou tarefas Públicas”⁽⁶⁹⁾.

Por fim, temos como elemento teleológico, “o imposto é exigido pelas entidades que exerçam funções públicas para a realização dessas funções, conquanto que não tenham carácter sancionatório”⁽⁷⁰⁾.

O imposto tem como sua principal característica ser uma prestação unilateral, fazendo com que o contribuinte não tenha de proceder a qualquer prestação específica, ao contrário daquilo que se passa perante a situação das taxas.

⁽⁶⁸⁾ CASALTA NABAIS, José, (2014), *Direito Fiscal*, 7.ª Edição, Almedina, pág. 38.

⁽⁶⁹⁾ CASALTA NABAIS, José, (2014), *Direito Fiscal*, pág. 38.

⁽⁷⁰⁾ CASALTA NABAIS, José, (2014), *Direito Fiscal*, pág. 40.

Por último, é claro que verificaremos se estamos perante uma prestação definitiva ou não, pois o imposto apresenta-se sempre como uma prestação definitiva, “ou seja, uma prestação que não dá lugar a qualquer reembolso, restituição ou indemnização” ⁽⁷¹⁾.

Todavia, estamos perante uma taxa quando existe uma contraprestação com carácter sinalagmático bilateral prestadas por uma entidade pública. Podemos, assim, verificar que no art.º 4.º, n.º 2 da LGT encontramos um conceito de taxa apresentada pelo legislador, assim como no art.º 3.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais. ⁽⁷²⁾

Segundo GLÓRIA TEIXEIRA, a doutrina e a LGT definem que o Estado, sujeito ativo, e o contribuinte deste direito, sujeito passivos, como “os sujeitos principais da relação jurídica tributária”. ⁽⁷³⁾

Como incidência pessoal, aparecem tanto as pessoas singulares como as coletivas. Nomeadamente como sujeito passivo para efeitos destes impostos aparecem os “proprietários, os arrendatários, o possuidor e as situações de domínio ou controle (detenção de imóveis por entes societários)” ⁽⁷⁴⁾.

No que diz respeito à incidência material, GLÓRIA TEIXEIRA esclarece-nos que tudo dependerá de cada imposto a ser tratado, temos como exemplo o ISV ⁽⁷⁵⁾.

Como incidência real, no que diz respeito ao IMI, nos termos do art.º 1.º do CIMI, em que o IMI é um imposto de receita municipal que incide sobre o “valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território Português, constituindo receita do município onde os mesmos se localizam”.

Temos como conceitos fundamentais, o conceito de prédio, previsto no art.º 2.º do CIMI e o conceito de valor patrimonial tributário (VPT) no art.º 7.º do mesmo código. Torna-se necessário que se verifique o tipo de prédio em causa, se estamos a tratar de prédio rústico (art.º 3.º do CIMI), prédio urbano (art.º 4.º) ou prédio misto (art.º 5.º do CIMI).

Os impostos sobre o património poderão ser considerados estáticos ou dinâmicos.

⁽⁷¹⁾ CASALTA NABAIS, José, (2014), *Direito Fiscal*, pág. 42.

⁽⁷²⁾ Vide Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro.

⁽⁷³⁾ TEIXEIRA, Glória, (2015), *Manual de Direito Fiscal*, 3ª Edição, Almedina, pág. 48.

⁽⁷⁴⁾ TEIXEIRA, Glória, (2015), *Manual de Direito Fiscal*, pág. 304.

⁽⁷⁵⁾ Estão sujeitos a imposto os seguintes veículos: Automóveis ligeiros de passageiros; Automóveis ligeiros de utilização mista; Automóveis ligeiros de mercadorias; Automóveis de passageiros; Autocaravanas; e, Motociclos, triciclos e quadriciclos.

O IMI está no âmbito do imposto sobre o património estático e está sujeito a distintos fatores, como por exemplo o valor base dos prédios edificados, a área, o critério da afetação ou utilização, a localização, a qualidade e conforto e, por fim, a vetustez. A fórmula de cálculo que deve ser adotada para a obtenção do VPT está prescrita no art.º 38.º do CIMI, remetendo para os art.ºs 39.º a 46.º do referido código.⁽⁷⁶⁾

Relativamente ao IMT, está no âmbito da tributação dinâmica, pois estará sempre em causa o valor da aquisição do bem, do ato ou do contrato em análise.

GLÓRIA TEIXEIRA menciona que numa situação “(...) insuficiente, faz o legislador apelo ao valor patrimonial tributário consoante definido para efeitos da tributação estática”⁽⁷⁷⁾.

O IMT incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, situados em território nacional, segundo os art.ºs 2.º e 12.º, do CIMENT.

É devido pelo transmissário ou adquirente (cfr art.º 4.º CIMENT) que irá proceder à liquidação conforme as regras do art.º 19.º do CIMENT.⁽⁷⁸⁾

Estão sujeitos ao Imposto do Selo as transmissões imobiliárias onerosas, por exemplo, os arrendamentos e subarrendamentos, os trespases, a licitação de bens imóveis, a exploração de recursos geológicos do domínio público do Estado, as hipotecas que são dadas como garantias, as licenças de estabelecimentos comerciais, os atos notariais, nomeadamente quando é procedido a escrituras, procurações ou substabelecimentos, a publicidade, entre outras situações que necessitamos de proceder ao pagamento deste imposto.

⁽⁷⁶⁾ A fórmula do valor patrimonial tributário é a seguinte: $V_t = V_c \times A \times C_a \times C_l \times C_q \times C_v$

Em que: V_t = valor patrimonial tributário; V_c = valor base dos prédios edificados; A = Área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação; C_a = Coeficiente de afetação; C_l = Coeficiente de localização; C_v = Coeficiente de vetustez; C_q = Coeficiente de qualidade e conforto.

⁽⁷⁷⁾ TEIXEIRA, Glória, (2015), *Manual de Direito Fiscal*, pág. 306.

⁽⁷⁸⁾ Alguns exemplos de transmissões imobiliárias onerosas sujeitas a IMT: Compra de prédios rústicos, urbanos ou mistos; Compra de usufruto, uso e habitação ou de nua-propriedade desses prédios; Constituição ou transmissão de servidão e do direito de superfície; Dação de bens imóveis em pagamento; Compra de quinhão hereditário que façam parte bens imóveis; Resolução, invalidade ou extinção por mútuo consentimento do contrato de compra e venda ou permuta de imóveis; Permutas (pela diferença de valores); Venda ou cessão do direito a determinadas águas; Entradas dos sócios com bens imóveis para a realização (ou aumento) do capital social bem como a sua transmissão, através de cessão, fusão ou cisão, ou adjudicação na liquidação dessas sociedades; Transmissões de benfeitorias; Aquisição de bens imóveis por acessão ou expropriação por utilidade pública; Entre outros.

1.3.2.4 Meios de Oposição à Execução

Ao estarmos perante um título executivo, tendo como base uma injunção onde foi aposta a fórmula executória podemos dar início à ação executiva, caso se verifiquem os requisitos da certeza, liquidez e exigibilidade.

Importa responder à questão de como é que um indivíduo que não contestou a injunção por negligência poderá proceder em caso de inexistência de dívida no âmbito da ação executiva que lhe foi instaurada.

O art.º 814º, al. g), do CPC limita a oposição a execução de sentença a “qualquer facto extintivo ou modificativo da obrigação, desde que seja posterior ao encerramento da discussão no processo de declaração e se prove por documento. A prescrição do direito ou da obrigação pode ser provada por qualquer meio”.

Existe quase sempre este termo de comparação entre um título executivo baseado em sentença e o título executivo baseado em injunção.

Segundo EDGAR VALLES “o executado com base num requerimento de injunção possa deduzir oposição à execução com fundamento em quaisquer factos que seria lícito deduzir como defesa no processo de declaração”⁽⁷⁹⁾.

De acordo com o art.º 14.º do Dec. Lei n.º 169/98, quando o requerido não apresenta oposição à injunção, o secretário irá consignar no requerimento de injunção a fórmula de “Este documento tem força executiva”⁽⁸⁰⁾.

O n.º 2 acrescenta que “o despacho de aposição de fórmula executória é datado, rubricado e selado ou, em alternativa, autenticado com recurso a assinatura eletrónica avançada”.

Acontece que, há exemplos em que a finalidade do ato não se enquadra no procedimento de injunção, nomeadamente quando nos referimos a dívidas de condomínio, em que exigível mesma está discriminada em ata, tendo por isso natureza de título executivo, ou em pedidos de indemnizações por danos não patrimoniais.

Segundo EDGAR VALLES “os danos não patrimoniais não constituem obrigações pecuniárias emergentes de contrato, muito embora possam resultar da

⁽⁷⁹⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág.167.

⁽⁸⁰⁾ Art.º14 n.º 1 do Dec. Lei n.º 169/98.

violação do contrato”⁽⁸¹⁾. Isto acontece dado que no momento da elaboração do contrato as partes não compactuam nas cláusulas contratuais a eventualidade de existirem danos não patrimoniais em situação de violação obrigacional do contrato. Consequentemente, como não o convencionaram, não poderão intimar através do procedimento de injunção.

Salvador da Costa entende que “o fundamento da recusa da aposição da fórmula executória reconduz a situações de manifesto erro na forma de procedimento utilizada pelo requerente, pelo que a referida decisão do secretário de justiça não se baseia em motivos de ostensiva improcedência da pretensão formulada pelo primeiro, mas em meras razões de forma”⁽⁸²⁾.

Perante este acontecimento, o secretário de justiça não pode desempenhar funções de foro jurisdicional, visto que não tem competência para aplicar o direito, pois, essa competência é atribuída ao juiz no sentido em que este numa determinada ação poderá condenar ou absolver o réu, se estivermos perante um pedido manifestamente improcedente. Isto é, o juiz é o único que consegue absolver o réu no decorrer de qualquer ação.

Segundo EDGAR VALLES “verificámos que há uma restrição considerável, equiparando-se a injunção à sentença, para efeitos de oposição”⁽⁸³⁾.

Acrescenta que “antes da alteração introduzida pelo Dec. Lei nº 226/2008, de 20 de novembro, havia uma corrente jurisprudencial que entendia que na execução baseada na injunção não era possível deduzir oposição com fundamentos que poderiam ter sido invocados na oposição à injunção”⁽⁸⁴⁾.

Segundo o acórdão n.º 658/2006, de 28-11-2006, o Tribunal Constitucional decretou esta interpretação inconstitucional dado que uma execução tendo como título executivo uma injunção “apenas podia fundar a sua oposição na alegação e prova, que lhe incumbe, de factos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito invocado pelo exequente que se tem demonstrado”⁽⁸⁵⁾.

(81) VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág.126.

(82) SALVADOR DA COSTA (pág. 260, 3ª edição).

(83) VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções* pág. 126.

(84) VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 126.

(85) Vide Ac. TC n.º 658/2006, Processo n.º 292/06, 2.ª Secção, de 28-11-2006. Relator: Doutor Juiz Conselheiro Paulo Mota Pinto, in <http://www.tribunalconstitucional.pt>, acedido e consultado a 12-11-2017.

Assim, não podemos deixar de concluir que neste casos – em que o título executivo é um requerimento de injunção em que foi aposta a fórmula executória – o executado pode deduzir oposição à execução com os mesmos fundamentos que poderia apresentar enquanto defesa / contestação no processo declarativo, uma vez que apenas desta forma é possível garantir o direito de defesa, do contraditório e da igualdade do executado, direitos esses constitucionalmente garantidos.

CAPÍTULO II – O TÍTULO EXECUTIVO

Como já vimos no capítulo anterior, para existir ação executiva é necessário o exequente ser titular de um título executivo, no qual está “consubstanciado” uma violação de um direito.

Contudo, ao verificar este incumprimento obrigacional, teremos sempre de verificar a certeza, a exigibilidade e a liquidez da mesma. Pois, quando isto não acontecer, não conseguiremos avançar com o processo executivo⁽⁸⁶⁾.⁽⁸⁷⁾⁽⁸⁸⁾

Neste capítulo, iremos debruçar-nos na certeza, exigibilidade e liquidez de uma obrigação e, como tal, será estudado um dos componentes da ação executiva, em que visa uma satisfação/realização de um determinado direito.

2.1 A CERTEZA, A EXIGIBILIDADE E A LIQUIDEZ

Segundo JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “é certa a obrigação cuja prestação se encontra qualitativamente determinada, ainda que esteja por liquidar ou individualizar,”⁽⁸⁹⁾ e que “não é certa aquela em que a determinação da prestação, entre uma pluralidade, está por fazer”⁽⁹⁰⁾.

⁽⁸⁶⁾ Vide art.º 713.º do CPC “há então que a tornar certa, exigível ou líquida, sem o que a execução não pode prosseguir”.

⁽⁸⁷⁾ Acontece que segundo JOSÉ LEBRE DE FREITAS, diferentemente o que acontece nos dias de hoje, “o que acontecia na vigência do CPC de 1939 e que aconteceu, na vigência do CPC de 1961, até à revisão de 1995-1996, a ação executiva poderia ser proposta sem que esteja verificada a certeza ou a exigibilidade, que apenas condicionam o prosseguimento da ação”.

⁽⁸⁸⁾ Vide a propósito o Ac. do TRG., Processo n.º 1340/12.1TBGMR.G1, de 22-09-2016. Relator ISABEL SILVA, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

AÇÃO EXECUTIVA. EXIGIBILIDADE DO TÍTULO. REDUÇÃO DA CLÁUSULA PENAL.

“O título executivo habilita a determinar o fim da ação executiva, porque é por ele que se verifica qual foi a obrigação contraída pelo executado e é essa obrigação que define o fim da execução.

O título executivo há-de ser sempre um documento escrito, o qual é o suporte material da obrigação e a obrigação tem de ser certa, exigível e líquida.

Quando a obrigação esteja dependente de condição suspensiva ou de prestação do credor ou terceiro, incumbe ao credor alegar e provar, no requerimento executivo, que se verificou a condição ou que efetuou ou ofereceu a prestação.

O título executivo habilita a determinar o fim da ação executiva, porque é por ele que se verifica qual foi a obrigação contraída pelo executado e é essa obrigação que define o fim da execução.

No dizer do art.º 713º do CPC, a obrigação tem de ser certa, exigível e líquida.

Essa necessidade e rigor de certeza da obrigação são perfeitamente perceptíveis:

O título executivo justifica o uso da ação executiva, que é como quem diz o uso da força, precisamente porque dá ao órgão executivo a garantia e a segurança de que o exequente tem razão.

O título executivo por excelência é a sentença de condenação transitada em julgado”.

⁽⁸⁹⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, pág. 97.

⁽⁹⁰⁾ JOSÉ LEBRE DE FREITAS (2013) menciona como exemplos as seguintes obrigações: “obrigação alternativa em que o devedor está obrigado a efetuar uma de duas ou mais prestações, segundo escolha a

Quer isto dizer que teremos de ter em consideração que, se quisermos avançar com uma ação executiva, precisamos de analisar e verificar se realmente o nosso direito foi violado, assim como verificar qual é o tipo de obrigação que está em causa, pois se estes dois componentes não existirem, não conseguiremos avançar com a ação.

ABILIO NETO diz-nos que “a certeza da obrigação contende com a própria prestação com o respetivo objeto, pelo que, em sede executiva, há que tornar previamente certas as obrigações genéricas, as obrigações cumulativas e as obrigações alternativas”⁽⁹¹⁾.

A Exigibilidade corresponde ao momento em que se pode exigir à outra parte o cumprimento de uma obrigação. Isto quer dizer que, na maior parte das vezes, existe a interpelação do credor perante o devedor após o vencimento da prestação.

JOSÉ LEBRE DE FREITAS ensina que “a prestação é exigível quando a obrigação se encontra vencida ou o seu vencimento depende, e acordo com estipulação

efetuar: art.º543 CC.; Obrigação genérica de espécie indeterminada, o devedor está obrigado a prestar determinada quantidade dum género que contém duas ou mais espécies diferentes: art.º 539 CC”.

⁽⁹¹⁾ NETO, Abílio, (2014), *Código Processo Civil-Anotado*, 2ª edição, revista e ampliada, Lisboa Ediforum, pág. 728.

expressa ou com a norma geral supletiva do art.º 777⁽⁹²⁾ n.º1 do C.C.⁽⁹³⁾, da simples interpelação ao devedor”⁽⁹⁴⁾.

Para ABÍLIO NETO, a “exigibilidade tem a ver com o vencimento da obrigação, com a sua sujeição a condição suspensiva, ou com a satisfação duma prestação por parte do credor ou de terceiro”⁽⁹⁵⁾.

Contudo e a título de exemplo, nos casos da obrigação de prazo certo, nos termos do art.º 779 do CC, terá que decorrer o prazo por completo. Nos casos de obrigação com prazo incerto, segundo o art.º 777º, n.º2, do CC, o tribunal terá de intervir e estabelecer um prazo para que a obrigação seja cumprida. Nos casos de obrigação sujeita a condição suspensiva, conforme estabelece o art.º 270.º do CC, “as partes podem subordinar a um acontecimento futuro e incerto a produção dos efeitos do negócio jurídico”, tendo, desta forma, de esperar que se dê esse acontecimento acordado pelas partes.

⁽⁹²⁾ Vide a propósito o Ac. do TRC., Processo n.º 1556/15.9T8LRA.C1, de 06-12-2016. Relator LUÍS CRAVO, in www.jusnet.pt, n.º 8402/2016. acedido e consultado 12-11-2017.

EXECUÇÃO. CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA. INTERPELAÇÃO.

«Só com o exercício do direito potestativo, a efetuar mediante interpelação para o pagamento, por via da resolução dos contratos, é que esse montante total se tornava *exigível*, pois só então se operaria o vencimento.

Na verdade, atenta a necessidade e suficiência do título, a obrigação exequenda tem de dele constar, claramente discriminada e individualizada, vencida e quantificada, ou quantificável: a isto se chama as condições de exequibilidade;

É certo que está provado que os Executados entraram em incumprimento quanto às obrigações assumidas no contrato, porém, de acordo com as normas gerais sobre a responsabilidade contratual, a eficácia ou validade da resolução do contrato não se basta com a verificação do incumprimento de uma ou mais das obrigações; antes se torna ainda necessário: (i) a entrada em mora; (ii) a interpelação admonitória, no caso de obrigações sem prazo fixo; (iii) que da mora resulte perda de interesse para o credor; e, (iv) que o incumprimento seja imputável ao devedor a título de culpa.

IV - Na redação do Código de Processo Civil conferida pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12.12, o então art.º 804.º, n.º 3 prevenia expressamente a possibilidade de que a interpelação fosse substituída pela citação, operando-se então o vencimento da obrigação com a citação no processo executivo [*“quando a inexigibilidade derive apenas da falta de interpelação (...), a obrigação considera-se vencida com a citação do executado”*], mas tal hipótese desapareceu na redação introduzida ao artigo pelo Decreto-Lei n.º 38/2003, de 08.03, situação que se manteve inalterada na redação decorrente do Decreto-Lei n.º 226/2008, de 20.11, e assim permaneceu até ao atual Código de Processo Civil (na redação decorrente da Lei n.º 41/2013, de 26.06)».

⁽⁹³⁾ Vide art.º 777.º, n.º1, “Na falta de estipulação ou disposição especial da lei, o credor tem o direito de exigir a todo o tempo o cumprimento da obrigação, assim como o devedor pode a todo o tempo exonerar-se dela.”

⁽⁹⁴⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, pág. 98.

⁽⁹⁵⁾ Cfr. NETO, Abílio, (2014), *Código Processo Civil-Anotado*, pág. 732.

Segundo MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “o conceito de exigibilidade não se confunde com o de vencimento”, contudo acrescenta que é o vencimento é “indispensável à exigibilidade”⁽⁹⁶⁾.

Teremos de concordar com esta afirmação, visto que, o vencimento da obrigação é fator determinante para podermos avançar com uma ação executiva ou não.

Já FERNANDO PESSOA JORGE afirma que “constitui exigibilidade em sentido forte”. Pois, acrescenta que não abandona “os conceitos precisos do direito das obrigações”⁽⁹⁷⁾.

Para ADELINO PALMA CARLOS, a exigibilidade também não se pode confundir com o vencimento, “nem com mora do devedor”⁽⁹⁸⁾. Quer isto dizer, também, que em algumas situações a obrigação poderá não estar vencida, pelo simples facto do credor não ter interpelado o devedor⁽⁹⁹⁾, como já analisamos anteriormente, e apesar disso, “a prestação ser exigível”. Para além disso, a mora para o cumprimento da obrigação poderá ser do credor e, neste caso, a prestação continua a ser exigível.

A falta de certeza e de exigibilidade poderá, em último caso, levar ao indeferimento do requerimento executivo, por força do art.º 726, n.º 5, do CPC. Contudo, existe uma fase liminar em que o juiz convida ao aperfeiçoamento da peça processual, caso o exequente não proceda ao aperfeiçoamento da peça, poderá então ser indeferido o seu pedido / ação executiva.

Cabe ao executado estar atento a todo este processo, pois, caso o juiz não ordene o aperfeiçoamento do requerimento inicial, o executado terá sempre “de se opor à execução”, nos termos do art.º 729.º, al. e), do CPC, com vista a demonstrar que o requisito da exigibilidade não foi cumprido.⁽¹⁰⁰⁾

⁽⁹⁶⁾ Cfr. SOUSA, Miguel Teixeira de, (1998), *Ação executiva*, pág. 96.

⁽⁹⁷⁾ Cfr. JORGE, Fernando Pessoa, *Direito Processual Civil*, pág. 284.

⁽⁹⁸⁾ Cfr. CARLOS, Adelino Palma, (1970), *Ação Executiva*, pág. 11.

⁽⁹⁹⁾ Vide Ac. do TRG, Processo n.º 969/14.8TBVCT-A.G1, de 29-10-2015. Relator: JOÃO DIOGO RODRIGUES, in www.jusnet.pt, n.º 7481/2015, n.º 8402/2016. acedido e consultado a 12-11-2017.

«(...)E essa regra é válida não só na ação declarativa, mas também na executiva, posto que, nos termos do artigo 715.º, n.ºs 1 e 2, do Código de Processo Civil, sempre que a obrigação do executado esteja dependente duma prestação devida pelo credor/exequente, incumbe a este último o ónus de alegar e provar, primeiramente, que efetuou ou ofereceu a prestação a seu cargo(...)».

⁽¹⁰⁰⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, pág. 113.

No caso das obrigações alternativas - que poderão ser prestadas pelo credor, pelo devedor ou por um terceiro⁽¹⁰¹⁾,⁽¹⁰²⁾ - é preciso ter em consideração o tipo de prazo estipulado, se este consta ou não do título executivo. Caso esteja fixado no título executivo, “basta sem prejuízo de o credor poder preferir a notificação judicial avulsa do devedor⁽¹⁰³⁾ que este seja convidado, no ato da citação, a escolher prestação”⁽¹⁰⁴⁾.

Acrescenta JOSÉ LEBRE DE FREITAS que “Se o prazo de escolha não estiver fixado, o devedor tem o ónus de escolher no prazo de 20 dias⁽¹⁰⁵⁾, se o executado não escolher, é notificado o exequente par o fazer”⁽¹⁰⁶⁾.⁽¹⁰⁷⁾

Quando estamos perante uma situação que se enquadre nas obrigações genéricas, estas poderão ser incertas, o que obriga à análise do género do seu objeto. Quer isto dizer que, perante uma situação em que existe uma pluralidade de espécies, o devedor poderá escolher uma das diversas espécies para proceder à prestação dessa obrigação.

Neste caso, deverá ser aplicado “o regime descrito para as obrigações alternativas, sendo certo que esta figura é um misto de obrigação genérica e alternativa”⁽¹⁰⁸⁾.

Quando nos encontramos perante obrigações a prazo, estas poderão ser com prazo certo ou prazo incerto.

Quanto às obrigações com prazo certo, são aquelas em que no momento da formação do negócio jurídico é acordado um prazo para o cumprimento da obrigação, durante este período a prestação é inexigível.

Poderá passar a ser exigível, após o incumprimento contratual, isto é, após o dia em que tenha havido a falta da prestação da obrigação acordada, passando assim, segundo

⁽¹⁰¹⁾ Vide arts.º 543, n.º2 e 549.º do CC.

⁽¹⁰²⁾ Segundo JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “se a escolha pertencer ao credor e este não a tiver ainda feito, fá-la-á no requerimento inicial da execução (art.724-1-b). Assim, quando este der entrada no tribunal (primeiro ato do processo executivo), a obrigação é já certa.

Se a escolha pertencer ao devedor, é este notificado (ao mesmo tempo que é citado) para, no prazo da oposição à execução, se outro não tiver sido fixado pelas partes, declarar por qual das prestações opta (art.714-1); na falta de escolha pelo devedor, escolhe o credor (art.º 714-3)”.

⁽¹⁰³⁾ Vide art.º 256.º do CPC.

⁽¹⁰⁴⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013) *A Ação Executiva*, pág. 104.

⁽¹⁰⁵⁾ Vide o art.º 728.º, n.º1 do CPC, em conformidade com o que dispõe, desde a reforma da ação executiva, o art.º 548 do CC.

⁽¹⁰⁶⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, pág. 104.

⁽¹⁰⁷⁾ Segundo JOSÉ LEBRE DE FREITAS, a reversão para o exequente da faculdade de escolher, “com ela pode perigar o equilíbrio negocial das prestações, tal como as partes o estabeleceram. O desfasamento com o regime de direito substantivo não tem explicação aceitável”.

⁽¹⁰⁸⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, pág. 107.

o art.º 805 n.º2 do CC, “constituído em mora quando, por causa que lhe seja imputável, a prestação, ainda possível, não foi efetuada no tempo devido”.

Quando estivermos na presença de obrigações com prazo incerto, é inexigível e, como tal, é necessário que “se torne preciso interpelar o devedor”⁽¹⁰⁹⁾.

O prazo a estipular para que a obrigação passe a ser exigível, terá de ser estipulado na fase liminar da ação executiva pelo juiz. Após a estipulação do juiz, o regime a aplicar deverá ser o regime das obrigações a prazo certo.

Nas obrigações puras, existe a regra estatuída no art.º 715.º CC, que consagra que o credor deverá interpelar o devedor, para proceder à prestação da obrigação e só e apenas nesse momento é que existe o vencimento da obrigação.

Segundo GALVÃO TELLES, “o credor pode exigir o cumprimento quando lhe aprouver, mas, por isso mesmo, para que o devedor saiba quando tem de o realizar, indispensável será que o credor assim lho comunique, interpelando-o. Até lá a obrigação não se vence”. E, acrescenta que, “aqui o vencimento opera-se *ex persona*: é o credor, não o prazo, que interpela”⁽¹¹⁰⁾.

Sendo certo que estamos a falar de uma obrigação em que as prestações são exigíveis a todo o tempo, o vencimento poderá não ocorrer da interpelação direta do credor, mas sim através de uma citação em que “equivale à interpelação, se esta não tiver tido lugar anteriormente”⁽¹¹¹⁾.

Segundo o art.º 715.º do CPC “incumbe ao credor alegar e provar documentalmente, no próprio requerimento executivo, que se verificou a condição ou que efetuou ou ofereceu a prestação”. Desta forma, o credor terá de provar que prosseguiu conforme o estabelecido. Caso assim não aconteça, o credor poderá ficar com o encargo do pagamento das custas processuais, caso prossiga com a ação executiva.

Também temos as situações das obrigações sob condição suspensiva, que segundo o art.º 270 do CC consistem na obrigação em que a prestação só ficará vencida, caso ocorra o acordado na formação do contrato. Isto é, durante a formação do negócio

⁽¹⁰⁹⁾ TELLES, Inocêncio Galvão, (1997), *Direito das Obrigações*, 7.ª Edição, (revista e atualizada), Coimbra Editora, pág. 259.

⁽¹¹⁰⁾ TELLES, Inocêncio Galvão, (1997), *Direito das Obrigações*, pág. 254.

⁽¹¹¹⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, pág. 109.

jurídico, neste caso com caracter constitutivo, o credor e o devedor acordam cláusulas sob a condição suspensiva, o que faz com que todos os efeitos fiquem suspensos, assim como, também, fará com que a obrigação se torne exigível após a verificação da condição.

Por seu turno, as obrigações sinalagmáticas – que são obrigações onde o credor e o devedor acordam prestações corresponsivas – em que não tenha sido acordado na formação contratual diferentes prazos para se proceder ao cumprimento da obrigação é necessário atentar ao art.º 428.º do CC, que dispõe que “se nos contratos bilaterais não houver prazos diferentes para o cumprimento das prestações, cada um dos contraentes tem a faculdade de recusar a sua prestação enquanto o outro não efetuar a que lhe cabe ou não oferecer o seu cumprimento simultâneo”, sob pena de o credor ficar impedido de promover a execução ⁽¹¹²⁾.

A Liquidez trata-se do apuramento concreto do valor ou da quantidade da prestação devida pelo exequente (teremos de apurar o *quantum*, que, por vezes, é desconhecido). Quer isto dizer, que cada obrigação que seja objeto de uma prestação terá de ser quantificada para procedermos à execução da coisa.

Segundo ABÍLIO NETO, “a liquidez reporta-se à determinação do quantitativo da obrigação e àquelas que tem por objeto uma universalidade” ⁽¹¹³⁾.

Poderemos estar perante casos em que a obrigação é ilíquida e, nesses casos, deveremos proceder à sua liquidação. Contudo, nem sempre isso é possível numa primeira fase e algumas vezes só conseguimos liquidar parte da obrigação devida, como ocorre quando não foram ainda realizados todos os tratamentos necessários para a recuperação de uma lesão corporal derivada de um acidente de viação.

A liquidação pode depender de simples cálculo aritmético, de “liquidação por árbitro” ou de “liquidação de entrega duma universalidade”, nos termos do art.º 716, n.ºs 4 a 7, do CPC.

⁽¹¹²⁾ Segundo JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Embora não se trate de caso de inexigibilidade, é-lhe dado, no plano dos pressupostos da execução, tratamento semelhante ao dos casos de prestação inexigível. O mesmo regime, devidamente adaptado, se aplica ao caso de o credor (exequente) dever cumprir a sua prestação antes da do seu devedor”.

⁽¹¹³⁾ Cfr. NETO, Abílio, (2014), *Código Processo Civil-Anotado*, pág. 802.

Na liquidação por simples cálculo aritmético, “o exequente deve fixar o seu quantitativo no requerimento inicial da execução, mediante especificação e cálculo dos respectivos valores”.⁽¹¹⁴⁾

Estes valores apostos no requerimento executivo podem ser alterados ao longo da ação executiva, uma vez que os juros podem continuar a vencer-se. Daí o legislador ter estabelecido, quanto aos juros, “sendo liquidados no requerimento inicial os já vencidos, de acordo com a regra geral, e liquidados no final, pelo agente de execução, os vincendos”⁽¹¹⁵⁾⁽¹¹⁶⁾.

Segundo o art.º 716.º, n.º1, do CPC, quando estivermos perante uma situação em que não é possível apurar a quantia exata devida, deveremos considerar todos os valores que considerados compreendidos na prestação e finalizar o requerimento executivo com um pedido líquido.

Nos termos do art.º 716.º, n.º 4, do CPC procede-se à citação do executado “com a advertência de que, na falta de contestação, a obrigação se considera fixada nos termos do requerimento executivo”.

O executado só poderá opor-se, através da oposição à execução, onde irá contestar “a certeza ou exigibilidade da obrigação”.

A liquidação feita por árbitros é uma liquidação feita extrajudicialmente, e acontece antes de dar entrada com o requerimento executivo, “sem prejuízo de o juiz presidente do tribunal de execução caber a nomeação do terceiro árbitro, se os dois primeiros não o designarem, ou do segundo, no caso do requerido não o designar”⁽¹¹⁷⁾.

A obrigação quando não seja passível de liquidez determina que compete ao juiz convidar a parte a aperfeiçoar o requerimento executivo. Todavia, se a parte não o fizer, o juiz, normalmente, indefere o requerimento executivo.

⁽¹¹⁴⁾ Vide art.º 716.º, n.º1. do CPC.

⁽¹¹⁵⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, pág. 114.

⁽¹¹⁶⁾ Também, ABÍLIO NETO, (2014), defende que “tanto beneficiam da garantia da penhora os juros e o capital vencidos aquando da propositura da ação, como os juros que na pendência da causa se forem vencendo, pois a preferência da penhora beneficia o titular do crédito que instaurou a ação executiva na qual se veio a efetivar a penhora, sem mais exigências legais, art.º 822.º, n.º1, do CC”.

⁽¹¹⁷⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva*, pág. 117.

2.2 O Caso Especial do Título Executivo: A Injunção

O Decreto-Lei nº 269/98, de 1 de Setembro, com as alterações entretanto introduzidas, estabelece o regime dos procedimentos para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior à alçada do Tribunal de 1ª instância.

No art.º 1º do diploma preambular o legislador consignou que “É aprovado o regime dos procedimentos destinador a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior a € 15 000 (...)”, estabelecendo dois regimes: o da ação declarativa e o da injunção.

Este processo de ação declarativa (especial) fundamenta-se e acompanha a estrutura do antigo processo sumaríssimo, particularmente quanto à sua simplicidade, assim como à sua semelhança ao procedimento injuntivo, pois, a enumeração dos factos é feita de forma sintetizada logo como acontece com a injunção.

Ao estarmos perante a elaboração da injunção ou da ação especial, não existe a obrigatoriedade de ser elaborado o requerimento por articulado, todavia, na ação especial existirá maior interesse em descrever os factos por articulados, não tendo limite de caracteres, denominando-se como petição inicial.

Caso exista domicílio convencionado esse facto terá de ser mencionado no requerimento inicial.

Após a entrada da petição inicial na secretaria do Tribunal ocorre a citação do réu que deverá ser efetuada nos termos do art.º 229.º do CPC.

Acontece que se estivermos perante uma situação em que se desconhece o paradeiro do réu, assim como se estiver ausente ou em parte incerta a citação postal ou pelo oficial de justiça já não é efetuada. A solução encontrada pela secretaria é a tentativa de encontrar o seu último paradeiro junto das mais diversas entidades ou serviços, nomeadamente segurança social, serviço de finanças, registo automóvel, para que a secretaria proceda à citação edital.

O pedido da ação especial é notoriamente improcedente sempre que “não possa haver dúvida sobre a inexistência de factos que o constituiriam ou sobre a existência, revelada pelo próprio autor, de factos impeditivos ou extintivos desse direito”⁽¹¹⁸⁾.

Já ABRANTES GERALDES demonstra outra manifestação: “quando seja inequívoco que o procedimento nunca poderá proceder, qualquer que seja a interpretação jurídica que se faça dos preceitos legais”⁽¹¹⁹⁾. Acrescenta ainda que a rejeição deve ser reservada “apenas para os casos em que a tese propugnada pelo autor não tenha possibilidades de ser acolhida face à lei em vigor e à interpretação que dela façam a doutrina e a jurisprudência”⁽¹²⁰⁾.

Como já referimos, não conseguimos verificar o efeito cominatório pleno nas ações especiais e, como tal, LEBRE DE FREITAS defende que “o efeito cominatório pleno obriga com o direito de defesa e só excecionalmente pode ser consagrado. Por isso, é de todo ininteligível que o legislador deste regime especial, ao arrepio das diretrizes estabelecidas pela reforma e do consignado em idênticas situações, quisesse repor um mecanismo de eficiência de realização do direito, mas em afetação do valor de justiça”⁽¹²¹⁾.

No acórdão da Relação de Lisboa, de 04-05-1010, da 2.^a Secção, com um n.º de Proc.153/08.OTJL5B-L1, 4-05-2010, o Doutor RUI VOUGA prescreve que “não tendo o Apelado, C...S... contestado, apesar de citado pessoalmente, o tribunal recorrido deveria limitar-se a conferir força executiva à petição, e não a analisar, quanto a um dos réus da viabilidade do pedido, uma vez que este não era manifestamente improcedente (isto é, ostensiva, indiscutível, irrecusável)”⁽¹²²⁾.

De acordo com o art.º 2.º do Dec. Lei n.º 269/98, de 1 de setembro, o juiz “limitar-se-á a conferir força executiva à petição”, caso o réu não tenha contestado após ter sido citado pessoalmente, obtendo valor com resultado condenatório, ficando as custas a cargo

⁽¹¹⁸⁾ Lebre de Freitas, João Redinha e Rui Pinto, (2008), *Código de Processo Civil Anotado*, vol. I, 2.^a edição, pág. 426.

⁽¹¹⁹⁾ Geraldês, António Santos Abrantes, (1998), *Temas da Reforma do Processo Civil*, volume III, 5-Procedimento Cautelar Comum, Almedina, pág. 154.

⁽¹²⁰⁾ Geraldês, António Santos Abrantes, (1998), *Temas da Reforma do Processo Civil*, volume III, 5-Procedimento Cautelar Comum, pág. 154.

⁽¹²¹⁾ Lebre de Freitas, João Redinha e Rui Pinto, (2008), *Código de Processo Civil Anotado*, vol. I, 2.^a edição, pág. 448.

⁽¹²²⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 132.

do Réu. Acrescenta o mesmo artigo “a não ser que ocorram, de forma evidente, exceções dilatórias ou que o pedido seja manifestamente improcedente”.

Acontece que EDGAR VALLES defende que a falta de contestação não significa que “estamos em presença de um efeito cominatório pleno, em que a falta de contestação determina a condenação do réu”⁽¹²³⁾, pois o que acontece é que terá que existir uma cumulação de derivados fatores para que a falta de contestação leve à transformação em título executivo. Nomeadamente, interpelado pessoalmente, não poderemos estar perante exceções dilatórias e existir precedência do pedido.

Quando nos referimos às exceções dilatórias poderemos evidenciar a “incompetência absoluta e relativa do tribunal, a nulidade de todo o processo, a falta de personalidade ou capacidade judiciária de alguma das partes, a ilegitimidade de algumas das partes e a litispendência ou caso julgado”⁽¹²⁴⁾.

O prazo da contestação é de 15 dias contudo, se nos referirmo-nos a ações especiais que ascendam os 5.000€, o prazo para contestar passa a ser de 20 dias. O valor da causa não será só importante para o réu saber o prazo que frui para a apresentação de contraditório, importará também no sentido em que ambas as partes fruem de um número superior de testemunhas a apresentar, estas passaram para cinco em vez de três.

Prosseguimos com a ação especial para a fase do julgamento em que as partes poderão ser aconselhadas ou submetidas a mediação ou a tentativa de conciliação⁽¹²⁵⁾. Maioritariamente são apresentadas provas de forma oral, porém, e diferentemente da ação sumaríssima, ambas as partes poderão apresentar depoimentos sob forma escrita.

Segundo o art.º 3.º, n.º 4, do CPC, no âmbito da ação declarativa . o autor poderá responder às exceções que o réu tenha elencado no âmbito da contestação apenas no início

⁽¹²³⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 132.

⁽¹²⁴⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 133

⁽¹²⁵⁾ Vide PASSINHAS, Sandra, Alterações recentes no âmbito da Resolução Alternativa de Litígios de Consumo, o contrato na gestão do risco e na garantia da equidade, coordenação António Pinto Monteiro pág. 371.

“Os procedimentos de resolução alternativa de litígios do consumo incluem, nos termos do artigo 3.º, alínea i), da Lei n.º 144/2015, a mediação a conciliação e arbitragem. O legislador, todavia não define o que entende, para efeitos deste diploma, por cada um destes meios. Encontra-se, hoje, mais ou menos consolidado na doutrina que, na mediação, as partes de um litígio procuram, voluntariamente e com a assistência de um terceiro imparcial e independente, o mediador, alcançar um acordo que ponha termo ao conflito”. Acrescenta SANDRA PASSINHAS que “por sua vez na arbitragem, as partes confiam voluntariamente a decisão do litígio a um terceiro, trata-se de um meio de resolução adjudicatório. É na conciliação que cabem as diligências promovidas pelo juiz ou pelo árbitro para tentar resolver o litígio por acordo das partes”.

da audiência prévia, havendo-a, ou na audiência final, não tendo disponível o articulado de “réplica”.

Assim o diz SALVADO DA COSTA, quando refere que essa resposta “tem de ser oral e só pode ser dada no início do julgamento”⁽¹²⁶⁾, todavia EDGAR VALLES diverge desta opinião, pronunciando-se que podemos entender que “nada obsta a que essa pronúncia seja efetuada por escrito, antes da própria audiência, o que permitirá ao juiz e ao réu reconhecer antecipadamente a posição do autor”⁽¹²⁷⁾.

Quando estamos perante uma injunção em que o requerido apresentou contestação, transformamos a mesma para ação declarativa, isto é, quando se trata de ações com valor superior a 15.000€. Com as devidas adaptações, a tramitação aplicada é a mesma que apresentamos ao longo da ação declarativa, em que por exemplo no requerimento injuntivo as partes não têm de constituir mandatário obrigatório, e, existindo esta conversão de requerimento em ação, as partes deverão proceder à junção de procuração, “uma vez que esta não foi apresentada com o requerimento de injunção”⁽¹²⁸⁾.

Segundo SALVADOR DA COSTA, “na apresentação de um terceiro articulado. Não é comportada pelo nosso sistema jurídico processual, pelo que não podem ser considerados na audiência discussão e julgamento facto essenciais à decisão da causa que não constem do requerimento de injunção e do instrumento de oposição ou de aperfeiçoamento que tenha havido dessas peças processuais”.⁽¹²⁹⁾

Quando estamos perante a situação em que a injunção componha o valor superior a 15.000€, a injunção é transformada em ação declarativa, acompanhado desta forma por toda a sua forma processual.

2.2.1 A Injunção enquanto Procedimento Europeu

Como sabemos, cada vez mais dependemos de importações e exportações para todo o mundo, todavia com a livre circulação de pessoas e bens, acontece que a injunção

⁽¹²⁶⁾ COSTA, Salvador, (2008), *A injunção e as Conexas Ação e Execução*, 6.ª Edição, Almedina, pág. 86.

⁽¹²⁷⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 131.

⁽¹²⁸⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 140.

⁽¹²⁹⁾ COSTA, Salvador, (2008), *A injunção e as Conexas Ação e Execução*, pág. 266.

também poderá ter aplicabilidade Europeia, nomeadamente com o Procedimento Europeu de Injunção.

Acontece principalmente com a compra e venda de produtos entre empresas, visto que são estas que maioritariamente utilizam este procedimento para reclamação de créditos e sucessiva execução dos mesmos.

«A Comunidade Europeia tem como objetivo “manter e desenvolver um espaço liberdade, segurança e justiça no qual seja assegurada a livre circulação de pessoas”⁽¹³⁰⁾.

Para a criação desse objetivo, tomava-se indispensável a adoção de “medidas no domínio da cooperação judiciária em matéria cível que tenham uma incidência transfronteiriça e sejam necessárias ao bom funcionamento do mercado interno”. »⁽¹³¹⁾

Como tal, existiu a necessidade de criar um procedimento para que houvesse uma maior facilidade em recuperar créditos, combater desequilíbrios nos Estados-Membros, quer seja com a concorrência no mercado interno quer seja no espaço económico europeu.

Criou-se assim um Regulamento n.º 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, a 12 de dezembro de 2006, que gerou o procedimento europeu de injunção, com entrada em vigor a 12 de dezembro de 2008.

A Injunção Europeia e a Injunção Nacional têm diversos pontos em comum, nomeadamente o seu procedimento é muito semelhante. Trata-se de um processo facultativo, não necessita de constituição de advogado numa primeira fase, pois, só em caso de contestação é que existe a transformação em processo judicial, assim como a constituição de advogado nesta fase.

Tratando-se de uma empresa portuguesa que queira recuperar os seus créditos, a entrada com procedimento de injunção de pagamento europeu é efetuada na Instância Central Cível do Porto.

Segundo EDGAR VALLES “os meios de comunicação aceites são a entrega na secretaria judicial, a remeter pelo correio, sob registo, e o envio através de telecópia”⁽¹³²⁾. Como tal, para podermos proceder à entrega precisamos de fazer o pagamento da taxa de

⁽¹³⁰⁾ VALLES, Edgar, (2018), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, 8.ª Edição, Edições Almedina.

⁽¹³¹⁾ VALLES, Edgar, (2018), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 149.

⁽¹³²⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 152.

justiça de acordo com a tabela II do Regulamento das Custas Processuais em que “indica as taxas de justiça para o requerimento de injunção de pagamento europeia, que correspondem ao dobro da Injunção Nacional”.⁽¹³³⁾

De acordo com a legislação regulamentada, desde muito cedo que sempre houve uma “necessidade” de equiparar a injunção à sentença. Isto acontece, dado que a consequência de não ter existido contestação é a homologação da injunção, sendo atribuído o mesmo valor que uma sentença, pois é quando existe a transformação/passagem da injunção para título executivo.

Com a mais recente reforma processual de 2013, o Dec. Lei n.º 226/2008, de 20 de novembro, concedeu nova disposição ao art.º 814.º (CPC.rev.), “equiparando a injunção à sentença, para efeitos de oposição à execução. Em consequência de tal alteração, nas execuções baseadas em injunção a qual foi aposta a fórmula executória, deixou de se poder deduzir oposição à oposição com os fundamentos que poderiam ter sido apresentados quando o devedor foi notificado de injunção”⁽¹³⁴⁾. Quer isto dizer que deixou de ser possível constituir reconvenção na injunção, pois, de acordo com a nova redação o executado não poderia fazer nada, caso este tenha procedido de forma inconsciente ou com negligência, apenas podia indicar “qualquer facto extintivo ou modificativo da obrigação, desde que seja posterior ao encerramento da discussão no processo de declaração e se prove por documento.”⁽¹³⁵⁾

Quanto a esta comparação da injunção a sentença, o legislador poderia estar a equipará-la no sentido de que as sentenças resultantes de uma ação declarativa especial, os tramites também são semelhantes, pois, para procedermos a esta equiparação relativamente à oposição deveremos atuar “com as necessárias adaptações”.

2.3 A Problemática Relativa às Faturas: poderão ser Título Executivo?

De forma hipotética, imaginemos que um indivíduo possui faturas no valor total de 21.000 euros, vencidas no dia 1 de abril do ano corrente e referentes a diversas

⁽¹³³⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 152.

⁽¹³⁴⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 167.

⁽¹³⁵⁾ Vide art.º 814.º, n.º1, al. g).

reparações de embarcações náuticas. Estas embarcações náuticas são propriedade da sociedade Portos Zona Franca com sede no Funchal.

O meio mais célere e económico de proceder à cobrança do valor em dívida seria antes de mais, recorrer a outro meio extrajudicial nomeadamente ao procedimento de injunção previsto no DL n.º 269/98, de 1 de setembro, o qual consagra dois procedimentos especiais: a ação declarativa, prevista nos art.ºs 1.º a 5.º do anexo deste diploma, e o procedimento de injunção, previsto nos art.ºs 7.º e seguintes.

Desta forma, de acordo com o diploma preambular DL n.º 269/98, de 01/09, verificamos que foi aprovado o regime em que nos é dada a possibilidade de exigir uma obrigação pecuniária (proveniente de um contrato) em que o valor não ascenda o montante de 15.000 euros.

Como tal, segundo o art.º 7.º do capítulo II do anexo a este diploma, é nos referido o conceito e o fim da injunção para a qual foi criada, pois, considera-se injunção a providência que tem por fim conferir força executiva a requerimento destinado a exigir o cumprimento das obrigações a que se refere o artigo 1.º do diploma preambular, ou das obrigações emergentes de transações comerciais abrangidas pelo DL n.º 32/2003, de 17/02 (já revogado e substituído pelo DL n.º 62/2013, de 10/05).

No âmbito das transações comerciais o art.º 10.º, n.º 1 do DL 62/2013, existindo atraso no pagamento das mesmas, existe a possibilidade do credor recorrer a este meio, designado como injunção, e, conferir força executiva, mesmo que o valor da dívida ascenda os 15.000 euros.

Como tal, o indivíduo perante esta situação em que o valor da dívida é de 21.000 euros e tratando-se de uma transação comercial, pode recorrer à injunção para ver o seu crédito realizado.

Poderá existir recusa do requerimento de injunção, caso estejamos perante uma situação em que não se trate de transação comercial abrangida pelo DL n.º 32/2003, de 17 de fevereiro, já revogado e substituído pelo DL n.º 62/2013, de 10 de maio (sem que dele conste a indicação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo anterior) e o valor ascenda os 15.000 euros (artigo 1.º do diploma preambular), ou, caso o valor atribuído ao pedido não se ajustar ao montante ou finalidade do procedimento, assim o prevê o art.º 11.º.

O diploma em estudo tem aplicabilidade a todos os pagamentos provenientes de transações comerciais, em que passaremos a explicar nos parágrafos seguintes.

Transação comercial é uma qualquer transação entre empresas ou entre empresas e entidades públicas, qualquer que seja a respetiva natureza, forma ou designação, que dê origem ao fornecimento de mercadorias ou à prestação de serviços contra uma remuneração, art.º 3 do DL n.º 62/2013. ⁽¹³⁶⁾

Já uma Empresa é designada como qualquer organização que desenvolva uma atividade económica ou profissional autónoma, mesmo que exercida por pessoa singular⁽¹³⁷⁾.

Todavia, de acordo com o disposto no art.º 10.º, n.º 2 do DL n.º 62/2013, quando se trata de montantes superiores à alçada do Tribunal da Relação, ao existir dedução de oposição à injunção, havendo por sua vez a frustração da notificação ao requerido no procedimento de injunção, os autos são remetidos para o tribunal competente em questão, seguindo a forma de processo comum.

O solicitador enquanto profissional liberal forense pode auxiliar ao longo do requerimento de injunção, pois o requerimento poderá ser efetuado pelo mesmo, dado que independentemente do valor em causa, acontece que o procedimento de injunção é um procedimento extrajudicial em que não atende à natureza judicial. Desta forma não está sujeito às regras de patrocínio judiciário.

Nos termos do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 49/2004, de 24 de agosto (Lei dos atos próprios dos advogados e dos solicitadores), é de competência do solicitador a apresentação de requerimentos de injunção, independentemente do seu valor.

Em contrapartida, caso haja oposição do requerido, ou, caso exista frustração da notificação, nos termos do disposto no artigo 16.º do DL. 269/98, de 01/09 de satisfazer a pretensão do indivíduo será através da distribuição em que o processo seguirá forma comum, e, nessa altura terá de constituir mandatário judicial.

De acordo com a Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, caso este indivíduo não possua uma vida económica favorável, existe sempre a possibilidade de este verificar se pode pedir proteção jurídica na modalidade de Apoio Judiciário.

⁽¹³⁶⁾ Vide Ac. do TRC, Processo n.º 91756/15.2YIPRT.C1, de 06-12-2016. Relator: FALCÃO DE MAGALHÃES, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

⁽¹³⁷⁾ Vide Ac. do TRE, Processo n.º 145298/14.6YIPRT-A.E1, de 10-03-2016. Relator: CONCEIÇÃO FERREIRA, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

O Apoio Judiciário poderá ser pedido no balcão da Segurança Social onde deverão verificar se cumpre com todos os requisitos necessários para poder beneficiar deste apoio.

Este é um tipo de apoio atribuído para que as pessoas com insuficiência económica possam de igual forma aceder aos tribunais prevalecendo os seus direitos, em cumprimento do art.º 20.º da CRP.

Desta forma, o Apoio Judiciário é uma modalidade do regime de acesso ao direito e aos tribunais, é um Instituto que visa garantir o acesso à Justiça a todos, designadamente àqueles que se encontram em situação de carência económica e, por isso, sem condições para suportar os custos inerentes à propositura e ao recurso da justiça⁽¹³⁸⁾.

Este apoio apresenta quatro modalidades, nomeadamente, a dispensa de taxa de justiça e demais encargos com o processo, o pagamento faseado de taxas de justiça e demais encargos com o processo, a nomeação e pagamento da compensação de advogado.

Verificamos que neste momento um solicitador não poderá ter uma participação enquanto patrocínio oficioso, todavia, esta opção encontra-se de forma expressa prescrita no art.º 52.º do CPC sob a epígrafe “nomeação oficiosa de solicitador”, a participação de solicitadores no sistema de acesso ao direito depende de protocolo a celebrar entre a OA e a OSAE, por esta nomeação ser efetuada através de sistema informático gerido pela OA, nos termos do disposto no art.º 2.º, n.º 1 da Portaria n.º 10/2008, de 3 de janeiro.

O protocolo a celebrar nos termos do art.º 11.º daquele diploma legal tem sido objeto de reuniões e trabalhos conjuntos entre as duas ordens profissionais, prevendo-se que, a participação efetiva do solicitador no âmbito do patrocínio judiciário venha a ser uma realidade próxima.

A Proteção Jurídica pode ser requerida de acordo com o artigo 19.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, em que nos é elucidado que terá de ser feita pelo interessado na sua concessão, ou, pelo Ministério Público em representação do interessado, ou até requerida por Advogado, Advogado Estagiário ou Solicitador, em representação do

⁽¹³⁸⁾ Vide Ac. TC n.º 242/2018, Processo n.º 598/17, de 08-05-2018., *in* <http://www.tribunalconstitucional.pt>, Relator: Doutor Juiz Conselheiro PEDRO MACHETE, acedido e consultado a 23-07-2019, situação em que “declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 7.º, n.º 3, Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, na redação dada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de agosto, na parte em que recusa proteção jurídica a pessoas coletivas com fins lucrativos, sem consideração pela concreta situação económica das mesmas, por violação do artigo 20.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa”.

interessado. A intervenção do solicitador só é admissível quando, nos termos do disposto no artigo 40.º do CPC, não seja obrigatória a constituição de advogado, o que acontece no presente estudo de caso.

Como já foi referido, caso seja deduzida oposição ou se frustre a notificação do requerido, o procedimento transformar-se-á num processo judicial que seguirá a forma única da ação declarativa, desta forma irá ter uma implicação nomeadamente a constituição obrigatória de advogado, art.º 40.º, n.º 1 alínea a) do CPC, ainda que o solicitador possa também intervir nos termos do disposto no n.º2 do mesmo artigo, referindo-se a questões que não sejam de direito.

O interessado poderá, assim, ser representado por Advogado, Advogado Estagiário ou Solicitador, bastando para comprovar essa representação as assinaturas conjuntas do interessado e do patrono.

Ao verificarmos o art.º 8.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, “encontra-se em situação de insuficiência económica aquele que, tendo em conta o rendimento, o património e a despesa permanente do seu agregado familiar, não tem condições objetivas para suportar pontualmente os custos de um processo”.

Caso se verifique que o requerente de Proteção Jurídica possuía, à data do pedido, ou adquiriu no decurso da causa ou no prazo de quatro anos após o seu termo, meios económicos suficientes para pagar honorários, despesas, custas, imposto, emolumentos, taxas e quaisquer outros encargos de cujo pagamento haja sido declarado isento, é instaurada ação para cobrança das respetivas importâncias pelo Ministério Público ou por qualquer outro interessado. De acordo com o artigo 13º, n.º 1 da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho “presume-se aquisição de meios económicos suficientes a obtenção de vencimento na ação, ainda que meramente parcial, salvo se, pela sua natureza ou valor, o que se obtenha não possa ser tido em conta na apreciação da insuficiência económica”.

Como já referi anteriormente, o requerimento de Proteção Jurídica é apresentado em qualquer serviço de atendimento ao público dos Serviços de Segurança Social ou através do seguinte endereço eletrónico: www.seg-social.pt.

Segundo o art.º 22.º, n.º 1, da Lei 34/2004, “o requerimento de Proteção Jurídica é formulado em modelo próprio aprovado por portaria (cf. portaria n.º 1085-B/2004, de 31 de Agosto) que é facultado, gratuitamente, junto dos Serviços de Segurança Social, e pode ser apresentado pessoalmente, por telecópia, por via postal ou por transmissão

eletrónica, neste caso através do preenchimento do respetivo formulário digital, acessível por ligação e comunicação informática”.

Os documentos que deverão ser necessários e entregues pelo requerente nos serviços de Segurança Social para elaborar os pedidos são os seguintes: i) Fotocópia do seu documento de identificação (cartão de cidadão ou bilhete de identidade, ou autorização de residência, se for cidadão estrangeiro); ii) A última declaração de IRS que apresentou e a nota de liquidação (se já tiver sido emitida), ou uma certidão passada pelas Finanças em como não tem rendimentos, caso não tenha a declaração de IRS; iii) Os seus recibos de vencimento dos últimos 6 meses, se for trabalhador por conta de outrem, ou as declarações de IVA dos últimos 2 meses, os comprovativos de pagamento e os recibos passados nos últimos 6 meses, se for trabalhador por conta própria; iv) Os comprovativos dos subsídios ou pensões que auferir, se os mesmos não forem pagos pela Segurança Social; v) A caderneta predial atualizada ou a matriz predial passada pelas Finanças e uma cópia do comprovativo de aquisição dos bens imóveis que tenha (casas, terrenos, prédios); vi) O comprovativo com o valor verificado no dia anterior ao da apresentação do pedido ou um comprovativo da aquisição dessa parcela de capital, se tiver ações ou participações numa empresa; vii) Os livretes e os registos de propriedade dos automóveis que tenha. Caso seja membro da administração ou se for sócio com 10% ou mais do capital de uma empresa, deve apresentar ainda os seguintes documentos: i) A última declaração de IRC ou IRS apresentada e a nota de liquidação (se já tiver sido emitida), ou uma certidão passada pelas Finanças, se não tiver essa declaração; ii) As declarações de IVA dos últimos 12 meses e documentos que comprovem o pagamento; iii) Os documentos de prestação de contas dos três últimos exercícios ou os documentos de prestação de contas de todos os exercícios desde a constituição, se a empresa tiver sido constituída há menos de três anos; iv) O balancete do último trimestre, se for uma sociedade; v) Uma fotocópia do documento de identificação da pessoa que assinou o pedido, se este tiver sido assinado por outra pessoa.

Quando o requerimento é apresentado por via postal, o serviço recetor deverá remeter ao requerente uma cópia com o carimbo de receção aposto. Quanto ao pedido elaborado para proteção jurídica deverá especificar a modalidade que o requerente pretende.

No momento da entrega do requerimento de injunção o requerente deve apresentar e entregar a prova da entrega do requerimento de proteção jurídica, da qual deverá

apresentar um dos seguintes documentos: i) Mediante exibição ou entrega de cópia com carimbo de receção do requerimento apresentado pessoalmente ou por via postal; ii) Por qualquer meio idóneo de certificação mecânica ou eletrónica da receção no serviço competente do requerimento quando enviado por telecópia ou transmissão eletrónica.

De acordo com os artigos 24.º n.º 5, 30.º e 31.º (Artigos 20.º e 22.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho) a decisão sobre a concessão de Proteção Jurídica compete ao dirigente máximo dos Serviços de Segurança Social da área de residência ou sede do requerente, assim como, é da competência dos Serviços de Segurança Social a identificação rigorosa dos elementos referentes, bem como a identificação precisa do fim a que se destina o Apoio Judiciário.

Já o artigo 23.º, n.º 1 da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho prescreve que “a audiência prévia do requerente de proteção jurídica tem obrigatoriamente lugar nos casos em que está proposta em decisão de indeferimento do pedido formulado, nos termos do Código do Procedimento Administrativo”.

Já o artigo 24.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho elucida-nos quanto ao procedimento de Proteção Jurídica na modalidade de Apoio Judiciário é autónomo relativamente à causa a que respeite, não tendo qualquer repercussão sobre o andamento desta.

Como em maioritariamente das situações e requerimentos, existe um critério temporal para a pronúncia sobre os casos, nesta situação o prazo para a conclusão do procedimento administrativo e decisão sobre o pedido de proteção jurídica é de 30 dias. Este é um prazo contínuo, em que não se suspende durante as férias judiciais, e, se terminar em dia em que os Serviços de Segurança Social estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.⁽¹³⁹⁾

De acordo com o artigo 25.º, n.º 2 da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, decorrido o prazo mencionado sem que tenha sido proferida uma decisão, considera-se tacitamente deferido e concedido o pedido de proteção jurídica, quer isto dizer que passado estes dias encontra-se aceite o pedido de proteção jurídica.

⁽¹³⁹⁾ Vide art.º 25.º, n.º1, da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho.

Como tal, após deferimento do requerimento de proteção jurídica existe a comunicação ao requerente, assim como à Ordem dos Advogados para que se proceda a designação de patrono em conformidade com o art.º 26.º, n.º 1 da Lei 34/2004.

O artigo 26.º, n.º 1 da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, prescreve que a “decisão sobre o pedido de proteção jurídica não admite reclamação nem recurso hierárquico ou tutelar, sendo suscetível de impugnação judicial”.

Já o art.º 27.º, n.º 1 da Lei 34/2004, refere as consequências de uma impugnação judicial perante situação idêntica, nomeadamente elucida-nos “impugnação judicial pode ser intentada diretamente pelo interessado ou por solicitador que o represente, não carecendo de constituição de advogado, e deve ser entregue no Serviço de Segurança Social que apreciou o pedido de proteção jurídica, no prazo de 15 dias após o conhecimento da decisão”. Assim, para que haja impugnação, temos apenas 15 dias após o conhecimento da decisão para o fazer.

O n.º 3 deste mesmo artigo 27.º, da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, diz-nos que “o pedido de impugnação deve ser escrito, mas, não carece de ser articulado, sendo apenas admissível prova documental, cuja obtenção pode ser requerida através do Tribunal. a impugnação, o Serviço de Segurança Social dispõe de 10 dias para revogar a decisão sobre o pedido de proteção jurídica ou, mantendo-a, enviar aquela e cópia autenticada do processo administrativo ao Tribunal competente”.

Em continuidade, o art.º 29º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho especifica a decisão que defira o pedido de proteção jurídica especificando as modalidades e a concreta medida do Apoio Judiciário.

Como já estudamos, podemos afirmar que estamos perante um procedimento de injunção previsto nos artigos 7.º e seguintes do anexo do DL n.º 269/98, de 1 de setembro.

No caso de ser deduzida oposição, irá ser distribuído e enviado para o tribunal competente, de acordo com o art.º 16.º, n.º 1 do anexo do DL 269/98, aí passando a ser tramitado e já não no Balção Nacional de Injunções.

O art.º 12.º, n.º 1, do anexo do DL 269/98, vem pronunciar-se quanto aos prazos de defesa que o requerido beneficia, este é de 15 dias sendo a sua contagem efetuada nos termos do CPC, sem qualquer dilação em conformidade com o art.º 4.º do decreto preambular do DL 269/98.

Desta forma e de acordo com o art.º 279.º do CC, na “contagem do prazo não se inclui o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o prazo começa a correr”.

O prazo é contínuo, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais como prescreve o art.º 138.º, n.º 1 do CPC, em conformidade com o art.º 28.º da LOSJ.

Assim, o portador das faturas teria sempre de lançar mão de um procedimento – ação judicial ou injunção – para ficar portador de um título executivo, uma vez que aqueles documentos, de per si, não se enquadram em nenhuma das alíneas do art.º 703º do CPC.

O art.º 703.º do CPC enumera os títulos executivo nas alíneas do seu n.º1, como tal são considerados títulos executivos, as sentenças condenatórias, documentos autênticos e autenticados, dado que um reconhecimento de assinatura não é por si só suficiente, os títulos de crédito, ainda que meros quirógrafos, assim como os documentos a que, por disposição especial, seja atribuída força executiva. Neste último enquadram-se as Injunções em que foi aposta a fórmula executória.

2.4 Aplicabilidade do PEPEX – Função Acessória?

O procedimento extrajudicial, denominado de “PEPEX”, correspondendo ao procedimento extrajudicial pré-executivo, que entrou em vigor no dia 1 de setembro de 2014, pois, foi um regime aprovado pela Lei n.º 32/2014, de 30 de maio, consequentemente, no ano de 2015, estipulou-se a regulamentação através da Portaria n.º 349/2015, de 13 de outubro.

Quando decidimos recorrer a este regime jurídico de natureza extrajudicial temos sempre dois objetivos. Em primeiro lugar, o credor consegue identificar todo o património do devedor, dando a possibilidade de verificar se existe fiabilidade de posteriormente intentar uma ação executiva, pois, através deste procedimento, o credor consegue identificar se o devedor já possui penhoras sobre determinados bens, identificando a existência ou inexistência de bens penhoráveis numa fase prévia à da instauração da execução. Em segundo lugar, o credor consegue obter a informação se aquele crédito poderá passar a crédito incobrável, e, caso essa hipótese seja verificada, possibilita-se ao credor a faculdade de preencher os requisitos de devolução do IVA relativo aos créditos incobráveis, sem ter de utilizar os tribunais para esse fim.

Ao recorrermos ao “PEPEX”, estamos a analisar de forma prévia a possibilidade do credor recuperar o seu crédito. Por estas razões, ao não darmos entrada desde logo com uma ação executiva, denominados ao “PEPEX” como um procedimento extrajudicial, pois, não estamos perante o exercício do direito de ação.

Podemos assim dizer que temos diversos meios extrajudiciais, que são formas de tentarmos resolver questões sem recorrermos à função jurisdicional, pois, quando estamos perante uma função jurisdicional, temos como objetivo dirimir um litígio ou essencialmente declarar um direito.

Quando nos referimos ao “PEPEX” não estamos no âmbito da função jurisdicional no plano orgânico, uma vez que não há tribunal.

Ano após ano temos assistido a uma grande evolução ao nível de organização judiciária em Portugal, tem havido a necessidade de cada vez mais fazermos estudos na criação de procedimentos extrajudiciais para libertar a concentração de processos, principalmente de complexidade inferior, ou até mesmo, de baixo valor.

Este fenómeno também tem sido verificado dado que a situação económica que o país atravessou foram períodos de grande instabilidade, e, recorrer à justiça tornou-se complicada para uma grande parte da população.

Maioritariamente, o custo de recorrer a um procedimento extrajudicial torna-se mais baixo do que recorrer diretamente a uma ação, quer seja declarativa ou até mesmo executiva. Para além do valor que maior parte das vezes é inferior aquele que é gasto numa ação judicial, acontece que já não existe a concentração processual nos tribunais, assistindo assim nos últimos anos o designado de desjudicialização.

Há quem defenda que esta desjudicialização tem outra designação, a privatização da justiça, tratando-se de afastar dos tribunais as funções que não constituem atividade típica do poder de julgar, libertando os tribunais de funções meramente burocráticas que não pressupõe a resolução de conflitos de interesses de natureza concreta.

Desta forma o “PEPEX” é caracterizado por natureza administrativa, tendo como objetivo principal, como já foi referido, verificar antecipadamente, a viabilidade de uma ação executiva, sendo reconhecido como um procedimento de índole preliminar de uma execução, dado que, irá permitir-nos fazer uma análise consoante os bens penhoráveis e impenhoráveis, permitindo também a possibilidade de acordo de pagamento da dívida.

Imaginando que nos encontramos perante uma situação em que um sujeito se encontra na posse de um título executivo, obtido através de uma injunção no valor de 8.000,00€, e consequentemente tenha existido um acordo faseado, podendo também permitir que, verificados certos pressupostos, o nome do requerido seja inserido na lista pública de devedores.

O “PEPEX” pode ainda desempenhar uma função acessória, caso consigamos identificar os bens penhoráveis do devedor, pois, através da informação obtida através da pesquisa na base de dados, conseguiremos com segurança dar início ao procedimento executivo, pois segundo o art.º 18.º, n.º 4, “em caso de convolação do procedimento em processo de execução não se repetem as diligências para localização de bens penhoráveis, através das consultas às bases de dados, e a apresentação de relatório elaborado na sequência das mesmas”.

A grande vantagem da criação do procedimento extrajudicial que é o “PEPEX” é a possibilidade de o credor recuperar o seu crédito sem ter de recorrer à ação executiva, enquanto que no regime adotado anteriormente isso não acontecia. O que acontecia anteriormente era que só após recorrer à ação executiva é que o credor conseguia obter a resposta de que os créditos seriam incobráveis, assim como só após verificada e intentada a ação executiva é que o credor podia deduzir os impostos relativos a estes créditos considerados incobráveis, mediante certificação, pela secretaria do tribunal, que o exequente nada recebera do executado por não terem sido identificados bens suscetíveis de penhora, não obstante o credor ter conhecimento dessa circunstância antes mesmo de instaurar a execução.

O credor ficava mais uma vez numa posição vulnerável, dado que, para além do crédito que não iria conseguir recuperar, tinha de suportar o custo de uma ação executiva para que atenuar a situação económica relativamente ao conseguir deduzir os impostos referentes a estes créditos considerados incobráveis.

Com esta recente possibilidade do “PEPEX” caracterizado por uma tramitação procedimental extraordinariamente simplificada, evita em que muitos casos seja instaurada a execução, facilitando a recuperação de créditos de forma mais económica, pois os custos inerentes a este procedimento são manifestamente inferiores aos que são aplicados a uma propositura de uma ação executiva.

O recurso a este procedimento só é possível caso a execução ainda não tenha sido intentada, pois, trata-se de um procedimento unicamente facultativo e pré-executivo, pois segundo o art.º 2.º da Lei n.º 32/2014, pressupõe-se que a execução ainda não tenha sido intentada.

Assim, o credor pode achar necessário verificar a situação patrimonial do devedor utilizando esta faculdade pré-executiva, contudo o credor pode desde logo intentar a ação executiva, sempre que não haja necessidade de promover esta fase, como acontece nos casos em que a dívida é dotada de garantia real.

Os requisitos de aplicação do PEPEX encontram-se previstos nos arts.º 2.º e 3.º e são os seguintes: i) Que o requerente se encontre munido de um título executivo cuja espécie de obrigação seja o pagamento de quantia certa, devendo a mesma reunir os requisitos de exequibilidade de certeza, exigibilidade e liquidez; ⁽¹⁴⁰⁾ ii) Que o título em causa reúna as condições para a aplicação da forma sumária do processo comum de execução; ⁽¹⁴¹⁾ iii) Que as consultas a efetuar pelo agente de execução não dependam de prévio despacho judicial; ⁽¹⁴²⁾ iv) Que o requerente indique o seu número de identificação fiscal em Portugal, bem como o do requerido, devendo este ter domicílio em Portugal. ⁽¹⁴³⁾

Ao recorrermos a estes requisitos deveremos ter em consideração alguns em concreto.

Para recorrermos ao PEPEX pressupõe-se que o credor encontre-se na posse de um título executivo, de entre os estatuídos no art.º 703.º do CPC, neste caso, o indivíduo que detém um título executivo, tendo como base uma injunção em que foi aposta a fórmula executória, no valor de 8.000 euros, estamos assim perante a alínea c) do n.º 1. Para além de termos um título de acordo com o art.º 703.º do CPC, teremos de verificar se a obrigação em causa é uma obrigação certa, líquida e exigível, reunindo as condições previstas no art.º 713.º do CPC.

Em segundo lugar, teremos sempre de analisar o título em questão, e, verificar se este seguiria a forma ordinária ou sumária, pois, só os que têm a característica de serem

⁽¹⁴⁰⁾ Vide art.º 3.º, al. b), PEPEX.

⁽¹⁴¹⁾ Vide art.º 3.º, al. a), PEPEX.

⁽¹⁴²⁾ Vide art.º 2.º, in fine, PEPEX.

⁽¹⁴³⁾ Vide art.º 3.º, al. c), PEPEX.

exigíveis sob forma sumária é que cumprem o requisito para recorrer ao procedimento meramente facultativo que é o “PEPEX”. Este procedimento aplica-se apenas aos títulos que permitam seguir sob a forma sumária de processo comum para pagamento de quantia certa.

Na verdade, o âmbito de aplicação do procedimento não é dado pelo valor da dívida, mas, pela forma de uma eventual execução, a qual deverá seguir a forma sumária.

Consequentemente, os títulos executivos que podem ter como fundamento o recurso ao PEPEX são, obrigatoriamente, um dos seguintes que iremos abordar. Temos como exemplo, a decisão arbitral ou judicial, nos casos em que esta não deva ser executada no próprio processo, o requerimento de injunção ao qual tenha sido aposta fórmula executória, o título extrajudicial de obrigação pecuniária vencida, garantida por hipoteca ou penhor, um título extrajudicial de obrigação pecuniária vencida cujo valor não exceda o dobro da alçada do tribunal de 1.^a instância.

Enquanto terceiro requisito, verificamos que o agente de execução, não tem uma liberdade total nas pesquisas a efetuar aos bens do devedor. Neste procedimento não existe de forma prévia um despacho judicial, trata-se assim de uma restrição que não é prévia à instauração do procedimento, mas que constitui uma limitação da atividade do agente de execução no decorrer do mesmo. Isto acontece dado que o Agente de Execução nestas situações torna-se a figura principal no processo, enquanto que, numa ação executiva sob forma ordinária o Juiz torna-se a figura principal. Uma vez que o procedimento não prevê a intervenção oficiosa ou provocada do juiz, admite-se esta restrição.

O quarto pressuposto, manifesta-se num requisito de natureza unicamente burocrática, pois, trata-se da situação em que é necessário o número fiscal do requerido, dado que é indispensável para que o agente de execução possa proceder à realização de consultas em grande parte das bases de dados, como por exemplo quando tem de proceder a consultas da administração tributária, visto ser um elemento essencial para a consulta do património deste indivíduo.

Para além de todos os elementos e requisitos que já abordamos anteriormente, passemos a explicar a tramitação procedimental a que o PEPEX está dependente, considerando os aspetos gerais do regime que lhe estão implícitos.

A tramitação deste procedimento tem quase como sua exclusividade a via eletrónica, considerado um procedimento desmaterializado, conforme resulta do art.º 33.º, n.º 3. Para além disto não existe intervenção da secretaria do tribunal o que faz com que seja o Agente de Execução responsável pelo desempenho de todo este procedimento, assim o prescreve o art.º 33.º, n.º 1 e n.º 3.

O procedimento é efetuado através de plataforma informática da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução – OSAE, art.º 4.º da Lei 32/2014 e art.º 2.º da Portaria 349/2015, de 13 de outubro, a qual está, por sua vez, em comunicação automática com aquela que serve de suporte à atividade dos agentes de execução (SISAAE), competindo à OSAE a sua manutenção e o tratamento dos dados pessoais nessa plataforma, com exceção das notificações que são transmitidas ao requerido ou ao requerente. Estas exceções estão enumeradas de forma correspondente nos art.º 13.º e 24.º, n.º 2, e, no art.º 5.º, n.º 10 e n.º 11.

Ao estarmos perante este procedimento meramente facultativo, não existe a obrigação da constituição de mandatário, como tal, as regras existentes para a atribuição de patrocínio judiciário resultantes do Código Processo Civil neste caso não são aplicadas.

O requerimento inicial à partida deverá ser entregue naquela plataforma informática através via eletrónica, como nos é dito nos art.ºs 4.º, 5.º, n.º1 e 6.º, n.º1. Contudo, a redação do art.º 5.º, n.º 10 deixa-nos com dúvidas quanto à sua interpretação, pois, parece deixar-nos com a possibilidade do requerimento inicial ser entregue em papel.

Este artigo deixa-nos com alguma dúvidas como já referimos, pois, segundo este art.º 5 “o formulário do requerimento inicial pode ser preenchido em suporte de papel pelo próprio credor, ou em formato eletrónico por advogado ou solicitador que, não sendo constituído mandatário daquele, digitaliza o mesmo, bem como os demais documentos que o devem acompanhar, e procede à aposição da respetiva assinatura eletrónica, através da qual certifica a conformidade dos documentos com os originais.”

As dúvidas surgem quanto à intenção do legislador, o que nos parece que o legislador quis transmitir foi a situação em que credor ao não estar sujeito à obrigação de constituição de mandatário, veja-se quase que obrigado a contactar um advogado ou um solicitador para auxiliar com os documentos (digitalização), assim como, no preenchimento do requerimento, o que não faz muito sentido.

De forma mais esclarecedora, o requerimento inicial pode ser apresentado por uma das três seguintes formas, pelo próprio credor, via eletrónica (sem necessidade de intervenção de advogado ou solicitador), mediante autenticação na plataforma informática e com base em certificado de assinatura digital qualificada, integrado no cartão de cidadão, por credor, mas, representado por advogado ou solicitador, via eletrónica, ou, por fim, pelo credor, apresentado em suporte de papel, devendo neste caso recorrer a um advogado ou solicitador que lhe preencherá o formulário e procederá à sua submissão eletrónica.

Teremos que dar uma especial atenção aos artigos 28.º, 29.º e 30.º, dado que os Agentes de Execução encaram como figura principal no processo e em que a intervenção judicial nesta fase é inexistente. Como assume particular importância o regime resultante do art.º 28.º quanto à conservação e tratamento de dados pessoais, do art.º 29.º quanto ao dever de sigilo e o art.º 30.º quanto à proteção de dados pessoais.

O art.º 28.º, n.º4, determina que os dados pessoais disponibilizados no SSSAE após a sua recolha são mantidos num prazo máximo de 10 anos, após o alcance deste prazo fixado os dados são destruídos de forma obrigatória e automática.

O art.º 29.º transpõe o dever do segredo profissional. Assim, a violação do segredo profissional coloca em perigo o prestígio e a reputação que a qualquer profissão deve merecer, neste caso em concreto as entidades responsáveis pelo tratamento de dados, bem como todas as pessoas que, no exercício das suas funções, tenham conhecimento dos dados pessoais tratados ao abrigo da Lei nº 32/2014, estes têm de ser garantidos pela qualidade e identidade legalmente atribuídas ao respetivo titular, não esquecendo, também, que a falta de preparação e controle destas atividades, prejudicam gravemente o cidadão nos seus direitos.

De acordo com a Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, os Agentes de Execução devem cumprir com este regime adotado quanto à finalidade da consulta, sendo de forma rigorosa e estritamente necessária o acesso à informação, não sendo possível utilizar a informação obtida para fins diferentes aos que são permitidos por lei, incluindo a não transmissão destas informações a terceiros.

Já o art.º 22.º, n.º 1, acrescenta que os atos do agente de execução são praticados exclusivamente através do SSSAE, no qual ficam registados os mesmos, designadamente o dia e a hora dos procedimentos.

Este mesmo artigo no seu n.º 2 diz-nos que o Agente de Execução deverá ter especial cuidado em introduzir no processo todos os atos externos que este pratique, num prazo máximo de dois dias, pois em contrapartida sob pena de restituir os honorários pagos relativos aos atos realizados.

O procedimento é efetuado segundo o art.º 23.º, quer isto dizer que qualquer das partes que intervenham no procedimento podem aceder ao processo por via eletrónica, mediante autenticação na plataforma informática e com base em certificado de assinatura digital qualificada, integrado no cartão de cidadão, certificado digital de assinatura e autenticação emitido pela Ordem dos Advogados ou pela OSAE. Para além desta via existe a possibilidade de consultar/aceder ao processo por qualquer das partes através da plataforma de autenticação da administração fiscal.

Segundo o art.º 23.º, n.º 3 o requerido tem a possibilidade de consultar o processo após ter sido notificado pela primeira vez no âmbito do PEPEX, ou após a sua citação no âmbito de processo de execução em que este figure como executado.

Perante toda esta situação, também é necessário considerar o disposto no art.º 31.º, ao qual está consagrado o princípio da subsidiariedade, isto é, a aplicação do Código de Processo Civil é subsidiária em tudo o que não esteja expressamente previsto na Lei nº 32/2014, de 30 de maio.

Também este princípio é aplicado quanto ao “regime de apoio judiciário”, segundo o art.º 32.º. Todavia, existe diferenças quanto ao que acontece na Lei de Apoio Judiciário constante da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, pois, o artigo 32.º, n.º 2 prescreve que não só a taxa de justiça está protegida pela modalidade do apoio judiciário, assim como os demais encargos com o processo, o pagamento dos honorários que sejam devidos ao agente de execução, bem como, sendo caso disso, a designação de agente de execução, o exequente fica dispensado ao abrigo da Lei do Apoio Judiciário.

Relativamente ao pagamento de honorários devidos ao agente de execução e a responsabilidade pelos mesmos, dispõe o art.º 20.º da Lei n.º 32/2014 que o pagamento dos valores devidos a título de honorários e despesas do agente de execução compete sempre ao requerente, salvo nos casos em que o mesmo beneficie de apoio judiciário. Caso em que isso aconteça os custos são suportados pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, assim o diz o art.º 12.º da Portaria n.º 349/2015.

Quando nos referimos à legitimidade das partes perante a intervenção no processo teremos de analisar o art.º 53.º do CPC, dado que os pressupostos processuais a que o PEPEX fica sujeito são os mesmos do Código do Processo Civil, pois o art.º 31.º adota de forma subsidiária as especificidades dos requisitos aplicados no CPC.

Segundo os art.º 5.º, n.º 4 existe a admissibilidade da cumulação de títulos no âmbito do procedimento, desde que todos eles sejam destinados ao pagamento de quantia certa e em que as partes sejam iguais.

Relativamente a esta subsidiariedade transmitida do Código Processo Civil para este procedimento que é o “PEPEX” teremos também que analisar quanto à pluralidade das partes, pois, segundo o art.º 5.º, n.º 2 alínea b), admite explicitamente a cumulação subjetiva, referindo-se ao litisconsórcio ou à coligação, devendo-se, neste caso, discriminar as responsabilidades de cada requerido perante o requerente, bem como a natureza solidária, conjunta ou subsidiária das mesmas.

O art.º 8.º, n.º 1, estabelece um prazo geral de cinco dias úteis para que o agente de execução coloque os atos em prática, e, no caso de diligências externas o prazo é de dois dias úteis para que os atos sejam documentados no processo. Estes dias estão de acordo com o art.º 22.º, n.º 2, e são contados a partir da data da sua realização, pois, a título de exemplo temos os atos que estão prescritos no art.º 5.º, n.º 11, a notificação inicial ao requerido e a notificação ao requerente em suporte de papel efetuada nos termos deste mesmo artigo.

Como o art.º 6.º, n.º 3 menciona, o requerimento considera-se entregue após efetuarmos o pagamento passando de forma automática a um dos agentes de execução que constem da lista destinada ao procedimento extrajudicial pré-executivo, através do SISAAE, sendo disponibilizado ao requerente os elementos de identificação e o contacto do mesmo. O agente de execução não pode ser designado pelo exequente.

Contudo, segundo o art.º 18.º, n.º 1, alínea a) nos casos em que existe a convalidação do procedimento em processo de execução, o exequente já pode efetuar esta designação, havendo uma remissão para o art.º 724.º, n.º 1 a n.º 5 do CPC.

Neste procedimento extrajudicial, o art.º 24.º, n.º 1, demonstra que as notificações do requerente são efetuadas exclusivamente por via eletrónica, sem prejuízo da situação prevista no art.º 5.º, n.º 10 e n.º 11.

Comparativamente o art.º 13.º, n.º 1 e n.º 9, e, o art.º 14.º, n.º 1 e n.º 4, podemos assim dizer que a primeira notificação do requerido é realizada mediante contacto pessoal do agente de execução, salvo se o requerido residir nas ilhas das regiões autónomas onde não exista agente de execução, caso em que será notificado por carta registada com aviso de receção.

Já o art.º 13.º n.º 6 prescreve que não é admissível a notificação edital, caso não seja possível concretizar a notificação pessoal do requerido.

Todas as notificações posteriores à citação são efetuadas segundo o art.º 24.º em que no seu n.º 2 é dito que são feitas por carta registada simples ou por via eletrónica, caso aquele indique o endereço de correio eletrónico ou declare pretender ser notificado através da plataforma informática. O n.º 3 do mesmo artigo prescreve que as notificações eletrónicas presumem-se efetuadas no 1.º dia útil seguinte ao da sua expedição.

No PEPEX existe também contagem de prazos, assim como, noutros procedimentos extrajudiciais, neste caso, e, dada a subsidiariedade do CPC, existem algumas adaptações e especificidades a considerar.

Quanto aos prazos e segundo o art.º 33.º, n.º 2, estes não se suspendem durante as férias judiciais, sendo aplicadas as regras previstas no CPC. Quando aludimos à não suspensão de prazos, estamos a referir-nos unicamente às regras das notificações a efetuar ao longo deste procedimento pré executivo, pois as regras da citação mantêm-se. Contudo, gera alguma controvérsia, dado que nos procedimentos extrajudiciais não têm por hábito nomear através do seu normativo uma regra que se aplique ao ato de citação, pois, é uma fase procedimental que é excluída, e, conseqüentemente não há aplicabilidade da dilação prevista no art.º 245.º do CPC.

De acordo com o art.º 12.º o requerido dispõe do prazo de 30 dias. Para além deste prazo não poderemos aplicar a exceção dilatória prevista no art.º 245.º do Código de Processo Civil, pois de acordo com o art.º 13.º, n.º 3, n.º 4 e n.º 5, assim como do art.º 14.º, n.º 2 não nos é possível aplicar.⁽¹⁴⁴⁾

Com efeito, dispõem o art.º 33.º, n.º 2 da Lei 32/2014 a subsidiariedade das regras do CPC relativamente aos prazos, designadamente no procedimento extrajudicial pré-

⁽¹⁴⁴⁾ Vide a propósito o Ac. do TRL., Processo n.º 28975/19.9YIPRT.L1-2, de 06-02-2020. Relator CARLOS CASTELO BRANCO, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 13-05-2020.

executivo não há lugar à suspensão durante as férias judiciais. Ao analisarmos aquilo que nos é dito neste artigo podemos argumentar que só as regras da notificação são implementadas, e, em contrapartida, as regras da citação não.

Devemos assim entender que os prazos dilatórios não são aplicados, dado que, é um ato exclusivo da citação, e não existindo na Lei n.º 32/2014 norma expressa que determine a aplicação da dilação, não deverá ser considerada. Para além deste procedimento, ao não adotar a citação podemos verificar que por exemplo quanto a todos os procedimentos com característica não judicial o requerido é notificado sem que seja verificado em algum dos casos a dilação prevista no art.º 245.º do CPC (temos como exemplo a injunção e o procedimento especial de despejo).

Não obstante, o certo é que os anexos IX, X e XI da Lei 32/2014 relativos à notificação do requerido mencionam expressamente o prazo dilatatório que ao caso couber.

Quanto aos prazos, segundo o art.º 33.º, n.º 2, os prazos são contínuos, assim como nos é dito no art.º 138.º, n.º 1 do CPC, salvo nos casos em que a lei prevê prazos em dias úteis.

Relativamente ao art.º 4.º, o procedimento inicia-se com um requerimento, apresentado por via eletrónica, em plataforma informática do Ministério da Justiça, em que são fixados os requisitos pelo art.º 5º onde tem de constar “a identificação do credor, incluindo o número de identificação bancária do requerente referente a conta aberta junto de instituição de crédito na qual devam ser depositados quaisquer montantes, devedor, exposição sumária dos factos, indicação do valor em dívida à data do pedido, incluindo a liquidação de juros, moratórios, remuneratórios ou compulsórios”.

Caso as quantias devidas a título de honorários ao agente de execução de acordo com o art.º 20.º, nas alíneas a) e b), assim como qualquer dos elementos referidos como por exemplo quanto à identificação das partes, exposição dos factos com a indicação do valor em dívida, anexação do título a plataforma informática impede a submissão com sucesso do requerimento quando esteja em falta algum destes elementos.

Relativamente à comunicabilidade da dívida, também teremos que elucidar algumas considerações. Esta, só pode ser feita na ação executiva, nos termos do prescrito no art.º 741.º do CPC.

Quando do título executivo só consta um individuo e que por sua vez é casado, perante a situação do PEPEX o credor não pode invocar em cede deste procedimento a

comunicabilidade da dívida. Perante este procedimento, pode sim, acontecer a identificação dos bens próprios e os bens comuns do casal, devendo para o efeito indicar o nome e o número de identificação fiscal do cônjuge do requerido e o respetivo regime de bens do casamento.

No requerimento do PEPEX teremos que entregar diversos documentos segundo o art.º 5.º, n.º 5, nomeadamente, cópia digitalizada do título executivo, em formato “pdf”, podendo esta ser substituída pela indicação da referência de acesso ao documento eletrónico, pretendendo-se a identificação de bens comuns, fotocópia não certificada do registo atualizado de casamento do requerido, que ateste que o mesmo é casado no regime de comunhão geral de bens ou comunhão de adquiridos, salvo se do título executivo constar o nome do cônjuge e o respetivo regime de casamento.

O art.º 5.º, n.º 6 diz-nos que o requerente deve conservar o original do título executivo até à prescrição do direito de crédito que o mesmo titula, dado que, posteriormente poderá o mesmo ser solicitado, a todo o tempo, pelo agente de execução no âmbito do procedimento em causa. Não será possível aditar ou alterar o requerimento após a entrega do mesmo.

Quanto ao art.º 6.º e 7.º da Lei em análise, acontece que após o envio do requerimento, tem lugar a distribuição ao agente de execução. Desta forma, a plataforma informática atribui um número provisório de pedido, devolvendo ao credor uma única referência de pagamento que inclui todos os custos devidos pelo início do procedimento.

Os valores que são devolvidos são as constantes do art.º 20.º, n.º 1, alíneas a) e b) devendo ser pagos pelo requerente, como assim o diz o n.º 2 do mesmo artigo, “em simultâneo e antecipadamente face à entrega do requerimento”.

Após o pagamento, o requerimento está entregue, assim, através da plataforma do SISAAE é atribuído de forma automática o requerimento a um agente de execução que conste da lista de distribuição, sendo disponibilizado ao requerente a identificação e o contacto do agente de execução nomeado.

Segundo o art.º 7.º, os critérios de distribuição automática são os definidos no art.º 4.º da Portaria n.º 349/2015, dos quais estão garantidos a equidade na distribuição dos requerimentos, assim como, designar um agente de execução próximo geograficamente do requerido.

Desta forma, outra diferença encontrada é na atribuição automática ao Agente de Execução, pois, a atribuição não é efetuada pelo credor como acontece na ação executiva, de acordo com o art.º 720.º, n.º 1 do CPC. Todavia, caso exista incumprimento pelo agente de execução do prazo para a realização das diligências previstas na lei, o requerente pode proceder à substituição do Agente de Execução, desde que tenham decorrido 15 dias do termo do prazo em causa. Consequentemente, caso seja levantada esta hipótese de substituição, é indicado automaticamente novo agente de execução.

Segundo o art.º 7.º, n.º 2, no imprevisto do Agente de Execução não realizar as diligências previstas na lei, acontece que pode ter consequências de carácter disciplinar, nomeadamente a título cautelar, pois, a medida a ser aplicada é a de não lhe ser entregue novos procedimentos até este realizar as diligências que estão em falta.

De acordo com o art.º 8.º, depois de remetido o requerimento ao agente de execução, este tem cinco dias úteis para o recusar ou para realizar as consultas, que estão elencadas no artigo 9.º assim como deverá elaborar relatório com suporte naquilo que porventura tenha encontrado como resultado das mesmas.

O despacho de recusa do Agente de Execução deve ter lugar quando não se encontrem reunidas as condições de admissibilidade do requerimento nomeadamente, quando, não estejam reunidos os requisitos previstos no art.º 3.º, esteja em falta algum dos elementos referidos nos n.ºs 1 e n.º 2 do art.º 5.º, não tenha sido apresentado qualquer título executivo ou o documento apresentado não constitua título executivo idóneo, na aceção da alínea a) do artigo 3.º, as partes indicadas não constem do título executivo, salvo o disposto no n.º 3 e na alínea b) do n.º 5 do art.º 5.º, não tenham sido indicados os elementos previstos no n.º 3 do artigo 5.º ou não tenha sido apresentada fotocópia não certificada do registo atualizado de casamento, que ateste que o requerido é casado no regime da comunhão geral de bens ou na comunhão de adquiridos.

Poderá ter lugar a despacho de aperfeiçoamento nas situações elencadas nas alíneas b), c) e d), do mesmo artigo, desde que a falta seja suscetível de sanção. Neste caso o agente de execução deve notificar o requerente para suprir a falta apontada no prazo de cinco dias, sob pena de recusa. Segundo o art.º 18.º, caso haja recusa do requerimento procede-se à notificação do requerente, podendo este, no prazo de 30 dias, requerer a convolação do procedimento extrajudicial pré-executivo em processo de execução, sob pena de o procedimento ser automaticamente extinto.

Caso não exista recusa do requerimento, em seguida, o Agente de Execução procede à consulta da base de dados de acesso direto eletrónico previstas no Código de Processo Civil cuja disponibilização ou consulta não dependa de prévio despacho judicial. Consequente acontece que excetua-se destes casos aqueles em que o acesso está sujeito a sigilo, quer a nível fiscal ou sob qualquer outro regime de confidencialidade previsto no art.º 749.º, n.º 7 do CPC.

Todavia, acontece que relativamente à da penhora de depósitos bancários esta autorização encontra-se dispensada dado que no mesmo art.º 749.º, no seu n.º 6 determina que “o Banco de Portugal disponibiliza por via eletrónica ao agente de execução informação acerca das instituições legalmente autorizadas a receber depósitos em que o executado detém contas ou depósitos bancários”.

Assim, segundo o art.º 9.º, n.º 5, através do PEPEX existe a permissão de forma antecipada às contas bancárias.

Estas consultas são realizadas pelo agente de execução através do SISAAE, ficando a constar do referido sistema um registo de cada uma delas, para efeitos de consulta pelas partes e de auditoria.

De acordo com o art.º 9.º, n.º 6, só podem ser divulgados dados que façam parte do previsto da Lei n.º 32/2014, doutra forma não podem ser divulgados ou utilizados para qualquer outro fim.

O artigo 10.º n.º 1 do diploma em análise relativamente ao procedimento PEPEX, prescreve que o agente de execução elabora um relatório para em que condensa através de uma listagem os bens encontrados ou a circunstância de não terem sido identificados bens penhoráveis.

O n.º 2 do mesmo artigo diz-nos que no relatório vem desenvolvido o estado da pessoa/individuo devedor, constando se o mesmo já se encontra falecido, insolvente, se tem processos de execução pendentes, ou, até mesmo se o próprio consta na lista pública de devedores assim como, tratando-se de uma empresa/sociedade (pessoa coletiva), vem de forma destacada caso esta tenha sido dissolvida ou liquidado.

Como já foi identificado anteriormente o relatório terá de ser apresentado num prazo de 30 dias ao requerente sob forma de notificação, de acordo com o art.º 11.º, n.º 1, referentemente, a convolação do procedimento extrajudicial pré-executivo em processo de execução, no caso de não terem sido identificados bens suscetíveis de penhora, a

notificação do requerido para os termos previstos no art.º 12º, pois, de acordo com o art.º 20.º, n.º 2 e n.º 3, existem valores fixados para o pagamento de honorários aos Agentes de Execução, estes variam consoante o tipo de diligências efetuadas pelos mesmos, e para além disto a vontade do requerente manifesta-se sempre mediante pagamento prévio, através de um dos identificadores únicos de pagamento que lhe são disponibilizados para cada uma das opções pretendidas.

O procedimento pode ser automaticamente extinto caso seja ultrapassado o prazo estabelecido dos 30 dias dispostos no regime em análise e não tenha havido o pagamento referido no parágrafo anterior.

Contudo, o art.º 19.º, n.º 1, refere que no prazo de três anos existam novas buscas para que se obtenha informação diferente à que foi encontrada, isto é, após as buscas não exista quaisquer bens penhoráveis e que não tenham sido convolados em processos de execução, o requerente pode exercer o seu direito no prazo estabelecido neste número, solicitando a realização de novas buscas.

Consequentemente, caso seja solicitado novas buscas, o requerente fica dependente de novo pagamento ao Agente de Execução, este que está identificado no art.º 20.º, n.º 1, alínea e).

Ao ser pedido novas buscas, acontece que teremos que verificar se o Agente de Execução continua em exercício de atividade (em pleno exercício de funções), caso isso não aconteça será designado automaticamente um novo Agente de Execução, adotando nestas situações, novamente o art.º 9.º e o art.º 10.º do diploma em estudo, não havendo lugar a notificação do requerido quando o mesmo já se encontre inserido na lista pública de devedores.

Assim, o art.º 18.º da Lei 32/2014 oferece algumas condicionantes descritas quanto à convolação do procedimento extrajudicial pré-executivo, desta forma num processo de execução fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos, apresentação de requerimento executivo ou de requerimento de execução de decisão judicial condenatória, consoante o caso, nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do art.º 724.º do Código de Processo Civil e respetivos diplomas regulamentares, junção do relatório previsto no art.º 10.º.

No PEPEX o requerente não pode “escolher” ou designar por sua vontade um Agente de Execução, apenas, é feita esta escolha de forma aleatória de acordo com a base

de dados. Todavia, no requerimento executivo o credor pode designar, querendo, o agente de execução que tramitará o processo e, caso não o faça, será o mesmo designado pela secretaria nos termos do disposto no art.º 720.º, n.º 2 do CPC.

Não haverá pagamento a título de pagamento de honorários caso haja convolação do procedimento em processo de execução, nem despesas do agente de execução pela fase inicial do processo executivo, previsto na portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça que regula a matéria da remuneração dos agentes de execução, nem ao valor devido a título de consultas das bases de dados, quando exigido no âmbito do processo de execução.

Caso seja encontrado bens, iremos dar seguimento ao processo sob forma sumária, de acordo com o art.º 855.º e seguintes do CPC, o agente de execução designado ou nomeado deverá promover a penhora dos bens identificados no âmbito do PEPEX, varia consoante os bens penhorados a sua forma de agir, dado que nem todos os bens podem ser penhorados de igual forma, pois existem limites máximos de penhora, e desta forma o Agente de Execução terá de ter especial atenção ao art.º 735.º e seguintes do CPC, procede assim à citação do executado após penhora e à notificação da mesma, nos termos do disposto no art.º 856.º do CPC.

O executado poderá deduzir oposição à penhora, cujos fundamentos podem ser algum ou alguns dos consagrados no art.º 731.º do CPC, em que os efeitos desta poderão ser meramente devolutivos ou suspensivos. Só existirá suspensão dos atos caso for prestada caução, de acordo com o art.º 856.º, n.º 5 do CPC.

Caso não seja prestada caução, o Agente de Execução dá continuidade ao processo citando assim os credores com garantia real, nos termos do disposto nos artigos 786.º e seguintes do CPC.

Assim, caso o executado fosse casado era necessário apurar o regime de casamento e a natureza dos bens penhorados, no sentido de se aferir a necessidade de citação do cônjuge, assim como verificar se a dívida era própria ou comum, ou se o mesmo detinha bens apenas próprios ou apenas comuns.

Após isso, iniciaria as diligências necessárias à venda dos bens penhorados prescritas no art.º 811.º e seguintes do CPC, e, após a venda, procederia ao pagamento ao credor dos montantes recuperados, por força dos art.ºs 846.º e seguintes do CPC.

TÍTULO III – A (IN)ADMISSIBILIDADE DA RECONVENÇÃO NA OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO

3.1 Poderá Admitir-se Reconvenção na Oposição à Execução?

Na ação declarativa, a reconvenção aparece no âmbito da contestação, dado que é, através deste meio que é dada a oportunidade de alegar e fazer pedidos contra o autor da ação. Neste campo é atribuído a denominação de reconvinte, ao réu, e reconvindo, ao autor do processo, acontece que os papéis acabam por se inverter ⁽¹⁴⁵⁾.

No entanto, o(s) réu(us) não é (são) obrigado(s) a apresentar reconvenção, apenas é um mecanismo facultativo, atribuído ao réu, de forma que possa fazer novos pedidos ou acrescentar informações ao processo pertinentes que ainda não tenham sido mencionadas ao longo da propositura da ação.

Referenciamos que, neste procedimento reconvenicional, terá de cumprir com os requisitos comparativamente à petição inicial⁽¹⁴⁶⁾⁽¹⁴⁷⁾, até porque, para além do valor da causa que está a ser discutido, ao apresentar reconvenção, o interveniente terá que adicionar à ação, se for o caso, o valor correspondente a esta, assim como pagar a taxa de justiça acrescida ⁽¹⁴⁸⁾.

A reconvenção também poderá ser nula, no caso de faltar o valor da causa, contudo, esta nulidade por falta de apresentação deste elemento só acontece perante a situação do reconvinte, após ter sido interpelado para mencionar e colmatar o incidente, e, mesmo assim não o fazer.

Consequentemente, a nulidade só é aplicada à reconvenção, pois só esta modalidade processual é considerada inapta, e, a própria contestação é válida, assim como as restantes peças processuais.

⁽¹⁴⁵⁾ Vide art.º 226.º, n.º1 do CPC.

⁽¹⁴⁶⁾ Art.º 552.º als. d), e), e f) do CPC.

Também terá de cumprir com o art.º 583, n.ºs 1 e 2.

⁽¹⁴⁷⁾ Cfr. FREITAS, José Lebre de, (2013), *A ação declarativa comum à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, 3.ª Edição, Coimbra Editora, pág. 121.

Segundo José Lebre de Freitas, “a reconvenção apresenta a mesma estrutura formal da petição inicial, fundamentos de facto; fundamentos de direito; pedido; valor da causa; elementos”, entre outros.

⁽¹⁴⁸⁾ Vide art.º 530 n.º 2.

De acordo com o art.º 266.º, n.º 2, al. c), a “a reconvenção é admissível (...) quando o réu pretende o reconhecimento de um crédito, seja para obter a compensação, seja para obter o pagamento do valor em que o crédito invocado excede o do autor”, pois o CPC de 2013 veio esclarecer e clarificar diversas dúvidas que permaneciam no código anterior a este.

Assim, veio plasmar as situações em que admite a compensação de créditos através do pedido reconvenicional, nomeadamente no que concerne às relações jurídicas⁽¹⁴⁹⁾.

LEBRE DE FREITAS defende que “o novo código consagrou assim a teoria da compensação-reconvenção e, com ela, a da identificação do objeto do processo com as relações jurídicas materiais nele controvertidas: a introdução na causa, mediante a reconvenção deduzida, duma nova relação obrigacional a apreciar, distinta daquela em que se baseia o pedido do autor, implicaria um novo objeto, em aplicação do objeto primitivo”⁽¹⁵⁰⁾.

Apesar de existir esta “teoria da compensação-reconvenção”, é necessário fazer alusão ao facto desta modalidade atribuída ao pedido reconvenicional também poder ser permitida a aplicabilidade da mesma noutras ocasiões, e, não só neste mecanismo.

LEBRE DE FREITAS acrescenta que “não é seguro que a lei estenda o ónus de reconvir aos casos em que a vontade de compensar já tenha sido declarada pelo réu, extra processualmente, visto que o efeito extintivo mútuo se produz, automaticamente, com a receção, por uma parte, da declaração da outra de querer compensar crédito e débito”⁽¹⁵¹⁾, em conformidade com o art.º 848.º, n.º1, do CC.

O que a nosso ver faz todo o sentido, dado que partindo do pressuposto que a matéria alegada já tenha sido abordada no âmbito de diverso meio processual, não fará sentido voltar a alegar em âmbito de reconvenção noutro processo. O que o autor defende, e que também defendemos a mesma ideologia, é que o legislador veio clarificar a escrita

⁽¹⁴⁹⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A ação declarativa comum à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, pág. 130.

⁽¹⁵⁰⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A ação declarativa comum à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, pág. 131.

⁽¹⁵¹⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A ação declarativa comum à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, pág. 131.

da norma, nunca sendo a intenção do mesmo tornar a norma obrigatória, nem de retirar a modalidade da compensação de créditos como meio meramente facultativo⁽¹⁵²⁾.

3.2 Breve análise de decisões judiciais

Face à matéria em estudo, importa analisar o Acórdão do STJ, de 27-04/-017, onde se escreve que “a falta de mandato decorrente do facto de não ter sido junta aos autos procuração conferindo poderes ao advogado subscritor do requerimento de injunção constitui exceção dilatória que, quando não sanada, conduz à absolvição do réu da instância”⁽¹⁵³⁾, fazendo alusão aos art.ºs .40.º, n.º2, assim como aos artºs 494.º, al. h) e 493.º, n.º 2, todos do CPC.

Neste mesmo Acórdão conclui-se que «Seguindo o ensinamento do Professor Alberto dos Reis (Código de Processo Civil Anotado, vol. I, 3.ª ed.- reimpressão, pág.133), ocorre falta de mandato quando um advogado está em juízo a praticar atos em nome da parte, sem que esta o tenha autorizado a praticá-los, conferindo-lhe mandato nos termos prescritos no artigo 35.º. A insuficiência de mandato pressupõe que o advogado está munido de procuração passada pela parte, mas a procuração não contém os poderes necessários para o habilitar a praticar os atos que está praticando. A irregularidade do mandato configura-se quando a procuração conferida pela parte não satisfaz os requisitos de forma exigidos»⁽¹⁵⁴⁾.

Ou seja, tal vício poderia ter sido sanado ao longo da ação e de acordo com o art.º 40.º, n.º 2, do CPC, desde que esta não se encontrasse terminada.

De acordo com o art.º 266.º, n.º 2, al. c), a reconvenção é admitida no âmbito de embargos de executado, pois refere que “Quando o réu pretende o reconhecimento de um crédito, seja para obter a compensação seja para obter o pagamento do valor em que o crédito invocado excede o do autor”.

⁽¹⁵²⁾ FREITAS, José Lebre de, (2013), *A ação declarativa comum à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, pág. 132, pois, “a melhor interpretação a fazer do regime do CPC de 2013 é a de que com ele nada mudou, permanecendo a reconvenção fundada em compensação meramente facultativa”.

⁽¹⁵³⁾ Vide a propósito o Ac. do STJ, Processo n.º2067/14.5YYPR-T-A.P1.S1, de 27-04-2017. Relator FERNANDA ISABEL PEREIRA, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

⁽¹⁵⁴⁾ Vide a propósito o Ac. do STJ, Processo n.º2067/14.5YYPR-T-A.P1.S1, de 27-04-2017. Relator FERNANDA ISABEL PEREIRA, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

Quer a nível doutrinário, quer a nível jurisprudência podemos afirmar que existe uma uniformização relativamente a estes procedimentos, pois defendem que a reconvenção não é permitida em processo executivo⁽¹⁵⁵⁾, aplicando nestas situações a “exigência” do reconhecimento desses créditos de forma externa àquele processo executivo, pois se esse direito estiver judicialmente reconhecido o executado não necessitará de utilizar a reconvenção para esse fim⁽¹⁵⁶⁾.

A oposição à execução tem como objetivo principal extinguir em todo ou em parte a obrigação, assim, desta forma, não serve para fazer demonstrar um contra crédito, este teria de estar reconhecido judicialmente para poder ser utilizado como mecanismo reconvenicional.

Contudo, esta interpretação não pode deixar de atentar ao art.º 20.º, n.º 1, da CRP, que estabelece que tem de estar assegurado a todos “o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos”⁽¹⁵⁷⁾.

Importa, assim, analisar diferentes acórdãos sobre esta matéria.

O Ac. do STJ de 26-04-2012 evidencia que “a compensação reveste indiscutível natureza de reconvenção (e, então será inadmissível na ação executiva) quando o réu pretenda fazer valer contra o autor um crédito superior ao deste e na parte em que se verifica o excesso”⁽¹⁵⁸⁾.

Pese embora este acórdão se referir ao CPC na versão anterior à sua alteração de 2013 parece-nos que tem plena aplicação à matéria ora em análise.

⁽¹⁵⁵⁾ «Permitir que o executado utilize os embargos para através deles, ver reconhecido o seu contra – crédito, seria abrir caminho para entorpecer ou até inviabilizar a sua atividade de cobrança rápida. Cfr. Ac. STJ proferido, em 27-11-2003 no recurso 7520/03, e Ac. STJ de 14-12-2006, relator JOÃO CAMILO, in www.dgsi.pt.»

⁽¹⁵⁶⁾ «Logo, a compensação pode ser exercida, em sede de oposição à execução, facto extintivo da obrigação e não já de reconvenção, pois esta não é admissível em processo executivo - cfr. Lebre de Freitas, in a ação executiva (depois da reforma), 4º ed. -178/179 e Ac. STJ de 26-04-2012 relatora MARIA DOS PRAZERES BELEZA in. www.dgsi.pt.»

Acrescenta que “o contra crédito reconhecido judicialmente pode ter lugar em sede de embargos/oposição de injunção ao qual foi oposta a fórmula executória”.

⁽¹⁵⁷⁾ Vide a propósito o Ac. do STJ, Processo n.º 2067/14.5YYPR-T-A.P1.S1, de 27-04-2017. Relator FERNANDA ISABEL PEREIRA, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

⁽¹⁵⁸⁾ Vide a propósito o Ac. TRL., Processo n.º 7520-13.5TBOER-A.L1-8, de 07-05-2015. Relator CARLA MENDES, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

Neste Acórdão o Tribunal analisou a possibilidade de utilizarmos a reconvenção em sede de oposição à execução. Como já referenciamos no capítulo anterior, toda a ação executiva tem por base um título executivo, correspondendo a uma das alíneas do art.º 703.º do CPC, assim como terá de respeitar os fins da mesma, elencados no art.º 10.º, n.º 5, do CPC ⁽¹⁵⁹⁾.

O requerimento de injunção tem ampliado o seu campo de atuação, quer isto dizer que inicialmente este regime não englobava obrigações emergentes de transações comerciais, todavia, a legislação que vigora presentemente admite a aplicabilidade deste instrumento legítimo nestas situações. ⁽¹⁶⁰⁾.

Acontece que a compensação é vista como um meio de “anulação” de créditos existentes entre as partes, isto é, acredita-se que seria uma forma de aplicar o princípio da economia processual. Todavia, não é permitido o pedido reconvenicional na ação executiva, pois poderia estar em causa a satisfação integral do crédito, bem como poderia ser sempre invocada a insolvência pela outra parte. – cfr. Ac. STJ de 14-3-2013, relator Sr. Juiz Desembargador Dr. Granja da Fonseca, in www.dgsi.pt. ⁽¹⁶¹⁾, ⁽¹⁶²⁾.

Seguindo a linha de raciocínio deste Acórdão, podemos assim dizer que existe diversas formas de fazer valer o direito da compensação de créditos, como tal, estas distintas configurações estão de acordo com o tipo de processo em causa,

⁽¹⁵⁹⁾ Vide a propósito o Ac. TRL., Processo n.º 7520-13.5TBOER-A.L1-8 , de 07-05-2015. Relator CARLA MENDES , in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017, “o título executivo determina o tipo de ação, o seu objeto, definido a legitimidade ativa e passiva das partes”, conforme indica o art.º 53.º, do CPC. cfr. LOPES Cardoso manual da ação executiva 3º ed.-116, Lebre de Freitas, ação executiva à luz do cod. Revisto, 2º ed. – 31, Amâncio Ferreira, curso de processo de execução, 1999 - 37.

⁽¹⁶⁰⁾ Vide a propósito o Ac. TRL., Processo n.º 7520-13.5TBOER-A.L1-8 , de 07-05-2015. Relator CARLA MENDES, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

⁽¹⁶¹⁾ «A Doutrina e a Jurisprudência defendem que o requerimento executivo no qual foi aposto a fórmula executória, não é equiparável a uma sentença condenatória, mas sim, um título executivo criado por lei e, como tal, o executado pode deduzir oposição à execução e à penhora, ex vi art.º 728.º CPC (art.º 813.º LV), com os fundamentos constantes no art.º 731.º CPC (art.º 816.º LV) – cfr. entre outros, Acs. RL de 6/7/2009, relator Tomé Gomes, de 28-03-2013, relatora Maria da Graça Araújo, in www.dgsi.pt, Lebre de Freitas, in *Ação Executiva – Depois da Reforma*. 4ª ed., Coimbra, 2004 – 64 e 182, Amâncio Ferreira, in *Curso de Processo de Execução*, 6ª ed., Coimbra, 2004 – 39 -46 e 152/153, -16, Miguel Teixeira de Sousa, in *A Reforma da Ação Executiva*, Lisboa, 2004 – 69, Salvador da Costa, in *A Injunção e as Conexas Ação e Execução*, 2º ed., Coimbra, 2002 -172, Remédio Marques in *Curso de processo executivo Comum à Face do Código Revisto*, Porto, 1998 – 79/80.

Não obstante o estipulado no art.º 857.º CPC (Lei 41/2013 de 26/6), sob a epígrafe “Fundamentos de oposição à execução baseada em requerimento de injunção” ao qual foi aposto fórmula executória, entendemos que a argumentação extratada supra não é beliscada.»

⁽¹⁶²⁾ Vide a propósito o Ac. TRL., Processo n.º 7520-13.5TBOER-A.L1-8 , de 07-05-2015. Relator CARLA MENDES, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

consequentemente a reconvenção só será aplicada no âmbito de processo declarativo comum, e não no âmbito de processo executivo.

Por seu turno, o acórdão do TRP, de 16-05-2016, consigna que «a reconvenção não é admissível em processo executivo, na medida em que, caracterizando-se por conter um pedido autónomo dirigido contra o autor/exequente, a sua admissibilidade não é compatível com a função da oposição à execução, atravessando a mesma a compensação não pode ocorrer se um dos créditos já foi dado à execução e o outro ainda se encontra na fase declarativa.»⁽¹⁶³⁾

Contudo, de acordo com o citado Acórdão da Relação do Porto, o “princípio enunciado no artigo 20.º, n.º 1, da Constituição não afasta as normas processuais e não impõe que a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos se exerça numa mesma ação”⁽¹⁶⁴⁾.

Sabemos que na ação executiva existe a oportunidade de defesa em sede de oposição à execução, todavia não nos é permitida a aplicação do pedido reconvenicional, dado que este mecanismo é apenas aplicado para que o executado possa extinguir a obrigação, quer seja, «no todo ao em parte, pelo que não admite a dedução de pedido reconvenicional, intendendo-se que tal resulta claro do disposto no art.º 817.º do código de processo civil, na redação anterior à atualmente vigente que é a aplicável neste apenso declarativo – artigo 6.º, n.º 4, da Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho), não é legalmente admissível em sede de oposição à execução a dedução de pedido reconvenicional.»⁽¹⁶⁵⁾

Desde logo surge a questão se estaremos assim a criar obstáculos à defesa de um cidadão perante uma ação executiva.

Cada situação irá permitir uma análise mais concreta, efetivamente se se o crédito do devedor é superior ao do credor⁽¹⁶⁶⁾.

Até porque, como já referenciamos a jurisprudência alude ao facto de não ser admitida, em sede de oposição à execução, quer no âmbito do CPC anterior a 2013 (cfr

⁽¹⁶³⁾ Vide a propósito o Ac. TRP., Processo n.º10977/10.2TBVNG-B.P1, de 16-05-2016. Relator CORREIA PINTO, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

⁽¹⁶⁴⁾ Ibidem.

⁽¹⁶⁵⁾ Ibidem.

⁽¹⁶⁶⁾ fundamentação insuficiente ou deficiente embora não constitua causa de nulidade da decisão, justifica a sua impugnação mediante recurso (por todos, Teixeira de Sousa, Estudos, pg. 222).

art.º 817.º, n.º 2, do antigo CPC), quer no âmbito do atual CPC (cfr. art.º 732.º, n.º2, do novo CPC), deduzir pedido reconvenicional⁽¹⁶⁷⁾.

O que tem vindo a desencadear as mais variadas posições, designadamente quando nos referimos que poderemos estar a limitar o acesso à justiça, uma vez que este pedido reconvenicional ao ser “inadmissível no apenso de oposição sempre seria impedir o Executado de requerer a eventual compensação de contra créditos”⁽¹⁶⁸⁾.

O legislador teve em consideração quando referenciou esta (in)admissibilidade de reconvenção, dado que o seu objetivo, no nosso entender, foi de não criar uma ação dentro de outra ação, isto para que não seja alterada o fim que a própria ação executiva tem, o de recuperação do seu crédito em tempo útil.

De acordo com uma corrente jurisprudencial e doutrinária, como já tivemos oportunidade de elucidar, têm defendido é que os princípios da efetividade, da celeridade e da economia processual estão a ser utilizados como sustentáculo à tese da inadmissibilidade da reconvenção em processo executivo, mas “tal não deve servir de fundamento para se abrir mão do princípio da ampla defesa (central do processo civil), pelo qual a parte contrária pode se defender por todos os meios legais assegurados (e, dentre estes, a reconvenção)”⁽¹⁶⁹⁾.

Verificamos deste modo que a uniformização passa por fundamentar que apenas é admissível um contra crédito, caso este esteja judicialmente reconhecido, todavia, também se admite o facto deste “reconhecimento poder ocorrer em simultâneo na fase declarativa do litígio contrapondo o réu o seu crédito, como forma de operar a compensação. Na fase executiva um crédito só pode ser compensado por outro que também já tenha força executiva”.⁽¹⁷⁰⁾

⁽¹⁶⁷⁾ Vide Ac. do TRP, “O simples facto da lei processual não consagrar, expressamente, que a reconvenção não é admissível em sede de oposição à execução, só poderia decorrer o princípio genérico da sua admissibilidade.”

⁽¹⁶⁸⁾ Vide a propósito o Ac. TRP., Processo n.º10977/10.2TBVNG-B.P1, de 16-05-2016. Relator CORREIA PINTO, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

⁽¹⁶⁹⁾ Vide a propósito o Ac. TRP., Processo n.º10977/10.2TBVNG-B.P1, de 16-05-2016. Relator CORREIA PINTO, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

⁽¹⁷⁰⁾ Vide a propósito o Ac. TRP., Processo n.º10977/10.2TBVNG-B.P1, de 16-05-2016. Relator CORREIA PINTO, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017. «Donde, a compensação não pode ocorrer se um dos créditos já foi dado á execução e o outro ainda se encontra na fase declarativa – Acórdão do tribunal da relação do porto, proferindo em 28 de abril de 2014 no processo 3/09.OTBGDM-A.P1.»

Paulo Pimenta menciona que a “reconvenção é realmente facultativa no sentido de que o réu não tem obrigação ou sequer o ônus de reconvir”⁽¹⁷¹⁾, ⁽¹⁷²⁾

Acontece que por vezes estas situações eram resolvidas caso existisse um aperfeiçoamento numa fase inicial.

Uma das hipóteses é a que é referida no acórdão de TRP, de 8 de julho de 2015, que alude ao facto de que “a compensação por via de exceção impõe a via reconvenicional como única forma de realização do direito de compensação”⁽¹⁷³⁾, contudo, é permitida apenas em ação declarativa e não em sede de oposição à execução.

Já o acórdão do TRC, de 7 de junho de 2016, defende que “não está em causa o princípio constitucional de acesso ao direito e tutela jurisdicional efetiva, plasmado no artigo 20.º da constituição da república portuguesa (CRP), porque a parte pode sempre recorrer, através de uma nova ação, ao tribunal para defender é restringir o problema a

⁽¹⁷¹⁾ Vide a propósito o Ac. TRP., Processo n.º19412/14.6YIPRT-A.P1, de 08-07-2015. Relator CARLOS QUERIDO, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

⁽¹⁷²⁾ Cfr. Vide a propósito o Ac. TRP., Processo n.º 95961/13.8YIPRT.P1, de 23-02-2015. Relator MANUEL DOMINGOS FERNANDES, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017. «Deduzida a compensação, o réu tem o ônus de reconvir o tratamento da compensação não pode deixar de ser da exceção perentória nos processos em que não é admissível reconvenção.

Encontram-se disposições conjugadas podendo sintetizar-se que são requisitos necessários para operar a compensação legal.

Importa dizer que, quem pretende liberar-se ou desobrigar-se pelo recurso a compensação necessariamente, no direito substantivo, ao qual se opõe um contra crédito. Diz nos Salvador da Costa, in a Injunção e as Conexas Ação e Execução, 6.ª edição, atualizada e ampliada, Almedina, 2008, pág.84.

Cfr. José Alberto dos Reis, Código de Processo Civil Anotado, VI, pág. 493, Manuel de Andrade, Noções Elementares do Processo Civil, pág. 367, e mais recentemente Jorge Augusto Pais de Amaral, Direito Processual Civil, 7.ª edição, Almedina 2008, pág. 444.

Artur Anselmo de Castro, Direito Processual Civil Declaratório, vol. 1, Almedina 1981, pág.43. Salvador Da Costa, ob. e loc. Citado, reforçando a ideia na pág.132. Acs. Da relação de Coimbra de 02-10-2010 e de 23-10-2012 interesse www.dgsi.pt. Paulo Ramos de Faria e Ana Loureiro, Primeiras Notas ao Novo código do Processo Civil nas páginas 504 e 505, anotação 1,3, do volume I, 2.ª ed.

Regime Processual Civil Experimental, Paulo Ramos de Faria, in Regime Processual Civil Experimental Comentado, Coimbra, Almedina, 2010, pág.121. Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código Civil de 2013, de João Correia, Paulo Pimenta e Sérgio Castanheira, Coimbra, Almedina, 2013, págs. 41 a 43.

Cfr. Pires de Lima e Antunes Varela, Código Civil Anotado, 3.ª edição revista e atualizada, Coimbra editora, 1986, vol. II, pág. 135. Ac. Do STJ de 10/02/1983: BMJ 324-513, Acs. Da Relação do Porto de 26-04-1993 e 09-12-1992.»

⁽¹⁷³⁾ Vide a propósito o Ac. TRP., Processo n.º19412/14.6YIPRT-A.P1, de 08-07-2015. Relator CARLOS QUERIDO, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017, «Paulo Pimenta, in *Processo civil declarativo* Almedina, 2014, pág.185, no ensinamento dos professores de Pires de Lima e Antunes Varela, *Código civil anotado*, volume II, segunda edição, Coimbra editora, 1981, pág. 121). Paulo Pimenta in. *Processo civil declarativo*, Almedina, 2014, pág. 185. O autor citado não mantém esta posição no código do processo civil anotado, 3ª edição, 2014, pág. 520 a 522. Lebre de Freitas veja-se Paulo Pimenta. (Mário Júlio de Almeida Costa, *direito das obrigações*, 12.ª edição, Almedina, 2011 pág. 1102). *A ação declarativa comum a luz do código de processo civil de 2013*, (3.ª edição, Almedina, pág. 131). Código de processo civil anotado, volume III, Coimbra editora, 2005, pág. 44 e 45.»

metade e isto porque nos casos em que a compensação é o único meio de defesa do réu.”⁽¹⁷⁴⁾

Contudo, vem esclarecer que mesmo que seja dada a oportunidade ao réu de dar entrada autonomamente de novo processo judicial, “está em causa o princípio do direito à defesa do réu naquele processo em concreto onde quis deduzir a compensação”⁽¹⁷⁵⁾.

O que defendemos após a análise destes acórdãos é que a reforma do CPC de 2013 trouxe novas redações aos artigos do referido código, designadamente no que alude ao antigo art.º 274.º, que deu lugar ao art.º 266, n.º 2, al. c). Para alguns autores, a sua nova redação relativa a admissibilidade da reconvenção, fez com que especificasse a situação em que se poderia invocar o reconhecimento de um crédito, quer fosse para obtenção de compensação, quer fosse para obter o pagamento do valor em que excedesse o perdido feito por parte do autor. Contudo, verificamos que numa ação executiva não podemos usufruir da reconvenção.

Concordamos com as posições adotadas pelos tribunais em que tivemos oportunidade de mencionar, assim como, a nosso ver, a inadmissibilidade da reconvenção tem como fundamento principal não ultrapassar o fim que se propõe na defesa da ação executiva. Quer isto dizer que ao admitir reconvenção não estaríamos a proceder à defesa da execução, mas, estaríamos sim, a criar outro procedimento que extravasa a defesa, pois, um contra crédito não iria extinguir aquela obrigação que estaria a ser discutida na dedução de embargos.

Defendemos que as compensações de créditos deverão ter lugar diferente, não sendo admitidas nos procedimentos executivos, a título de exemplo, o executado poderá alegar o contra crédito, numa ação declarativa ao mesmo tempo.

⁽¹⁷⁴⁾ Vide a propósito o Ac. TRC., Processo n.º 132/11.0TBLSA.C1, de 07-06-2016. Relator BARATEIRO MARTINS, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017

⁽¹⁷⁵⁾ Ibidem.

3.3 Parecer do Tribunal Constitucional

O acórdão n.º 437/2012, de 31 de outubro, do Tribunal Constitucional considerou o art.º 814.º do CPC (Lei Antiga), “quando interpretada no sentido de limitar a oposição à execução fundada em injunção à qual foi aposta a fórmula executória” ⁽¹⁷⁶⁾.

Assim, o Tribunal Constitucional entendeu que “o executado em processo de execução tendo por título injunção pode deduzir oposição à execução com base em todos os meios de defesa que poderia ter usado na injunção, uma vez que a injunção não constitui um processo jurisdicional” ⁽¹⁷⁷⁾.

O Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 388/2013, publicado em 24-09-2013, declarou com, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do artigo 814.º, n.º 2, do Código de Processo Civil, na redação do Decreto-Lei n.º 226/2008, de 20 de novembro, “quando interpretada no sentido de limitar os fundamentos de oposição à execução instaurada com base em requerimentos de injunção à qual foi aposta a fórmula executória” ⁽¹⁷⁸⁾.

De acordo com o art.º 857.º, n.º 1, entendemos que, “se a execução se fundar em requerimento de injunção ao qual foi aposta a fórmula executória, apenas podem ser alegados os fundamentos previstos no art.º 729.º, com as devidas adaptações” ⁽¹⁷⁹⁾, referindo-se neste caso à sentença.

O n.º 2 do mesmo artigo, indica-nos diversas possibilidades para a dedução de embargos, nomeadamente “admite-se a possibilidade de invocação de justo impedimento, tempestivamente declarado perante a secretaria de injunção”.

Já o n.º 3 admite a “dedução de embargos com fundamento em questões de conhecimento oficioso que determinem a improcedência, total ou parcial, do requerimento de injunção, bem como a ocorrência, de forma evidente, no procedimento de injunção, de exceções dilatórias de conhecimento oficioso”.

⁽¹⁷⁶⁾ Vide Ac. TC n.º 437/2012, Processo n.º 656/11, 2.ª Secção, de 31-12-2012.

Relator: Doutor Juiz Conselheiro José Cunha Barbosa, in <http://www.tribunalconstitucional.pt>, acedido e consultado a 12-11-2017.

⁽¹⁷⁷⁾ Ibidem.

⁽¹⁷⁸⁾ Vide Ac. TC n.º 388/2013, Proc. n.º 185/13, de 24-09-2013.

Relator: Doutor Juiz Conselheiro José Cunha Barbosa, in <http://www.tribunalconstitucional.pt>, acedido e consultado a 12-11-2017.

⁽¹⁷⁹⁾ VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, pág. 168.

A grande questão que se coloca é no facto de perante uma oposição à execução serem possíveis apresentar na sua defesa argumentos que poderiam ter sido apresentados na fase de oposição à injunção.

Ao observarmos o acórdão da Relação de Lisboa de 18-09-2014, de que foi relator António Valente, podemos verificar que a lei aprovada em 2013 (Lei n.º 41/2013, de 26/6), não “viola o princípio constitucional da proibição da indefesa”.⁽¹⁸⁰⁾ Teremos sempre de ter em consideração o tipo de fundamentos que foram apresentados perante a oposição à execução, pois, terão de ser fundamentos elencados no art.º 729.º do CPC.

Acrescenta o mesmo acórdão que “o novo regime expresso no art.º 857.º do CPC, alarga os fundamentos de oposição à execução pelo requerido- que não contestou a injunção- permitindo-lhe nessa sede suscitar todas as questões de conhecimento oficiosas (incluindo exceções dilatórias) que determinem a improcedência total ou parcial do requerimento de injunção”⁽¹⁸¹⁾.

O exemplo a que queremos chegar é que perante a análise deste acórdão verificamos que se trata de um caso muito específico. Trata-se de uma determinada pessoa que adotou o procedimento de injunção para recuperação do seu crédito contra uma cooperativa e seu presidente de direção. Referia que o presidente da direção era o responsável pelo pagamento da dívida, pois, assumiu, e, comprometeu-se a fazê-lo.

Não existiu qualquer tipo de oposição à injunção, nem pelo Presidente, nem pela própria cooperativa. Posteriormente, a credora decidiu instaurar processo executivo tendo como base o título injuntivo. Consequentemente, o presidente da cooperativa apresentou embargos de executado alegando que não existia confissão nem responsabilidade pela dívida.

O que aconteceu foi que o Tribunal de instância executiva veio pronunciar-se dizendo que o Presidente não poderia apresentar embargos de executado, dado que já tinha tido oportunidade de contestar no procedimento injuntivo, e, não o fez. Isto acontece, dado que existe a interpretação da equiparação da injunção à sentença, e, como

⁽¹⁸⁰⁾ Vide a propósito o Ac. do TRL., Processo n.º 89/13.2TBNRD-A. L1-8, de 18-09-2014. Relator ANTÓNIO VALENTE, in www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

⁽¹⁸¹⁾ Ibidem.

tal, o Presidente da cooperativa negligenciou o procedimento injuntivo, onde poderia ter alegado nessa “fase processual” tais factos.

Acontece que, por vezes, pese embora o credor já tenha recebido o seu crédito, instaura um processo executivo. Perante uma situação destas, o “devedor” poderá deduzir embargos, pois, o pagamento consiste na extinção da obrigação

O art.º 728.º, do CPC, corresponde parcialmente ao artigo 813.º, do CPC 1961, na sua al. h), aparece enquanto inovação o abrangimento do devedor poder obter compensação de créditos invocando como fundamento o contra crédito existente contra o autor da ação. Todavia, deve respeitar os requisitos previstos nos art.ºs 847.º e 848.º do CC e ter sido, “como se disse, objetivamente constituído após o encerramento da discussão no processo declarativo”⁽¹⁸²⁾.

Referimos anteriormente o facto do contra crédito ter como exigência, força executiva reconhecida, para que este possa ser utilizado, contudo, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, defendia em 2015 a possibilidade de reconvir a título de compensação judicial em sede de embargos de executado, mesmo que este crédito do executado não tenha sido utilizado na extensão da ação declarativa ⁽¹⁸³⁾.

Contudo, e de acordo com as mais recentes posições jurisprudenciais e doutrinárias podemos afirmar que não nos é permitido alegar tais factos, pois, houve oportunidade de reconvir em sede de ação declarativa, todavia, o réu não o fez. Leva-nos a declarar que o executado deveria ter aproveitado o mecanismo em tempo útil destinado para esse efeito. Acrescentamos que o executado não é penalizado, no sentido em que poderá sempre discutir esse contra crédito numa nova ação para obter esse resultado de ver compensado o seu crédito. Isto só acontece para que haja certeza e segurança jurídica.

O princípio da proibição da indefesa encontra-se plasmado no art.º 20.º da CRP, consiste, para além do mais, em permitir a todos aos cidadãos, independentemente da sua

⁽¹⁸²⁾ Cfr. RIBEIRO, Virgílio da Costa, REBELO, Sérgio, (2017), *A Ação Executiva Anotada e Comentada 2017*- 2.ª edição revista e atualizada na decorrência dos acórdãos do tribunal constitucional n.ºs 264/2015 e 408/2015, Reimpressão, Almedina, pág. 238.

⁽¹⁸³⁾ Cfr. RIBEIRO, Virgílio da Costa, REBELO, Sérgio, (2017), *A Ação Executiva Anotada e Comentada*, pág. 238, blogue citado de MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “blogue do IPPC, post de 27-06-2015, “sobre a oposição à execução com fundamento em contra crédito sobre o exequente”. Este post é o desenvolvimento de outro datado de 26-06-2015, o qual poderá ser igualmente consultado no referido Blogue.”

condição económica, de acederem aos tribunais, assim como a atribuição de meios para que possam usufruir das oportunidades justas pressupondo o acesso ao direito de forma igualitária⁽¹⁸⁴⁾.

Quer isto dizer que este acesso ao direito também deverá estar em conformidade com a lei. Sabendo que não é admissível reconvenção na oposição à execução, o art.º 266.º, n.º 2, al. c), não pode limitar apenas que o contra crédito seja apenas admissível em reconvenção, como tal, o executado fica limitado na defesa daquele processo executivo. Contudo, não fica impedido de fazer valer o seu direito, pois, usufrui de oportunidade de intentar uma ação declarativa comum e aceder à justiça para ver concretizado⁽¹⁸⁵⁾.

⁽¹⁸⁴⁾ Cfr. CANOTILHO, J.J. Gomes, MOREIRA, Vital, (2007), *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I, 4.ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra, pág. 408, “O direito de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva é, ele mesmo, um direito fundamental constituindo uma garantia imprescindível da proteção de direitos fundamentais, sendo, por isso, inerente à ideia de Estado de direito.”

⁽¹⁸⁵⁾ Cfr. CANOTILHO, J.J. Gomes, MOREIRA, Vital, (2007) *Constituição da República Portuguesa Anotada*, págs. 408-409, “De qualquer modo, ninguém pode ser privado de lavar a sua causa (relacionada com a defesa de um direito ou interesse legítimo e não apenas de direitos fundamentais) à apreciação de um tribunal, pelo menos como último recurso”.

CONCLUSÃO

Na conclusão da presente dissertação, pretendemos fazer um balanço geral daquilo que foi desenvolvido e aprofundado ao longo da mesma.

Ao realizarmos esta investigação, podemos concluir que no ordenamento jurídico português, temos dois grandes tipos de ações: Ações Declarativas e Ações Executivas. Porém, no âmbito das Ações Declarativas, poderão ser intentadas Providências Cautelares, enquanto mecanismos de tutela céleres de uma pessoa jurídica.

As Providências Cautelares existem pelo simples facto de uma ação declarativa ser, na maior parte das vezes, morosa e complexa e, por vezes, há necessidade de obter uma decisão, mesmo que provisória, num período aceitável, dado o facto de existir perigo iminente.

É este o fator essencial para que possa ser requerida uma providência cautelar e também por estar associada uma característica de urgência em decidir a realização de um direito. A resolução obtida através de uma providência cautelar tem carácter provisório. Consequentemente, as providências cautelares têm como finalidade uma de três hipóteses, a regulação provisória de uma situação jurídica, a garantia de um direito ou a antecipação provisória de um determinado efeito jurídico

Procedemos à análise dos pressupostos da ação executiva (a certeza, a exigibilidade e a liquidez da obrigação), dada a sua importância com vista à recuperação de um crédito ou de uma obrigação ou o cumprimento de uma obrigação, e.

Quanto à certeza, podemos afirmar que é necessário verificar sempre a existência do título executivo, assim como determinar o tipo de obrigação em causa.

Relativamente à exigibilidade, é necessário verificar qual é o tipo de obrigação em causa, assim como verificar se existe uma violação do direito. Também será necessário verificar o momento em que existe essa violação, pois é fundamental observar se realmente aquela obrigação está vencida e, só após essa confirmação, o lesado poderá prosseguir com o requerimento executivo.

É necessário ter especial cautela quanto a este requisito da exigibilidade, pois é preciso averiguar quando estamos perante o regime geral ou quando as obrigações têm regimes específicos, pois temos, como exemplo, as obrigações com carácter suspensivo, esta só estará vencida quando for possível dar por cumprida esta cláusula. Acontece que

o cumprimento desta cláusula poderá não ocorrer no momento da celebração do contrato, mas sim num momento futuro após a celebração contratual.

Quanto à Liquidez, também necessita de especial cuidado, visto que nem todas as obrigações são de fácil liquidação, particularmente numa obrigação de compensar um indivíduo por danos físicos e morais derivados de um acidente de viação. Neste caso, poderemos ter uma sentença em que nos permite verificar que parte dos tratamentos são liquidáveis e, por outro lado, verificar haverá uma parte da obrigação que ainda não está liquidada e que só se verifica a sua liquidação no decorrer do processo executivo.

Acrescentamos que se estes três requisitos não se encontrarem concretizados, a Ação Executiva poderá ser indeferida pelo juiz (caso estejamos perante um processo ordinário) ou, numa fase prévia do processo, o juiz poderá convidar a parte a aperfeiçoar o requerimento executivo.

Também referenciamos ao logo do estudo que os impostos estão presentes também na ação executiva, quer seja através de impostos diretos, quer seja através de impostos indiretos. Por exemplo, a venda de um bem imóvel penhorado numa ação executiva é tributada de igual forma aos restantes imóveis que não estejam dependentes deste tipo de ação.

A Fiscalidade no âmbito da ação executiva é efetivamente complexa. Sendo que, a Tributação é necessária para que o próprio Estado possa ser sustentável, todavia, algumas transmissões beneficiam de isenções, nomeadamente os imóveis que não ultrapassem o valor de 92.407,00€ pois, estão isentos de IMT.

Ademais, importa frisar que, em Portugal, existiu a necessidade de criar novas formas de resolução alternativa de litígios, dado o facto de a pendência ser elevado nos Tribunais, o que permitia concluir existir morosidade processual.

Acontece que, cada vez mais vemos o legislador a adotar modelos extrajudiciais como forma alternativa de aceder à justiça de forma mais simples e mais célere, como ocorreu, a título de exemplo, com a Injunção e com o PEPEX.

O Decreto-Lei nº 269/98, de 1 de Setembro, com as alterações entretanto introduzidas, estabelece o regime dos procedimentos para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior à alçada do Tribunal de 1ª instância.

Apuramos que a injunção é a providência que tem por fim conferir força executiva a requerimento destinado a exigir o cumprimento das obrigações pecuniárias emergentes de contrato, nos termos do artigo 1º do diploma preambular do Decreto-Lei nº 269/98, de 1 de setembro, e de obrigações emergentes de transações comerciais no âmbito do Decreto-Lei nº 32/2003, de 17 de fevereiro.

Na verdade, desde muito cedo que existe a troca de bens e produtos, em consequência das necessidades do ser humano. A este processo chamou-se comercialização de mercado, que inicialmente passava-se de forma interna, e sucessivamente passou a ser a nível internacional.

Com o desenvolvimento tecnológico, o mercado de transferência de bens e serviços tornou-se eficaz quer no âmbito laboral, como no âmbito comercial. A pandemia que atualmente enfrentamos, provocou grande impacto nos cidadãos e nas empresas, dado que muitos deixaram de poder corresponder a algumas das suas obrigações, nomeadamente a créditos da habitação, ao automóvel ou até mesmo os créditos ao consumo. Também as empresas deixaram de conseguir produzir liquidez suficiente para pagamentos a fornecedores.

Pese embora temos assistido à tomada de diversas medidas, em que o próprio Estado Português juntamente com as entidades bancárias atuaram e procederam a moratórias de alguns créditos, parece-nos ser uma solução para uma realidade imediata. Pelo que, o que prevemos é que a longo prazo exista um aumento de incapacidade de resposta dos cidadãos ao pagamento das suas prestações, o que provocará um aumento de processos executivos, pois a inaptidão financeira provocará um decréscimo exaustivo na economia portuguesa.

Assim, os procedimentos extrajudiciais serão um meio essencial para algumas empresas poderem sobreviver, recuperando os seus créditos.

Este tipo de procedimento (de injunção, por exemplo) é adotado ao longo de todo o ano, todavia, o número de processos de injunção dispara principalmente na época do subsídio de férias e do subsídio de Natal. Tal situação acontece devido ao facto de as famílias encontrarem-se em situação financeira mais favorável ao pagamento de obrigações devidas.

Como analisamos no trabalho, a faturas não constituem título executivo, dado que não se encontram explanas no art.º 703.º, do CPC enquanto título executivo. Em

consequência a nossa legislação apenas permite a “transformação” por parte do portador das faturas através de uma ação declarativa de condenação ou através de um requerimento injuntivo, de modo a que o mesmo fica titular de um título executivo

Acrescenta-se que o legislador está a proteger o devedor da fatura, dado que se permitisse que a fatura só por si constituísse título executivo poderia suscitar abusos por parte de fornecedores enquanto credores na cobrança dos seus créditos. Para existir ação executiva é necessário o exequente ser titular de um título executivo, no qual está “consubstanciado” uma violação de um direito.

Analizamos, ainda, a aplicabilidade do “PEPEX”, que possui um papel importantíssimo no que concerne ao facto de auxiliar o credor a tomar uma decisão quanto à instauração de ação executiva, pois, ao recorrermos ao “PEPEX”, estamos a analisar de forma prévia a possibilidade do credor recuperar o seu crédito, mediante o conhecimento da existência (ou não) de bens penhoráveis pertencentes ao devedor.

O procedimento extrajudicial, denominado de “PEPEX”, correspondendo ao procedimento extrajudicial pré-executivo, que entrou em vigor no dia 1 de setembro de 2014, aprovado pela Lei n.º 32/2014, de 30 de maio, e regulamentado pela Portaria n.º 349/2015, de 13 de outubro.

Num processo de execução, a oposição tem como função a de “contestação”, pois é a fase em que o executado tem oportunidade de elencar mecanismos de defesa que irá permitir a extinção total ou parcial da execução em causa.

Com a reforma do Código do Processo Civil de 2013 houve sem dúvida uma grande alteração legislativa e uma nova organização do sistema judiciário português.

Como verificamos ao longo do estudo, a reconvenção não é admissível no âmbito de processo executivo, dado que a reconvenção não é vista como meio de defesa, mas, sim um meio de “contra-ataque”. A sua aplicabilidade iria ultrapassar os fins da defesa no âmbito de dedução de embargos, o que por si só implicaria a criação de uma “ação” dentro de outra permitindo que o processo se alongasse.

A análise deste “novo” procedimento comprometeria o fim da ação executiva, pois, a forma célere como é conhecida, a recuperação de créditos poderia transformar-se num processo moroso de recuperação lenta, ou até mesmo, o exequente poderia deixar de conseguir a recuperação em tempo útil, pois, sempre existia a probabilidade da parte

contrária modificar a sua situação jurídica, passando a constar como inserida num processo de insolvência.

Sendo que, as compensações de créditos poderão ser invocadas ao Tribunal em momento diferente da oposição à execução, nomeadamente em ação declarativa. Isto é, o processo declarativo pode ocorrer de forma paralela ao executivo, todavia os fundamentos utilizados são distintos.

O princípio da proibição da indefesa encontra-se plasmado no art.º 20.º da CRP, com a epígrafe “Acesso ao direito e tutela jurisdicional efetiva”. Este princípio constitucional consiste, para além do mais, em permitir a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, de acederem aos tribunais, assim como a atribuição de meios para que possam usufruir das oportunidades equitativas pressupondo o acesso ao direito de forma igualitária.

Analisamos, ainda, se inadmissibilidade legal para a reconvenção consubstancia ou não uma situação de violação do citado art.º 20.º, n.º 1, da CRP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2008), *Direito Processual Civil*, 7.^a edição, Almedina.
- AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2016), *Direito Processual Civil*, 12.^a Edição, Almedina.
- AMARAL, Jorge Augusto Pais de, (2019) *Direito Processual Civil*, 15.^a edição, Almedina.
- ANDRADE, José Carlos Vieira de, (2012), *A Justiça Administrativa (Lições)*, 12.^a edição, Coimbra, Almedina.
- ANDRADE, Manuel Domingues de, (1993), *Noções Elementares de Processo Civil*.
- CANOTILHO, J.J. Gomes, MOREIRA, Vital, (2007), *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I, 4.^a Edição, Coimbra Editora, Coimbra.
- CARDOSO, (1996), Álvaro Lopes, *Manual da Ação Executiva*, 3.^a Edição, Edições Almedina.
- CARLOS, Adelino Palma, (1970), *Ação Executiva* (policopiado), Lisboa, 1970.
- CASALTA NABAIS, José, (2014), *Direito Fiscal*, 7.^a Edição, Almedina.
- CASTRO, Artur Anselmo de, (1981), *Direito Processual Civil Declaratório*, vol. I, Almedina.
- CORREIA, João, PIMENTA, Paulo, e CASTANHEIRA, Sérgio, (2013), *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código Civil de 2013*, Coimbra, Almedina.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, (2011), *Direito das Obrigações*, 12.^a edição, Almedina.
- COSTA, Salvador da, (2002), *A Injunção e as Conexas Ação e Execução*, 2.^a Edição, Coimbra.
- COSTA, Salvador da, (2008), *A Injunção e as Conexas Ação e Execução*, 6.^a edição, atualizada e ampliada, Almedina.
- DINAMARCO, Cândido Rangel, (2003), *Nova Era do Processo Civil*, Malheiros Editores, São Paulo.
- FARIA, Paulo Ramos de, (2010), *Regime Processual Civil Experimental Comentado*, Coimbra, Almedina.

- FERREIRA, Fernando Amâncio, (2004), *Curso de Processo de Execução*, 6.^a Edição, Coimbra.
- FERREIRA, Fernando Amâncio, (2010), *Curso de Processo de Execução*, Almedina.
- FREITAS, José Lebre de, (2004), *A Ação Executiva – Depois da Reforma*, 4.^a Edição, Coimbra.
- FREITAS, José Lebre de, REDINHA, João, e PINTO, Rui, (2008), *Código de Processo Civil Anotado*, vol. I, 2.^a edição.
- FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Declarativa Comum à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, 3.^a Edição, Coimbra Editora.
- FREITAS, José Lebre de, (2013), *A Ação Executiva à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, 6.^a Edição, Coimbra Editora.
- FREITAS, José Lebre de, (2017), *A Ação Executiva à Luz do Código Revisto*, 7.^a Edição, Gestlegal.
- FREITAS, José Lebre de, (2019), *Código de Processo Civil Anotado*, Volume II, 4.^a Edição, Almedina.
- GONÇALVES, Marco Carvalho, (2016), *Providências Cautelares*, 2.^a Edição, Almedina.
- LIEBMAN, (1963), *Processo de Execução*, 12.^a edição, Editores São Paulo.
- LIMA, Pires de, e VARELA, Antunes, (1981), *Código Civil Anotado*, volume II, 2.^a Edição, Coimbra Editora.
- LIMA, Pires de, e VARELA, Antunes, (1986), *Código Civil Anotado*, 3.^a Edição – Revista e Atualizada, Coimbra Editora.
- LOUREIRO, Ana, FARIA, Paulo Ramos de, (2014), *Primeiras Notas ao Novo código do Processo Civil*, Volume I, 2.^a edição.
- MARQUES, Remédio, (1998), *Curso de Processo Executivo Comum à Face do Código Revisto*, Porto.
- NETO, Abílio, (2014), *Código Processo Civil-Anotado*, 2.^a edição, revista e ampliada, Lisboa Ediforum.
- PASSINHAS, Sandra, (2015), *Alterações recentes no âmbito da Resolução Alternativa de Litígios de Consumo, o contrato na gestão do risco e na garantia da equidade* – coordenação António Pinto Monteiro, EDIÇÃO Instituto Jurídico Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, in

<https://www.fd.uc.pt/~sandrap/pdfs/RALConsumoSP-1.pdf>, consultado a 14-11-2017.

- PIMENTA, Paulo, (2014), *O Processo Civil Declarativo*, Coimbra, Almedina.
- REIS, José Alberto dos, (2012), *Código do Processo Civil Anotado*, volume I, 3.^a Edição, Coimbra Editora.
- REIS, José Alberto dos, (2012), *Código do Processo Civil Anotado*, volume V, 3.^a Edição, Coimbra Editora.
- REIS, José Alberto dos, (2012), *Código de Processo Civil Anotado*, volume VI, 3.^a Edição, Coimbra Editora.
- RIBEIRO, Virgílio da Costa, REBELO, Sérgio, (2017), *A Ação Executiva Anotada e Comentada 2017- 2.^a edição revista e atualizada na decorrência dos acórdãos do tribunal constitucional n.ºs 264/2015 e 408/2015*, Reimpressão, Almedina
- SILVA, João Calvão da, (2007), *Cumprimento e Sanção Pecuniária Compulsória*, Reimpressão da 4.^a Edição de Abril de 2002, Almedina.
- SOUSA, Miguel Teixeira de, (1997), *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, Editora Lex.
- SOUSA, Miguel Teixeira de, (1998) *Ação Executiva Singular*, Editora Lex.
- SOUSA, Miguel Teixeira de, (2004), *A Reforma da Ação Executiva*, Lisboa.
- SERRA, Adriano Paes da Silva Vaz, (1952), *Compensação: Estudo de Política Legislativa*, Boletim do Ministério da Justiça, n.º31.
- TEIXEIRA, Glória, (2015), *Manual de Direito Fiscal*, 3.^a Edição, Almedina.
- TELLES, Inocêncio Galvão, (1997), *Direito das Obrigações*, 7.^a Edição, (revista e atualizada), Coimbra Editora..
- VALLES, Edgar, (2015), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, 6.^a Edição, Edições Almedina.
- VALLES, Edgar, (2018), *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, 8.^a Edição, Edições Almedina.

JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Constitucional

- Acórdão do Tribunal Constitucional, n.º 658/2006, proferido no processo n.º 292/06, 2.ª Secção, de 28-11-2006. Relator: Doutor Juiz Conselheiro PAULO MOTA PINTO, *in* <http://www.tribunalconstitucional.pt>, acedido e consultado a 12-11-2017.
- Acórdão do Tribunal Constitucional, n.º 437/2012, proferido no processo n.º 656/11, 2.ª Secção, de 31-12-2012. Relator: Doutor Juiz Conselheiro JOSÉ CUNHA BARBOSA, *in* <http://www.tribunalconstitucional.pt>, acedido e consultado a 12-11-2017.
- Acórdão do Tribunal Constitucional, n.º 242/2018, proferido no processo n.º 598/17, de 08-05-2018., *in* <http://www.tribunalconstitucional.pt>, Relator: Doutor Juiz Conselheiro PEDRO MACHETE, acedido e consultado a 23-07-2019.
- Acórdão do Tribunal Constitucional, n.º 388/2013, proferido no processo n.º 185/13, de 24-09-2013. Relator: Doutor Juiz Conselheiro JOSÉ CUNHA BARBOSA, *in* <http://www.tribunalconstitucional.pt>, acedido e consultado a 12-11-2017.

Supremo Tribunal de Justiça

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça proferido no processo n.º 7520/03, de 27-03-2003. Relator: FERREIRA GIRÃO, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 03P465, de 27-11-2003. Relator: PEREIRA MADEIRA, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14/12/2006. Relator: JOÃO MOREIRA CAMILO, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 14-11-2017.

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 289/10.7TBPTB.G1.S1, de 26-04-2012. Relatora: MARIA DOS PRAZERES BELEZA i *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 2067/14.5YYPRT-A.P1.S1, de 27-04-2017. Relatora: FERNANDA ISABEL PEREIRA, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

Tribunal da Relação de Coimbra

- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 132/11.0TBLSA.C1, de 07-06-2016. Relator: BARATEIRO MARTINS, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 1556/15.9T8LRA.C1, de 06-12-2016. Relator: LUÍS CRAVO, *in* www.jusnet.pt, n.º 8402/2016. acedido e consultado 12-11-2017.
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo n.º 91756/15.2YIPRT.C1, de 06-12-2016. Relator: FALCÃO DE MAGALHÃES, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

Tribunal da Relação de Évora

- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, proferido no processo n.º 145298/14.6YIPRT-A.E1, de 10-03-2016. Relator: CONCEIÇÃO FERREIRA, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

Tribunal da Relação de Guimarães

- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, proferido no processo n.º 969/14.8TBVCT-A.G1, de 29-10-2015. Relator: JOÃO DIOGO RODRIGUES, *in* www.jusnet.pt, n.º 7481/2015, n.º 8402/2016. acedido e consultado a 12-11-2017.

- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, proferido no processo n.º 1340/12.1TBGMR.G1, de 22-09-2016. Relatora: ISABEL SILVA, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

Tribunal da Relação de Lisboa

- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, proferido no processo de 28/3/2013. Relatora MARIA DA GRAÇA ARAÚJO, *in* www.dgsi.pt
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, proferido no processo n.º 89/13.2TBNRD-A. L1-8, de 18-09-2014. Relator: ANTÓNIO VALENTE, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, proferido no processo n.º 7520-13.5TBOER-A.L1-8, de 07-05-2015. Relatora: CARLA MENDES, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, proferido no processo n.º 28975/19.9YIPRT.L1-2, de 06-02-2020. Relator: CARLOS CASTELO BRANCO, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 13-05-2020.

Tribunal da Relação do Porto

- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo 3/09.0TBGDM-A.P1, de 28-04-2014. Relator: AUGUSTO DE CARVALHO, *in* <https://jurisprudencia.csm.org.pt/ecli/ECLI:PT:TRP:2014:3.09.0TBGDM.A.P1>, acedido e consultado a 12-11-2017.
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo n.º 95961/13.8YIPRT.P1, de 23-02-2015. Relator: MANUEL DOMINGOS FERNANDES, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo n.º 19412/14.6YIPRT-A.P1, de 08-07-2015. Relator: CARLOS QUERIDO, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.

- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo n.º10977/10.2TBVNG-B.P1 , de 16-05-2016. Relator: CORREIA PINTO, *in* www.dgsi.pt, acedido e consultado a 12-11-2017.